

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E
ANTROPOLOGIA
MARIANA FREITAS ALVIM

ENTRE FRONTEIRAS: AFETO E DESIGUALDADE NA RELAÇÃO ENTRE
PORTEIROS E MORADORES DA ZONA SUL DO RIO

RIO DE JANEIRO

Maio de 2018

MARIANA FREITAS ALVIM

ENTRE FRONTEIRAS: afeto e desigualdade na relação entre porteiros e moradores da zona sul do rio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestra em sociologia.

Orientadora: Felícia Picanço

Rio de Janeiro

Mai de 2018

Mariana Freitas Alvim

ENTRE FRONTEIRAS: afeto e desigualdade na relação entre
porteiros e moradores da zona sul do rio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de
Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título
de mestra em sociologia.

Aprovada em

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Felícia Picanço, Presidente, /UFRJ

Prof. Dr.

Prof^ª. Dr^ª

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Verônica e Marcus, e aos meus avós Maria do Amparo e José Tenório, por terem feito do conhecimento e do esforço o nosso mais importante legado familiar;

Aos meus primos e amigos, pela compreensão quando precisei me ausentar para cumprir as tarefas do mestrado, mas também pelas broncas quando era preciso me desligar um pouco;

A Felícia, minha orientadora, pelos direcionamentos fundamentais na pesquisa, parceria e iluminações nessa caminhada;

A Angela Speroni, minha grande amiga e “conselheira acadêmica”, que me ajudou com muita paciência e sabedoria no preparo, início e fim desta jornada – incluindo uma memorável crise de choro ao me debruçar desorientada sobre “O Capital”, de Marx;

A toda a família Speroni, pelo acolhimento e participação no meu crescimento pessoal e profissional;

A Paulo Thiago de Mello, pela também inestimável e generosa ajuda do início ao fim deste mestrado;

A Lauro Jardim, que do posto dos grandes colunistas do jornalismo brasileiro me permitiu, contra todas as expectativas alheias e com toda generosidade e compreensão possíveis, conciliar a rotina como repórter de sua agitada coluna com os inflexíveis horários do mestrado;

A Viviane Nogueira e William Helal Filho, que também no jornal O Globo permitiram que eu pudesse mediar essa jornada dupla na editoria Sociedade;

A Itala Maduell, minha madrinha no jornalismo e posteriormente inspiração também na vida acadêmica;

Aos meus colegas da turma de mestrado, um grupo repleto de pessoas especiais que nunca se furtaram em vibrar e colaborar com o trabalho do outro, tornando de certa forma este estudo uma criação coletiva;

Por fim, àqueles que colaboraram generosamente com a indicação de entrevistados e, último, porém não menos importantes, aos porteiros que disponibilizaram a mim seu tempo, emoções e histórias de vida em trocas que fazem todo este trabalho fazer sentido.

RESUMO

ALVIM, Mariana Freitas. Entre fronteiras: afeto e desigualdade na relação entre porteiros e moradores da Zona Sul do Rio. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Porteiros e moradores, diferentes à priori por várias condições estruturais, empreendem cotidianamente relações de confiança complexas em um ambiente de trabalho doméstico. A partir de entrevistas em profundidade com 12 porteiros de prédios da Zona Sul do Rio de Janeiro, analiso a articulação de fronteiras sociais e simbólicas por estes atores a nível interpessoal e empírico, sobretudo em sua perspectiva em relação aos moradores. A abordagem teórica acionada permite a consideração de repertórios culturais e componentes macroestruturais nestas trocas, como a desigualdade brasileira. Observou-se um intenso *trabalho relacional* no exercício desta ocupação, em que saber se relacionar com os moradores apresenta-se como atributo fundamental.

Palavras-chave: Porteiros; Trabalho Doméstico; Desigualdades; Fronteiras; Relações de Confiança; Intimidade.

ABSTRACT

ALVIM, Mariana Freitas. Entre fronteiras: afeto e desigualdade na relação entre porteiros e moradores da Zona Sul do Rio. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Doormen and residents, different a priori by many structural conditions, engage daily in complex relationships based on trust, in a domestic work environment. Based on in-depth interviews with 12 doormen of buildings in the South Zone of Rio de Janeiro, I analyze the articulation of social and symbolic boundaries by these actors at an interpersonal and empirical level, especially in their perspective towards the residents. The theoretical approach allows the consideration of cultural repertoires and macrostructural components in these exchanges, such as Brazilian inequality. It was observed an intense relational work in the exercise of this occupation, in which knowing how to relate to the residents presents itself as a fundamental attribute.

Keywords: Doormen; Domestic Work; Inequality; Boundaries; Trust; Intimacy.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
SUMÁRIO.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 A portaria.....	11
1.2 Na literatura acadêmica.....	14
2. DESIGUALDADE: UM PROBLEMA BRASILEIRO.....	20
3. FRONTEIRAS E CONFIANÇA COMO ELEMENTOS PARA TRATAR AS DESIGUALDADES SOCIAIS E SIMBÓLICAS.....	27
3.1 Retorno a Bourdieu.....	29
3.2 O simbólico e o social.....	33
3.3 Novos caminhos para a literatura.....	36
3.4 O trabalho relacional.....	37
4. PORTEIROS E SUAS FRONTEIRAS EM DISCURSO.....	43
4.1 A distância que nos une.....	50
4.2 Atenuando as diferenças: o ‘saber lidar’.....	53
4.3 Quando o saber lidar fracassa.....	56
4.4 Reconhecimento como um valor moral.....	58
4.5 Ao encontro.....	61
4.6 Presentes, doações e ajuda.....	62
4.7 Quando o porteiro se prontifica.....	66
4.8 ‘Como da família’.....	69
4.9 Morar ou não no prédio: da subalternização à racionalidade econômica.....	74
4.10 Caminhos da vida.....	78
5. CONCLUSÃO.....	86
6. REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE PERGUNTAS.....	94
APÊNDICE 2 - BREVES BIOGRAFIAS DOS ENTREVISTADOS.....	101

1. INTRODUÇÃO

Por ironia do destino ou, como acredito, pela força do objeto, os porteiros figuram no espaço intermediário entre o domínio da casa e da rua. Como estes espaços físicos, protagonistas do clássico estudo de Roberto Da Matta “A casa e a rua”, estes trabalhadores refletem questões fundamentais sobre a sociabilidade brasileira e a desigualdade no país.

Da Matta propõe que a casa e a rua sejam entendidas como muito mais do que um palco ou um espaço físico para os atores sociais: estes domínios são “acima de tudo entidades morais, esferas de ação social” (DA MATTA, 1997, p.8). A primeira tem seu código fundado na família, na amizade e no compadrio; a segunda, em leis universais e na burocracia. É na casa que o indivíduo, regido por normas impessoais na rua, se tornaria “pessoa” através das relações que têm nesse espaço seu habitat natural. As diferenças são incorporadas pela relação, o que gera zonas de ambiguidade e manutenção das hierarquias.

A casa não é uma metáfora somente em Da Matta: Gilberto Freyre também coloca na casa-grande e na senzala, nos sobrados e mocambos, espaços físicos que reproduzem divisões internas da sociedade brasileira (Ibidem).

Estudos mais recentes, porém, têm destacado as limitações analíticas que separam de forma dual, por exemplo, família de Estado, legalidade de ilegalidade, interesses particulares e normas universais, entre outros (COSTA, 2014). Para estas novas orientações, é diante das negociações interpessoais que as normas abstratas ganham validade: assim, “o capital cultural e social, as emoções, as preferências pessoais, as redes e as habilidades de negociação desempenham um papel central” (Ibidem, p.838).

Mas, ainda que questionados, os chamados intérpretes do Brasil são testemunhas do passado e expõem problemas, conceitos, hipóteses e argumentos relevantes hoje para a investigação científica (BRANDÃO, 2005): “(...) As modificações cíclicas ocorridas, o aparecimento de novas concepções, teorias e interpretações em resposta aos problemas postos pelo desenvolvimento social não alteraram ou não esgotaram a estrutura básica da realidade sobre a qual nossos autores refletem” (Ibidem, p.237).

Hierarquia, desigualdade, migração, urbanização, trabalho... Parece não haver pontos nevrálgicos para a compreensão da realidade brasileira que escapem aos caminhos possíveis para o estudo da ocupação dos porteiros. Ainda assim, são poucos os estudos existentes, nas ciências

sociais, sobre esta categoria. Então, depois de perceber e escolher a força deste objeto para a presente pesquisa, foi preciso escolher qual caminho seguir.

Por um misto de interesse pessoal e de curiosidade intelectual, a desigualdade que permeia a relação entre porteiros e moradores logo me convenceu sobre o rumo a seguir. Diferentes a priori por uma hierarquia laboral, entre empregados e empregadores, estes grupos tendem a ser separados também por níveis socioeconômicos. Conforme aponta Cardoso, o mercado de trabalho é a forma capitalista por excelência de distribuição de recursos e posições sociais (CARDOSO, 2010). E as relações trabalhistas em ambiente doméstico em particular têm se apresentado como espaço especialmente adequado para a reflexão sobre a cultura e a sociedade brasileiras por envolverem a aproximação de universos tradicionalmente separados no país (COELHO, 2006).

Mas, como destaca Michèle Lamont (1992) e Charles Tilly (2005), diferença não implica necessariamente em desigualdade. Ainda assim, frequentemente implica.

Para os autores, se debruçar sobre diferenças como fronteiras permite observar dinâmicas entre aspectos sociais e simbólicos – e como categorias sociais organizam recursos materiais e culturais. Estudos hegemônicos tendem a se concentrar exclusivamente nas fronteiras socioeconômicas, abrindo menos espaço para as simbólicas, mas este grupo de autores vem defendendo que ambas são igualmente importantes e podem interagir de diversas maneiras (SILVA, 2016).

Este tipo de abordagem valoriza também a análise, a nível empírico e interpessoal, de como os atores interpretam a diferença e formatam a vida social no dia-a-dia – por vezes recorrendo, conscientemente ou não, a fatores macroestruturais e a repertórios culturais. Ainda que criticamente, tal linha de pesquisa tem como alicerce a obra de Bourdieu, para quem a luta de classes se manifesta na interação cotidiana por meio de uma “violência simbólica” (LAMONT, 2010). Segundo esta corrente, as identidades de classe participam ativamente da produção e reprodução das desigualdades (SALATA; SCALON, 2015).

O método escolhido para se aproximar da percepção pelos porteiros destas fronteiras no dia-a-dia foi o de entrevistas com um roteiro semiestruturado. Foram realizadas entrevistas com 12 porteiros de prédios da Zona Sul do Rio de Janeiro, com duração entre 1h30 e 2h.

No decorrer da pesquisa, também acompanhei quatro aulas do curso de Porteiro e Vigia oferecido no estado pelo Senac RJ. Participei do curso ministrado na unidade Marechal Floriano,

no Centro do Rio, entre junho e julho de 2017. Também realizei entrevistas com professores do curso e tive acesso ao seu material didático. O objetivo inicial deste investimento era mapear questões referentes à ocupação e à hierarquia e desigualdade diante dos moradores a nível institucional – não só no Senac, mas também no sindicato da categoria. Porém, o contato com este último se apresentou difícil, não sendo possível consolidar esta abordagem.

No entanto, as orientações oferecidas no curso foram importantes para levantar parâmetros a serem observados por mim empiricamente. As aulas e o material didático enfatizam uma postura profissional, objetiva, impessoal e proativa do porteiro – sugerindo, por exemplo, que ele reforce a cidadania no prédio. O curso delimita também o espaço de atuação deste trabalhador: as áreas comuns, em detrimento das privativas, apesar do material didático reconhecer que, na prática, o não respeito a estes limites acaba colocando o profissional em situação delicada. Quase sempre, esses parâmetros se apresentaram como o inverso do que acontece na prática – portanto, levando a reflexões importantes sobre tais modelos.

Por exemplo, foi frequente o relato de trocas de presentes, doações e ajudas (como empréstimos) entre porteiros e moradores – práticas que destoam muito da impessoalidade pregada pelo curso. Uma linha de estudos capitaneada por Viviana Zelizer, que se debruça sobre os processos sociais que envolvem intimidade e trocas monetárias, é acionada então para dar conta da complexidade de relações como essa.

Como veremos, não só na esfera da confiança e do dinheiro, o exercício desta ocupação envolve um intenso e cotidiano *trabalho relacional* (ZELIZER; TILLY, 2006) que se reflete, entre os porteiros, no que Fernando Cordeiro Barbosa chamou de *saber lidar* (CARDOSO, 2010) – uma postura maleável e apaziguadora de conflitos que é exposta pelos entrevistados como fundamental para o exercício desta função. No entanto, alguns relatos indicam limites para a efetividade desta postura – chegando ao ponto de agressões entre funcionários e condôminos.

Em geral, as fronteiras expressas nos discursos dos entrevistados evocam tanto a esfera simbólica quanto a social, variando ora das categorias que dividem o empregado do empregador, a do pobre e a do rico, a do migrante e a do não-migrante, entre outras.

Estes e outros resultados das entrevistas são apresentados no Capítulo 3, que é iniciado com justificativas metodológicas desta pesquisa. No Capítulo 1, apresento algumas interpretações clássicas sobre padrões de sociabilidade e desigualdade no Brasil, estas posteriormente contestadas por novas abordagens que defendem, por exemplo, a consideração das dinâmicas

globais do capitalismo no país. Introduzo neste capítulo também estudos que encontram na formação do Estado e na estruturação das forças de trabalho explicações para a persistente e forte desigualdade no país. Em seguida, o Capítulo 2 apresenta ferramentas teóricas importantes para a pesquisa, a saber a dinâmica dos recursos simbólicos na criação, manutenção, contestação e até mesmo dissolução das fronteiras sociais; e o papel do *trabalho relacional* nesta dinâmica.

Antes de prosseguir, apresento nesta introdução duas contextualizações importantes para o estudo dos porteiros: primeiro, uma breve descrição sobre esta categoria; depois, uma revisão bibliográfica sobre ela nas ciências sociais.

1.1 A portaria

Na divisão de funções dos empregados de edifícios residenciais que contam com uma estrutura de portaria, pode-se dizer, como o próprio nome faz supor, que o porteiro é a figura principal desta ocupação. A depender do perfil e do tamanho do condomínio, porém, há várias outras funções relacionadas, e em muitos casos estas funções se fundem, se combinam e têm nomes coincidindo. O fato de um condomínio ser misto, por exemplo (aqueles que têm tanto unidades habitacionais como comerciais), pode alterar bastante esta organização.

Em geral, na base do organograma estão os faxineiros, responsáveis pela limpeza das dependências do condomínio. Na prática, este é o posto inicial daqueles que começam a trabalhar em prédios, muitas vezes jovens e migrantes recém-chegados, o que significa também que esta posição tem uma função iniciadora para outros cargos – é comum, por exemplo, que os faxineiros cubram o horário de almoço e a ausência de porteiros.

Na faixa hierárquica seguinte está o auxiliar de porteiro, que presta assistência ao porteiro em suas atividades: receber e controlar a entrada de entregas e pessoas nas dependências do condomínio, sejam estas visitantes ou prestadores de serviços; comunicar-se com moradores em referência a esta mediação e a atividades diversas na área condominial; entre outras. Idealmente, a portaria deve ficar em local que permita a visualização das entradas como portas e garagens, para garantir a segurança, além de “coberta” por algum funcionário – por isso, muitos condomínios proíbem, por exemplo, que os funcionários fiquem do lado de fora de suas dependências, mesmo que perto de cercas, grades e muros.

Entre os dispositivos usados na portaria, estão equipamentos de segurança, como interfones, telefones, câmeras, controles remotos e sensores, além de livros de controle da vida condominial como os livros de ocorrências (para sugestões, reclamações e registro de acontecimentos atípicos no prédio), de protocolo (para controle da chegada de encomendas e entregas) e de fornecedores e prestadores de serviço (com dados de funcionários externos que se dirigem ao condomínio para prestar algum tipo de assistência). Alguns prédios, notadamente os mistos, têm também livros de “ronda” – registro do monitoramento periódico feito pelos funcionários nos andares e dependências do prédio, de forma a prevenir anormalidades. A ronda pode ocorrer, por exemplo, de hora em hora.

Um porteiro pode assumir a função de porteiro-chefe no prédio, tomando a frente de tarefas como a gestão do pessoal e do contato mais direto com o síndico – de quem, idealmente, é uma espécie de “braço-direito”. Segundo a Convenção Coletiva de Trabalho dos Empregados de Edifícios Comerciais, Mistos, Condomínios e Similares vigente no município do Rio de Janeiro em 2017, condomínios que contem com mais de três funcionários devem ter um porteiro-chefe, que recebe um adicional de 30% sobre o seu salário por esta função.

Porteiros que trabalham no turno da noite costumam ser chamados de vigias; em alguns prédios, há a contratação também de seguranças armados para cobrir este turno. Há condomínios que não têm cobertura 24h, nem em todos os dias da semana, na portaria. Funções adicionais no prédio incluem também os garagistas e encarregados de manutenção. A denominação de “zelador” pode ser usada tanto para referir-se aos faxineiros quanto aos porteiros em si, além de profissionais mais voltados para a gestão do prédio, em uma espécie de híbrido entre a função do porteiro e do síndico.

Além de composições e funções diferentes, cada prédio pode apresentar uma divisão de tarefas distinta. Assim, o serviço de limpeza, por exemplo, pode ser realizado por faxineiros, auxiliares de portaria ou pelos próprios porteiros. O mesmo acontece na manobra de carros – mas, segundo entrevistados nesta pesquisa, hoje a maior parte dos prédios exige carteira de motorista do funcionário que presta tal atividade.

A convenção da categoria formaliza também o piso salarial para estas diferentes funções: o valor em 2017 era de R\$ 1.188,36 para porteiros, porteiros noturnos, vigias e zeladores (não foi possível verificar qual é a definição para a função de zelador para os sindicatos); para serventes e faxineiros, o valor era de R\$ R\$ 1.031,50. Esta faixa se aplica não só à jornada legal, mas

também à escala de 12 por 36 horas, comum de ser observada na rotina dos prédios. É normal também que estes trabalhadores só tenham um dia de folga por semana, trabalhando frequentemente em feriados. Além do adicional de chefia, estão previstos também os adicionais de hora extra, tempo de serviço, noturno e de manuseio de lixo.

Na Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego, a categoria “Porteiro de edifício” é uma subcategoria, em ordem decrescente, das categorias “Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados”, “Trabalhadores dos serviços”, “Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança” e “Porteiros, vigias e afins”. Nesta última, a descrição sumária da ocupação engloba o papel deste profissional em diversas esferas, mais precisamente na segurança, na manutenção estrutural do prédio e no atendimento:

Fiscalizam a guarda do patrimônio e exercem a observação de fábricas, armazéns, residências, estacionamentos, edifícios públicos, privados e outros estabelecimentos, inclusive comerciais, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, prevenir perdas, evitar incêndios e acidentes, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlam fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; recebem hóspedes em hotéis; acompanham pessoas e mercadorias; fazem manutenções simples nos locais de trabalho. (BRASIL, 2017).

Outro aspecto legal importante, também contemplado pela convenção, é o da moradia funcional – habitação destinada a empregados no local de trabalho. Segundo uma lei municipal de 1988, é obrigatório que os prédios residenciais e comerciais do Rio – com algumas poucas exceções – construam este tipo de moradia para o chefe da portaria (porteiro ou zelador), com tamanho superior a 35m². Sabe-se que houve algumas tentativas, na Câmara Municipal, de flexibilizar esta obrigação (LOBO, 2015), mas não foi possível confirmar se estas mudanças se efetivaram e, ainda, se a regra é cumprida.

Na convenção da categoria, o texto ratifica que a concessão deste tipo de moradia é gratuita e considerada um “instrumento para facilitar o efetivo trabalho”. A gratuidade, segundo as regras, se estende ao consumo de água, luz e gás; o imóvel é destinado ao funcionário, seu cônjuge ou companheira e filhos declarados no ato da admissão. A convenção trata também de prazos e regras relacionados à saída do imóvel em caso de demissão e óbito do funcionário. O texto determina ainda o fornecimento gratuito de uniformes aos empregados – vestimenta obrigatória.

O documento lembra também que o dia 29 de junho é considerado como feriado profissional da categoria, denominado “Dia do Empregado de Edifício” – por este motivo, a remuneração é dobrada nesta data em caso de trabalho. Em minha pesquisa, não conheci nem soube de funcionários de edifício que não tivessem carteira assinada.

Por outro lado, é muito comum que eles façam trabalhos informais nas próprias dependências do prédio para os moradores, fora da jornada ou em meio ao expediente. Pagamentos e benefícios são combinados entre as duas partes. Estes trabalhos incluem, por exemplo, a lavagem de carros, passeios com cachorros, consertos, entre outros. Embora não sejam especialistas, funcionários de edifícios, em especial os porteiros, costumam ter algumas noções sobre os sistemas hidráulico e elétricos dos prédios, seja para aplicá-las em situações durante o expediente ou nos “bicos”.

Apesar de não haver dados quantitativos que comprovem isso, me parece, a partir de uma revisão bibliográfica e de entrevistas realizadas nesta pesquisa, que o acesso a empregos em edifícios se dá de forma prioritária pelo boca-a-boca: indicações feitas entre trabalhadores, moradores e síndicos das redondezas do condomínio que tem a vaga aberta. Mesmo que alguns apontem que há um aumento na exigência por qualificação nestes empregos, esta não me pareceu uma realidade significativa nos locais envolvidos na pesquisa – quase todos os entrevistados envolvidos em minha pesquisa não concluíram o ensino médio, por exemplo. Além disso, esta é uma profissão quase absolutamente masculina.

1.2 Na literatura acadêmica

Conforme dito anteriormente, após uma extensa busca, foram encontrados apenas dois trabalhos, no âmbito das ciências sociais, que tiveram os porteiros como objeto de estudo – ambos dissertações da Universidade Federal Fluminense (UFF). Esta é uma realidade diferente de estudos sobre a ocupação das empregadas domésticas, que apresenta algumas semelhanças com a dos porteiros, por ser também desempenhada em ambiente doméstico, marcada pela baixa qualificação e pela migração – embora haja também diferenças fundamentais entre estes trabalhadores, como as atribuições de gênero. Há uma série de trabalhos acadêmicos sobre a categoria das empregadas, versando, por exemplo, sobre questões trabalhistas ou sobre o afeto entre patroas e empregadas domésticas.

O primeiro trabalho que destaco em relação aos porteiros é a dissertação de Fernando Cordeiro Barbosa, de 1998, publicada em formato de livro em 2000 (com título “Trabalho e residência: Estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes ‘nordestinos’”), que também inclui as empregadas domésticas como objeto de estudo – apesar de o autor reconhecer que, em campo, a aproximação desta categoria foi limitada por uma série de fatores. Nesta pesquisa com abordagem antropológica, com bastante ênfase nas trajetórias de migração, a principal técnica de coleta de dados utilizada por Barbosa foi a de entrevistas abertas, que possibilitou, segundo o autor, uma liberdade de exposição do entrevistado, mesmo diante de um roteiro de pesquisa elaborado.

Barbosa se propõe a não só “resgatar a migração ao debate acadêmico”, mas também a “investigar alguns dos tipos de ocupações que, se não específicas da mão-de-obra migrante, são absorvedoras em potencial dessa força de trabalho” (BARBOSA, 2000, p.14). Para o autor, é importante considerar que a alocação da força de trabalho não é determinada apenas por aspectos pragmáticos como oferta e procura:

A absorção de mão-de-obra por tais ocupações não pode ser entendida apenas pelo efeito da relação entre oferta e procura. O que leva à adesão de determinados trabalhadores a certos tipos de ocupações são diferentes interesses, valores e agentes mediadores e não apenas o aspecto técnico economicista. (Ibidem, p.15)

Posteriormente, o autor contemporiza ainda outros motivos, para além da busca por melhores condições de sobrevivência, que influenciam na decisão de migrar, como o deslumbramento pela cidade grande e o acesso a recursos como saneamento e eletrodomésticos (Ibidem, p.124).

Após fazer uma revisão bibliográfica sobre migração e trabalhos domésticos, como os de porteiro e empregada, Cordeiro aponta que o trabalho tem sido compreendido como o princípio lógico da migração, sendo uma forma de sobrevivência e também de ascensão social. Assim, as condições de migrante e de trabalhador se costuram e ganham uma relação dinâmica. Estas ocupações são alternativas de “redimensionamento e integração de trabalhadores que estão diante de um processo de descampenização” (Ibidem, p.53) e, em muitos casos, se encontram na formação de casais entre porteiros e empregadas, como Barbosa constatou em sua pesquisa de campo.

Além de terem em comum marcas da absorção da força de trabalho migrante, estas profissões em particular apresentam ainda a peculiaridade do oferecimento de moradia conjunta ao emprego em alguns casos – articulação esta que Barbosa aponta como o ponto central de sua pesquisa (Ibidem, p.23).

Este benefício, portanto, demonstra que a busca por trabalho por estes migrantes não se basta na remuneração: “Se a remuneração não atende à reprodução da família, existe a necessidade de se integrar numa atividade produtiva que permita benefícios indiretos, como a adesão a ocupações que ofereçam a moradia, caso especial da construção civil” (Ibidem, p.20). Empiricamente, a construção civil tem uma ligação com o serviço de portaria: a pesquisa de Barbosa, assim como a minha, revela que muitos entrevistados migraram para o Rio para trabalhar neste setor, posteriormente se tornando porteiros, muitas vezes no prédio que ajudaram a construir.

A viabilidade desta reprodução através da moradia no trabalho se estende aos familiares que ficaram no local de origem, uma vez que uma série de trocas, inclusive financeiras, é mantida. Este laço social, ainda que distante espacialmente, é reforçado também pelo apoio de parentes e amigos que já vivem no Rio aos recém-chegados, formando, segundo Barbosa, relações fundamentadas na reciprocidade. Este apoio se dá, por exemplo, na socialização em novos ambientes na cidade e no agenciamento no mercado de trabalho – relação esta que, por sua vez, ativa laços entre o empregador, o indicador e o indicado.

Assim, o migrante torna-se uma referência, entre parentes e amigos, do processo de *descampenização*:

Existe uma obrigação moral de se ajudar o recém-chegado na acomodação, na socialização do mundo urbano e na obtenção de emprego. A rede social para se conseguir trabalho é tão acionada entre os conterrâneos, parentes e amigos, que os trabalhadores de origem migrante da área rural nordestina se inserem basicamente em determinados tipos de ocupações. (Ibidem, p.135).

Tal dinâmica entre os diferentes atores, além da fronteira entre aqueles que migram e aqueles que ficam, são dimensões sobre as quais irei me aprofundar em minha pesquisa.

Em um dos capítulos de seu livro, Barbosa aponta as vantagens e desvantagens da articulação entre casa e trabalho. Entre os pontos positivos desta condição dupla, estão a minimização dos custos e a maximização dos recursos, a remuneração extrassalarial e o recebimento de ajudas e presentes. Já alguns dos pontos negativos são a disponibilidade

permanente e a sujeição a normas de conduta e disciplinarização. Tal articulação é também ponto importante de meu trabalho, em particular como mais um laço sensível na relação entre porteiros e moradores. O mesmo pode ser dito sobre a troca de presentes e doações entre estes atores.

É importante ressaltar a importância dada pelo autor à habilidade interpessoal no desempenho dos porteiros. Este, para mim, é um fator crucial para entender as condições de estabilidade e instabilidade na relação entre porteiros e moradores. Para Barbosa, mesmo que conhecimentos técnicos para a manutenção da estrutura do prédio sejam importantes, é o *saber-lidar* com os moradores a qualidade essencial dos porteiros:

(...) Não é apenas esse saber técnico, aprendido de forma naturalizada na sua trajetória social ou mesmo em cursos profissionalizantes, que determina o posicionamento dos trabalhadores no cargo mais alto desse tipo de ocupação. O conhecimento dos códigos morais e relacionais é o que conduz a essa posição. (Ibidem, p.86).

Assim, a pesquisa de Barbosa destaca diversos pontos importantes na trajetória de migração dos porteiros, onde os eixos do trabalho e da moradia, do local de origem ao de destino, são fundamentais. Para o meu trabalho, a ideia do *saber-lidar* é fundamental, e este, como alguns outros pontos levantados pelo autor, serão retomados por mim em capítulos posteriores.

Roberta de Mello Corrêa, em dissertação apresentada em 2005, também retoma os conceitos do *saber-fazer* e *saber-lidar* defendidos por Barbosa. Mas seu foco está, especificamente, na apropriação pelos porteiros de tecnologias de segurança, como as câmeras. Para isto, Corrêa recorreu a entrevistas e à etnografia em prédios residenciais em uma área nobre da cidade de Niterói.

A autora aponta que a vigilância surge como uma nova função dos porteiros diante da crescente violência urbana:

Dessa forma, um outro aprendizado se apresenta para o porteiro, dominar técnicas de defesa, e a utilização de novas tecnologias objetivando – além de ser o amigo, o recepcionista, o ‘quebra-galho’, o ‘sabe tudo’ do prédio – agora, o guardião, o ‘soldado’ pronto para lutar e resguardar os bens materiais e a vida dos moradores, dos estranhos ao prédio, ou quem sabe, o ‘olho que tudo vê’, que controla a observação das normas de convívio social no interior do prédio, um panóptico brasileiro? (CORRÊA, 2005, p.40).

O *panoptismo*, termo central na dissertação da autora, foi um modelo de vigilância criado por Jeremy Bentham e discutido por Foucault (Ibidem, p.42). Segundo Corrêa, este modelo arquitetônico visava aperfeiçoar a vigilância e a disciplina nas prisões. A autora faz uma analogia entre a multifuncionalidade do porteiro e o modelo de vigilância, dando a este trabalhador o

nome de “Panóptico Brasileiro” por “possuir a atribuição do que tudo vê, tudo sabe, tudo vigia” (Ibidem, p. 41).

Por exercer esta função, e estar localizado em um espaço central do prédio, este detém um poder de observar tudo que ocorre no espaço coletivo do prédio. Atualmente, com as instalações de câmeras de vídeo nos prédios residenciais, a responsabilidade de observação do espaço coletivo do prédio é aprofundada, no sentido de que estes novos aparatos na portaria são instalados com o objetivo de proporcionar uma maior segurança para os moradores. (Ibidem, p. 41).

Segundo Corrêa, na realidade, a garantia da segurança ganha papel secundário no uso das câmeras. O que se sobressai é o uso destas tecnologias como “disciplinador interno”, capaz de registrar infrações em elevadores e carros, por exemplo (Ibidem, p.47). Esta apropriação é feita tanto por moradores, que utilizam as câmeras não só para controle cotidiano do prédio como para entretenimento, quanto pelos funcionários. Para a autora, a imagem tradicional que têm de si mesmos – a de “receptionistas do prédio” – contraditoriamente “forja a permissão para outra ação”: “Isto é, a atividade de vigilantes da vida privada dos moradores do prédio, pois, para uma excelência do ato de recepcionar se faz necessário a todos conhecer, principalmente, a vida dos moradores no espaço interno do prédio” (Ibidem, p.48).

Assim, de acordo com a autora, esta situação gera uma inoperância e um uso distorcido das câmeras de vídeo, relegando a segundo plano e até mesmo ignorando o tema da insegurança externa que foi justificção inicial para a instalação de câmeras no prédio (Ibidem, p.58). Por outro lado, alguns porteiros relataram se sentir vigiados em suas ações e aparência pelas câmeras, que muitas vezes são direcionadas ao local em que ficam estes trabalhadores.

Como será exposto adiante, a apropriação de dispositivos que representam o cumprimento de regras de convívio condominial, como é o caso das câmeras exposto por Corrêa, é material para uma série de situações que acirram ou dissolvem as fronteiras entre porteiros e moradores.

Assim, enquanto o trabalho de Barbosa retrata antropologicamente diversas dimensões das vivências dos porteiros, com ênfase na migração, Corrêa mira especificamente na apropriação, pelos atores, de novos aparatos tecnológicos no prédio. Ambos, porém, evidenciam que a relação entre porteiros e moradores está sempre em jogo – como na importância dada ao “saber-lidar” observada por Barbosa ou no uso de câmeras como disciplinadores internos no prédio notada por Corrêa.

Proponho-me, então, a acrescentar uma nova abordagem nos estudos dos porteiros: como aqueles autores, tenho na entrevista o método principal, mas busco perceber como a dimensão da

diferença entre porteiros e moradores é relatada ou está presente em situações diversas, como a troca de presentes ou a entrada dos funcionários no espaço privado dos apartamentos. A mobilização de uma leitura sociológica também permite a iluminação de repertórios culturais e aspectos estruturais articulados nestas relações, como diferenças socioeconômicas de renda e escolaridade.

Correntes recentes da literatura, que trazem conceitos como o das fronteiras e abordagens preocupadas na imbricação entre dinheiro e afeto nas relações de cuidado, permitem atualizar a pesquisa sobre os porteiros com uma nova proposta para analisar questões já abordadas ou outras reveladas por mais este investimento de pesquisa.

2. DESIGUALDADE: UM PROBLEMA BRASILEIRO

Compreender o Brasil, como demonstra a literatura ao longo das décadas, implica em boa parte das vezes descortinar a nossa sociabilidade desigual. Assim, muitos intérpretes que produziram leituras sobre o Brasil têm se debruçado sobre este amálgama. Apresento aqui, de forma sintética, algumas destas interpretações que, ao longo do tempo, têm percebido na desigualdade um elemento fundamental de nossa sociedade.

Núcleo analítico da obra de Sérgio Buarque de Holanda, o “homem cordial”, por exemplo, reflete tanto hierarquias nas interações interpessoais como no sistema político do país. Segundo a análise de Sérgio Costa da obra de Holanda, a figura do homem cordial pode ser lida tanto quanto um tipo ideal sociopsicológico como um padrão de sociabilidade (COSTA, 2014).

A cordialidade tende a personalizar as interações interpessoais, deixando em primeiro plano os sentimentos e apaziguando conflitos, em detrimento de uma ordem legalizada e universal. Esta tendência influencia também, para Holanda, a configuração do sistema político no país. No Brasil, como na América Latina, a retórica liberal seria um instrumento de legitimação do discurso político de uma pequena elite hegemônica, e não uma forma de governo efetivamente aplicada. Holanda está preocupado mais com a neutralização das assimetrias políticas do que com a redistribuição social, portanto vê na política também o potencial para uma democratização profunda.

Costa, então, divide em duas grandes correntes as interpretações sobre o “homem cordial”: de acordo com a primeira, esta figura seria uma “síntese a-histórica e essencialista” das características brasileiras, ou seja, um padrão sociopsicológico e não um produto histórico de relações sociais concretas (Ibidem, p.837); já um segundo grupo busca o padrão de sociedade que existe por trás deste “homem cordial” e que dificulta a implementação de normas universais e da consolidação da cidadania.

Décadas mais tarde, outra tipificação se somaria ao homem cordial como um marco tanto para o pensamento social brasileiro como para a própria construção da autoimagem do país. “A casa e a rua”, de Roberto Da Matta, coloca nestes espaços físicos a corporificação da sociedade brasileira – uma constatação para ele não meramente empírica, mas sistemática, previsível e legitimada (DA MATTA, 1997, p.11).

Da Matta se aproxima de Holanda ao dizer que, em sua interpretação, a relação também tem importância central: no Brasil, ela é, segundo Da Matta, “um dado básico de todas as situações” (Ibidem, p.74). Para o autor, são as relações que permitem “revestir uma pessoa de humanidade”, algo expresso na figura da casa, resgatando-a da “condição de universalidade que é dada nos papéis de ‘cidadão’ e de ‘indivíduo’”, corporificada na rua (Ibidem, p.59).

Assim, a casa representa um espaço social que reflete e incorpora a priorização da emoção nas relações, que transformam o indivíduo em pessoa – mais precisamente um “supercidadão”, repleto de direitos e nenhum dever (Ibidem, p.11). Por outro lado, a rua é o lugar de discursos mais rígidos e instauradores de novos processos sociais, com deveres e obrigações universais: “É o idioma do decreto, da letra dura da lei, da emoção disciplinada que, por isso mesmo, permite a exclusão, a cassação, o banimento, a condenação” (Idem). Portanto, Da Matta se aproxima de Buarque de Holanda ao destacar, na sociabilidade brasileira, a prevalência das emoções e das negociações interpessoais em detrimento de uma ordem universal.

A tipificação dual proposta por Da Matta abre caminho também para a análise dos espaços intermediários.

Para mim, é básico estudar aquele “&” que liga a casa-grande com a senzala e aquele suposto espaço vazio, terrível e medonho que relaciona dominantes e dominados (...) Digo, então, que o segredo de uma interpretação correta do Brasil jaz na possibilidade de estudar aquilo que está “entre” as coisas. Seria a partir dos conectivos e das conjunções que poderíamos ver melhor as oposições, sem desmanchá-las, minimizá-las ou simplesmente tomá-las como irredutíveis. Afirmando, posto que isso é um ensinamento básico da antropologia social que pratico, que o estilo brasileiro se define a partir de um “&”, um elo que permite batizar duas entidades e que, simultaneamente, inventa o seu próprio espaço. (Ibidem, p.16).

Assim, pela lógica relacional brasileira descrita por Da Matta, haveria sempre a tendência de maximizar as relações e a inclusão, o que gera zonas de ambiguidade permanente. Em vez de excluir, essa sociabilidade está inclinada a apaziguar elementos que poderiam estar em franca oposição: “Numa palavra, os intermediários no Brasil representam os interesses dos grupos, pessoas ou categorias em conflito, mas também e sobretudo exprimem os interesses da relação” (Ibidem, p.75).

E então, o autor parte para uma diferenciação das heranças históricas da colonização no Brasil e nos EUA – denunciando por aqui uma realidade semitradicional onde o grau de relacionamento pessoal é o critério hierarquizador e explicativo da desigualdade brasileira (RIBEIRO, 2014). Segundo da Matta, onde nos Estados Unidos há exclusão e separação, no

Brasil há junção e hierarquização; se lá o credo diz “iguais, mas separados”, aqui ele decreta “diferentes, mas juntos”; por fim, em um o indivíduo é sujeito do sistema, e em outro, aqui, o sujeito é a própria relação, o elo (DA MATTA, 1997, p.77).

Novas interpretações do Brasil, no entanto, têm se colocado em contraposição ao que Jessé Souza chama de “soberania do passado sobre o presente” - explicações sobre o subdesenvolvimento do Brasil baseadas nas ideias de personalismo, familismo e patrimonialismo (SOUZA, 2004, p.79).

Além disso, estudos recentes têm questionado “armadilhas analíticas” polares que opõem, de um lado, um Brasil agrário, católico, tradicional, a um Brasil urbano, moderno, com elites abertas a novas e modernas ideologias. Cardoso destaca que:

(...) Perspectivas analíticas polares mais escondem do que revelam os processos sociais reais. O tradicional e o moderno caracterizavam a sociabilidade capitalista em construção, mas não como perspectivas polares, nem mesmo antagônicas. Estavam imbricadas em cada momento dos encontros cotidianos, em cada novo ambiente de sociabilidade. (CARDOSO, 2010, N.P.).

Domingues tem dedicado parte importante dos seus estudos a entender como a modernidade, como em parte um fenômeno global, se configura no país. Para isso, vê nas condições históricas e contingentes fatores cruciais para a compreensão da modernidade como um “processo” – e não algo dado ou que tenha uma essência (DOMINGUES, 1998). Este processo, para o autor, só pode começar a ser entendido com uma abordagem que alie a teoria à empiria, considerando a dialética entre generalidade e particularidade:

Primeiramente, é mister sublinhar que a contingência histórica deve se achar no centro de qualquer discussão da modernidade. Se podemos empiricamente verificar a mundialização da modernidade, que em si mesma é fruto em parte da globalização, não cabe supor sua necessidade e uniformidade (a priori ou a posteriori) quando a conceituamos: ela forja-se historicamente de forma multifacetada e é esta multiplicidade de faces que precisamos teorizar, com suas homogeneidades e diferenças (Ibidem, p.224).

Assim, é fundamental considerar, no processo que Domingues vai chamar de “modernização conservadora”¹ no Brasil, o poder dos grandes proprietários agrários que permeia

¹ Domingues se apropria de termo cunhado por Barrington Moore Jr. (MOORE JR., Barrington. (1966), *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Harmondsworth, Penguin.) para falar da transição para o mundo moderno mediada pelos Junkers alemães. Moore Jr. mapeia os três possíveis caminhos para a chegada à modernidade, seja nos países centrais ou periféricos: as vias socialista revolucionária; democrática; e autoritária. Para Domingues, a trajetória brasileira se “encaixa perfeitamente” na última via. Como com os junkers alemães, o autor brasileiro diz que por aqui os grandes proprietários agrários conseguiram controlar a transição para a modernidade, inclusive estimulando-a, sem perder o controle do poder.

o período da Colônia e depois o Império e a República. O rígido controle da terra no campo foi crucial para a subordinação das massas rurais e, posteriormente, para um êxodo rural cada vez mais acentuado (DOMINGUES, 2000).

Todavia, o autor destaca que o controle desta modernização conservadora por seus núcleos dirigentes não foi total: sobretudo com o fim da ditadura militar, ficou evidente que emergia um país com indivíduos e subjetividades coletivas mais livres (Idem).

Assim, as relações de subordinação pessoal e de controle da força de trabalho que imperavam no período anterior se desfizeram e um vasto processo de "desencaixe" teve lugar, com um "reencaixe" coletivo desses trabalhadores constituindo novas subjetividades coletivas, como cidadãos e proletários, acompanhando a dissolução daquela situação anterior (Ibidem, N.P.).

A cidadania, outro tema essencial quando se fala em modernidade, também ganhou uma “cor local” no Brasil. De acordo com Domingues, diferente do individualismo oriundo do protestantismo, onde as normas sociais eram introjetadas nas consciências individuais, por aqui foi o Estado que, desde a colonização, figurou como o protagonista de um esforço pelo bem comum. Esse “individualismo de fermentação ibérica” livrava os sujeitos de uma responsabilidade moral e das normas sociais, lidando com o Estado de forma “meramente cognitiva e, sobretudo, instrumental” (Idem): “Os sujeitos individuais introjetam com certa leveza as sanções morais negativas, logo se comportam com facilidade ao arrepio da lei e inclusive de certos preceitos sociais básicos, cabendo ao Estado, como agente externo, operar nessa direção” (Idem).

Adalberto Cardoso também se volta para o passado, em sua relação com o presente, para investigar as persistências de padrões de desigualdade na sociedade brasileira – mas a partir principalmente do ponto de vista do mundo do trabalho (CARDOSO, 2010). E para entender este processo, o autor destaca que é preciso ir até a escravidão, uma espécie de lastro que deixou marcas profundas no imaginário e nas práticas sociais posteriores.

Em torno dela [da escravidão], construiu-se uma ética do trabalho degradado, uma imagem depreciativa do povo, ou do elemento nacional, uma indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, e uma hierarquia social de grande rigidez e vazada por enormes desigualdades. Esse conjunto multidimensional de heranças conformou a sociabilidade capitalista entre nós, ou o ambiente sociológico que acolheu o trabalho livre no final do século XIX e início do XX, oferecendo-lhe parâmetros mais gerais de reprodução e apresentando grande resistência à mudança, sobretudo (mas não apenas) no mundo agrário. (Ibidem, N.P.).

A transição no Brasil para o trabalho livre, ou melhor, “não-forçado”, como ressalta Cardoso, é múltipla e quase sempre marcada pela precariedade e pela reprodução de uma sociabilidade desigual (Idem). Enquanto isso, uma marca das relações sociais até o final do século XIX com heranças evidentes no século XX é a privatização dos mecanismos de controle social, principalmente por meio do Estado, pelas famílias proprietárias de terras e escravos.

Este Estado forjado, então, surge incapaz de levar a regulação pública ao mundo privado – um “Leviatã raquítico de múltiplas cabeças”, como chama Cardoso. O Estado Novo, porém, vem para inaugurar uma nova relação entre o Estado brasileiro e o povo, ainda que não tenha se realizado em sua plenitude justamente por este raquitismo. Para o autor, a criação de uma legislação social e trabalhista abre espaço para uma “cidadania regulada” que gerou nos trabalhadores a expectativa de proteção social (Idem).

Emprego registrado, salário mínimo, direito a férias regulares, descanso semanal remunerado passaram a representar para os trabalhadores um “ponto de referência normativo para a estruturação das expectativas individuais e coletivas quanto aos padrões do que se poderia denominar ‘mínimos civilizatórios’” (Idem). O horizonte das aspirações da população já não era marcado pela penúria de todos, mas pela possibilidade de autopromoção através do trabalho protegido pelo Estado.

O autor defende que este projeto de inclusão, por fim, se revelou um “poderoso instrumento de reprodução das desigualdades sociais no Brasil”. Isto porque, segundo sua interpretação, a desigualdade só é problemática quando a legitimidade da ordem vigente é questionada. No Brasil, as persistentes desigualdades podem até ser percebidas pela população, mas isso não parece minar as bases da legitimação da ordem. Trajetórias individuais ascendentes no contexto da cidadania regulada serviram para fomentar a legitimação da ordem desigual.

A utopia brasileira foi até aqui, e malgrado o interregno neoliberal dos anos 1990, o direito do trabalho, o direito social. Seu promotor (os seus promotores ao longo das últimas décadas) conquistou a adesão das massas não por manipulá-las, mas por expressar um compromisso com a promessa integradora do direito social. Não importa se ele jamais foi acessível a todos. O que importa, e sempre importou desde Vargas, é sua existência como possibilidade. Sua não universalidade, ademais, é elemento central da legitimação da desigualdade, na medida em que os perdedores (sempre momentâneos) atribuem a si mesmos, à sorte ou a Deus a derrota, já que o vizinho continua protegido e a ordem legal, como um conjunto de garantias acessível a quem faz por ela, permanece intacta. A ordem não é ilegítima. Ela estrutura as aspirações do excluídos, que não aspiram à sua derrocada e, sim, à sua inclusão nela. Nada pode ser mais legitimador da ordem e, ao mesmo tempo, individualizador das expectativas. (Idem).

Jessé Souza parte para uma interpretação que se preocupa menos com o passado, e mais com processos globais e contemporâneos, para entender a sociabilidade desigual no Brasil. Marcos Abraão Ribeiro, em uma breve revisão sobre esta e outras interpretações sobre a desigualdade no Brasil, logo se filia a Souza ao defender que a histórica ênfase, na literatura, nos elementos pré-modernos acaba por naturalizar os conflitos de classes e a ação do sistema capitalista global no Brasil (RIBEIRO, 2014).

Ribeiro faz a ressalva de que elementos pré-modernos, sobretudo a questão agrária, não deixam de ser importantes para a constituição do Brasil moderno na interpretação que defende. No entanto, ele sustenta que tais elementos não possuem caráter central e estruturante para explicar a desigualdade no Brasil.

Souza se contrapõe especialmente a Da Matta ao dizer que o impessoal, representado nas figuras do Estado e do mercado, penetra profundamente a conduta dos indivíduos. Não é, então, o pessoal que hierarquiza e exclui, mas a própria estrutura moderna:

Pretendo demonstrar como a naturalização da desigualdade social e a consequente produção de ‘subcidadãos’ como um fenômeno de massa em países periféricos de modernização recente como o Brasil, pode ser mais adequadamente percebida como consequência, não de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que se implanta paulatinamente no país a partir de inícios do século XIX (SOUZA, 2004).

Souza aponta que uma implantação bem sucedida da modernização faz da segmentação entre indivíduos adaptados e inadaptados um fenômeno marginal nas sociedades e de massa nas periféricas, como no Brasil. É esta linha que divide também o cidadão do subcidadão – ou os párias urbanos e subintegrados, como aponta Ribeiro ao debruçar-se sobre o trabalho de Souza:

Ao contrário da experiência europeia e norte-americana, não conhecemos em nossa vida republicana o Estado de bem estar social. Isto porque as ações sociais capitaneadas pelo Estado tiveram alcance reduzido ao âmbito urbano, deixando intocado o âmbito rural onde se encontrava a maior parcela da população brasileira. Com isso, tivemos a produção de párias rurais que se tornaram ao longo do tempo nossos párias urbanos que viraram os subintegrados moral, social e simbolicamente no Brasil contemporâneo. (RIBEIRO, 2014, p.109).

Se componentes macroestruturais e condições históricas têm se provado fundamentais para a compreensão da desigualdade brasileira, novos estudos têm renovado o campo de análise das classes como coletividades que orientam a dimensão simbólica e suas práticas classificatórias

(BERTONCELO, 2010). Nesta proposta, que tem na obra de Bourdieu um alicerce fundamental, a sociabilidade cotidiana também é dimensão de disputa entre classes tanto no campo cultural como material.

Por seu caráter empírico a nível interpessoal, o estudo sobre os porteiros demanda uma abordagem que considere a percepção dos agentes sobre sua posição no espaço social e as experiências de mobilidade social, como proposto por Bertoncelo (2010). Esta escolha analítica destoa dos estudos de classe hegemônicos nas ciências sociais brasileiras, que se valem de critérios objetivos e por vezes estatísticos para identificar fronteiras de classes. A sociabilidade cotidiana se mostra também como campo rico para a percepção e análise das diferenças e hierarquias no Brasil, e portanto o que se segue no próximo capítulo é a apresentação de uma literatura que fornece ferramentas importantes para a observação das práticas dos agentes sociais.

3. FRONTEIRAS E CONFIANÇA COMO ELEMENTOS PARA TRATAR AS DESIGUALDADES SOCIAIS E SIMBÓLICAS

O debruçar-se sobre as diferenças entre os atores sociais acompanha a consolidação e o desenvolvimento da sociologia: Durkheim, em “As formas elementares da vida religiosa”, diferencia o sagrado do profano; Marx coloca o proletariado como uma negação da classe capitalista e, em “18 Brumário”, apresenta um dinâmico jogo entre classes; Weber, finalmente, dá corpo a classificações que diferenciam grupos étnicos e de status (LAMONT; MOLNÁR, 2002).

Mas em qual momento as diferenças produzem desigualdade – este problema central para o estudo a que me proponho, tendo os porteiros como objeto? Para Charles Tilly, a resposta para esta pergunta considera a dinâmica entre aspectos simbólicos e estruturais, onde o nível relacional tem papel crucial.

As categorias sempre produzem a diferença, mas elas não necessariamente produzem desigualdade (...) As categorias produzem a desigualdade durável, porém, quando transações repetidas através das fronteiras tanto a) rendem regularmente claras vantagens àqueles em um lado e b) reproduzem a fronteira (TILLY, 2005, p.112).

Assim, segundo o autor, desigualdades amplas e significativas correspondem a diferenças categóricas e duais, como muçulmanos versus judeu, branco versus preto e homem versus mulher. Isto não quer dizer que tais divisões sempre se configurarão assim – as categorias podem formar tríades e não binários ou, em outro oposto, divisões duais podem não importar –, mas, para Tilly, quando existem, as categoriais duais e desiguais fazem um trabalho organizacional crucial, produzindo diferenças duráveis que interferem no acesso a recursos valiosos.

Aqui, ao meu ver, não importa tanto se as categorias se apresentam como duplas, trios ou quádruplos, ou ainda se exibem uma simetria perfeita. Interessa a importância dada pelo autor às categorias, ou fronteiras através das quais as oportunidades são exploradas e acumuladas – facilitando a instalação da desigualdade. Segundo Tilly, as distinções de categorias locais se fortalecem e operam a um “custo mais baixo” quando combinadas com categorias amplamente disponíveis (Ibidem, p.73).

A exploração e o acúmulo de oportunidades levam a uma instalação de fronteiras, modificadas pela emulação e pela adaptação. A instalação de fronteiras causa diretamente recompensas categoricamente desiguais. Indiretamente, como resultado das experiências em um cenário que são levadas para outro, a instalação de fronteiras formata o acúmulo diferenciado de capacidades e laços, que por sua vez também afetam as capacidades categoricamente desiguais (Ibidem, p.88).

Tilly se filia então a uma “leitura relacional da desigualdade” (Ibidem, p.97), onde a desigualdade emerge de interações sociais assimétricas, em um arranjo por meio do qual as vantagens se acumulam de forma não equilibrada e justificadas pelas categorias sociais. Leituras como esta centram-se nos efeitos cumulativos a longo prazo de interações sociais assimétricas (Ibidem, p.101). Diz Tilly: “Sob a perspectiva relacional, a desigualdade aparece em todos os lugares, mas ela raramente se cristaliza em hierarquias claras e contínuas que de alguma forma organizariam a população em estratos” (Ibidem, p.100).

Para dar conta desta certa camuflagem das hierarquias na configuração dos atores sociais, correntes interpretativas amadurecidas entre o final da década de 90 e início dos anos 2000 (SILVA, 2016), como aquela que tem entre seus expoentes Michèle Lamont, têm defendido as fronteiras como conceito chave para se debruçar sobre as diferenças. Nesta corrente, os recursos simbólicos (ex: distinções conceituais, estratégias interpretativas, tradições culturais) têm papel importante na criação, manutenção, contestação e até mesmo dissolução de diferenças sociais (ex: classe, gênero, raça e etc) (LAMONT; MOLNÁR, 2002).

Lamont, em artigo com a coautoria de Virág Molnár, aponta para as fronteiras sociais como formas objetificadas e estáveis de diferenciação no acesso a recursos materiais e não materiais; já as fronteiras simbólicas são distinções conceituais levadas a cabo por atores sociais nas definições da realidade. Assim, a nível simbólico, os grupos competem na produção, difusão e institucionalização das classificações – adquirindo status e monopolizando recursos (LAMONT; MOLNÁR, 2002).

O aparato teórico que tem se desenvolvido em torno das fronteiras caminha lado-a-lado de sua aplicabilidade empírica. Afinal, se as fronteiras sociais podem por sua natureza ser observadas em agrupamentos de indivíduos, as fronteiras simbólicas permitem captar a experimentação da diferença a nível intersubjetivo (Idem). Conforme aponta Charles Tilly, as fronteiras estão desde a baixa escala do diálogo interpessoal, à média escala da rivalidade entre organizações e em larga escala nos genocídios (TILLY, 2003).

Portanto, diante do objetivo inicial desta pesquisa em se debruçar sobre as relações entre porteiros e moradores em um contexto de elevada desigualdade como no Brasil, tal literatura se apresentou como aquela que melhor pode oferecer ferramentas para a compreensão de como dimensões estruturais podem ser experimentadas pelos atores a nível empírico e intersubjetivo. As fronteiras permitem olhar para as diferenças como uma dinâmica, e não como uma estrutura

estranque. Neste jogo, os atores, por meio do que Tilly e Zelizer vão chamar de “trabalho relacional”, têm papel na criação e manutenção das diferentes categorias – grupos sociais distintos que emergem do estabelecimento de fronteiras (ZELIZER; TILLY, 2006).

Antes de um aprofundamento sobre os estudos das fronteiras, proponho um passo atrás para que se discuta como esta literatura se coloca diante de sua filiação teórica, sobretudo em relação à obra de Bourdieu. Mais uma vez, é Lamont quem capitaneia este debate.

3.1 Retorno a Bourdieu

Para Lamont, as fronteiras simbólicas têm importância teórica por serem centrais no processo de valoração dos recursos (LAMONT, 1992, p.180). É inevitável relacionar sua abordagem à de Bourdieu; na verdade, a autora chega a reconhecer explicitamente a influência deste autor em seu trabalho, onde adota a “visão Bourdieusiana de que o estilo cultural compartilhado contribui para a reprodução de classe” (Ibidem, p.181).

Lamont posteriormente dedicou um artigo para explicitar o papel de Bourdieu em sua obra, que reconhece como um ponto de partida para sua pesquisa, ou seja, uma fonte para novas questões, sobretudo através de uma confrontação empírica da obra com outras realidades. Portanto, Lamont afirma ter seguido um caminho distinto de alguns contemporâneos, que fizeram de seus trabalhos extensões daquilo que foi feito por Bourdieu (LAMONT, 2010, p.1).

Ao ser introduzida ao trabalho do autor, Lamont definiu-o como “surpreendente”, pois considerava os agentes na construção e delimitação da realidade social, algo que poderia ser circundado e estudado empiricamente (Ibidem, p.2). Sobre “A Distinção”, a autora aponta que o trabalho de Bourdieu continha muitas “revelações”: uma delas era a de que a luta de classes se manifesta através da interação cotidiana e por meio de uma “violência simbólica” (Idem). Assim, definindo a compreensão dos processos de valoração como uma das buscas mais importantes de sua obra, Lamont encontra respaldo importante na obra de Bourdieu (Ibidem, p.3).

Para Bourdieu, a busca pela distinção é um movimento chave para se entender a situação de uma classe, que não se limita a aspectos objetivos:

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os

indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes. É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das marcas de distinção, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com esta posição) operando sobre os ‘valores’ (no sentido dos linguistas) necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural. (BOURDIEU, 1974b, p.14).

Os procedimentos expressivos (“atos subjetiva e intencionalmente destinados a exprimir a posição social”) se opõem, segundo Bourdieu, aos atos objetivamente expressivos (“isto é, todos os atos sociais”), pois veiculam significações de segundo grau em relação à posição objetiva e que buscam maximizar o “rendimento simbólico dos procedimentos expressivos” (Ibidem, p.24). Este “jogo das distinções simbólicas” se realiza sobretudo pelos “privilegiados das sociedades privilegiadas” (Idem).

Nos campos em que há o acirramento da competição por legitimidade cultural, “tanto mais a produção pode e deve orientar-se para a busca das distinções culturalmente pertinentes em um determinado estágio de um dado campo (...)” (BOURDIEU, 1974c, p.109). Na obra de Bourdieu, o sistema de ensino ganha destaque robusto, como um meio pelo qual “a cultura que tem o mandato de reproduzir” é consagrada (Ibidem, p.118).

Em plano mais profundo, basta levar em conta a função de legitimação das diferenças sociais cumprida pelas diferenças culturais e, em particular, as diferenças que o sistema de ensino reproduz e sanciona, a fim de perceber a contribuição que as instâncias de conservação cultural trazem à conservação social, em sua qualidade de depositárias e guardiãs da legitimidade cultural. (Ibidem, p.131).

Os agentes consolidam a distinção de um grupo dando corpo ao *habitus*, um sistema de “disposições socialmente constituídas” que “enquanto estruturas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1974a, p.191). A lei que define as relações entre as estruturas, o *habitus* e a prática orienta como as aspirações subjetivas se ajustam às oportunidades objetivas (BOURDIEU, 1974c, p.160).

Assim, segundo Bourdieu, a interiorização de um *habitus* primário de classe é o mesmo que a interiorização de um “sistema objetivamente selecionado de signos, índices e sanções, que nada mais são do que a materialização, nos objetos, nas palavras e nas condutas, de um sistema particular de estruturas objetivas” (Ibidem, p.161).

Em “A Distinção”, Bourdieu explicita a relação entre *habitus* e estilo de vida, em que o primeiro é gerador do segundo:

Os estilos de vida são, assim, os produtos sistemáticos dos *habitus* que, percebidos em suas relações mútuas segundo os esquemas do *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados — como ‘distintos’, ‘vulgares’, etc. A dialética das condições e dos *habitus* é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva. (BOURDIEU, 2007b, p.164).

Assim, o estilo de vida determina a classe e é marcado por sinais distintivos (Ibidem, p.163). Na luta de classes, as relações de oposição dão valor distintivo às propriedades (Ibidem, p. 230). Esta diferenciação é geradora da própria identidade social: “(...) Por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença” (Ibidem, p.164). Bourdieu destaca, no entanto, que esta busca pela distinção pode ocorrer de forma não intencional, sem uma procura explícita pela diferença (Ibidem, p.231).

Por estes mecanismos, o gosto se torna o “operador da transmutação das coisas em sinais distintivos”, “uma prática classificadora” e “a expressão simbólica da posição de classe” (Ibidem, p.166). Os produtos oferecidos pelo campo de produção e o campo dos gostos socialmente produzidos estão em uma relação dinâmica entre si – nenhum, portanto, é soberano por si só (Ibidem, p.216).

Ao reconhecer a influência de Bourdieu em sua obra, Lamont o faz criticamente. Ela coloca o autor em meio a outras teorias, como a da escolha racional, a Marxista e a estruturalista, as quais contesta por apontarem uma suposta característica essencial dos seres humanos: a maximização das utilidades, onde o desequilíbrio de valor dos recursos seria o principal determinante da ação social (LAMONT, 1992, p.179).

Para Lamont, Bourdieu, especificamente, tende a predefinir os recursos valorizados (Ibidem, p.184). Com Annette Lareau, a autora passa a trabalhar, na década de 90, em uma adaptação da abordagem de Bourdieu sobre a articulação entre cultura e a reprodução da desigualdade para os Estados Unidos. Ao escreverem sobre capital cultural, ambas concluíram que o trabalho de Bourdieu tinha falhas metodológicas e lacunas conceituais:

Onde Bourdieu presumiu que havia uma cultura legítima, sugerimos que há uma variedade entre nações na permeabilidade de fronteiras de classe e no grau de consenso e

estabilidade da cultura legítima. Nós também sugerimos uma multiplicidade de formas de capital cultural e uma autonomia potencial da cultura das classes baixas (...) Nós também argumentamos que em vez de definir o capital cultural como a familiaridade com a alta cultura e com o que é valorizado pelo sistema escolar, deve ser examinado através de entrevistas e observação o que conta como sinal cultural de alto status para atores sociais particulares. (LAMONT, 2010, p.5).

Assim, o estudo “Money, Morals, and Manners” usa a obra de Bourdieu como ponto de partida para entender os valores da classe média alta também nos Estados Unidos, em uma crítica explícita e sistemática à aplicabilidade geral de “A Distinção”. O passo fundamental sugerido por Lamont é acolher a variabilidade, cuja observação é melhor constatada empiricamente. A entrevista se torna um “laboratório” onde os entrevistados se envolvem no *boundary work*² – no caso de “Money, Morals, and Manners”, foi possível ser observado que, embora os membros da classe média alta americana geralmente não apreciem a alta cultura como os franceses, eles, no entanto, “compartilham roteiros culturais sobre o que é uma pessoa digna, que são parcialmente definidos em oposição aos roteiros percebidos como valiosos em outros grupos” (Ibidem, p.7).

Em vez de adotar arbitrariamente hipóteses metateóricas relacionadas ao poder explicatório relativo dos interesses ideais e materiais, ou das necessidades socioeconômicas versus outras orientações mundanas, eu tomo a questão do relacionamento entre estes termos como uma questão em aberto que deve ser examinada empiricamente caso a caso. Na realidade, meu estudo sugere que o papel das considerações morais, culturais e socioeconômicas na formatação da vida social varia em tempo e espaço. (LAMONT, 1992, p.181).

Se prioriza a coleta empírica de dados, Lamont dá importância também a determinantes macroestruturais e repertórios culturais os quais os atores acessam no *boundary work*. Neste sentido, a autora também critica o foco de Bourdieu em fatores próximos, através do *habitus*, na construção das visões de mundo pelos atores (Ibidem, p.181). Para ela, Bourdieu também deixa lacunas ao “exagerar” na importância dada às fronteiras culturais e socioeconômicas, subestimando as fronteiras morais (Ibidem, p.5).

Assim, enquanto para Bourdieu “as relações sociais têm mais realidade do que os sujeitos que as praticam” na lógica das relações simbólicas (BOURDIEU, 1974b, p.25), Lamont leva em conta também outros motores para a ação humana:

Por minha própria experiência de vida, permaneço certa de que prazer, curiosidade e a necessidade de comunidade e reconhecimento são motores poderosos para a ação humana, certamente tão poderosos como a busca do poder e a maximização da posição

² “Boundary work” é um conceito recorrente na obra de Lamont que pode ser traduzido como algo próximo de “trabalho de construção de fronteiras”. Na impossibilidade de uma tradução acurada, uso o termo original em inglês, com exceção das citações diretas.

de alguém nos campos de poder, privilegiados por Bourdieu. Essas diferenças metateóricas essenciais me colocaram em diferença de forma fundamental de seu trabalho e do de alguns de seus seguidores. Assim, tomar distância de Bourdieu não era simplesmente uma questão de se afastar ou de fazer perguntas que ele não tinha considerado. Significava propor uma abordagem diferente focada no trabalho de fronteira que, se não substituísse a de Bourdieu, era fundamentalmente ‘outra’: eu dava novos ângulos a questões novas e diferentes, e vários desses ângulos exigiram rejeitar algumas das bases do aparelho teórico de Bourdieu. (LAMONT, 2010, p.12).

3.2 O simbólico e o social

A partir desta nova proposta, Lamont aponta como um dos principais objetivos de “Money, morals, and manners: The culture of the French and the American upper-middle class” o “clarificar a relação entre as fronteiras simbólicas e a desigualdade especificando com e sob quais condições as fronteiras desenhadas pelos entrevistados pudessem levar a uma reprodução de classe” (LAMONT, 1992, p.6). Outro objetivo foi fornecer uma explicação multicausal para as diferenças no *boundary work* entre diferentes grupos.

O estudo é um dos trabalhos mais marcantes da obra de Lamont e da literatura sobre fronteiras, onde o conceito é aplicado no debruçar sobre membros das classes médias altas da França e dos EUA. A ferramenta teórica é aplicada a nível empírico – conexão esta altamente desejável para a autora. “Money, morals, and manners” se propõe a comparar como estes grupos definem “uma pessoa de valor” através das fronteiras simbólicas, explicando as diferenças transnacionais mais importantes destas definições ao levar em conta as características estruturais e culturais destas sociedades. Foram feitas entrevistas com 160 homens brancos, graduados e moradores de Nova York, Indianapolis, Paris e Clermont-Ferrand (Ibidem).

A autora defende que as fronteiras simbólicas não necessariamente têm causalidade direta, apesar de poderem estar relacionadas, com a exclusão e com a desigualdade. Apesar das fronteiras simbólicas serem “os tipos de linhas que os indivíduos desenharam quando categorizam pessoas” (Ibidem, p.1), Lamont aponta que a origem destes desenhos não é necessariamente intencional:

Em vez de assumir que as fronteiras simbólicas levam diretamente à exclusão, precisamos vê-las como uma condição necessária mas insuficiente para a criação da desigualdade, e da exclusão por si só, como o efeito frequente e não-intencional do processo de definição da identidade própria (Ibidem, p.6).

Mas Lamont reconhece também que as fronteiras têm papel na produção da desigualdade:

(...) As fronteiras não só criam grupos, elas potencialmente produzem a desigualdade porque são um meio essencial pelo qual os indivíduos adquirem status, monopolizam recursos, evitam ameaças ou legitimam suas vantagens sociais, frequentemente em referência à superioridade no estilo de vida, hábitos, caráter e competências (Ibidem, p.12).

A autora sugere que somente as “fronteiras fortes” podem gerar desigualdade, e que a diferenciação não necessariamente leva à hierarquia (Ibidem, p.178). Isto pôde ser observado, por exemplo, nos resultados empíricos de sua pesquisa:

É interessante notar que as fronteiras morais parecem ser levemente mais condutoras para a diferenciação, e menos para a hierarquização, do que outros tipos de fronteiras: especialmente na França, indivíduos que desenham fronteiras morais fortes têm maior probabilidade do que aqueles que delinham fronteiras culturais e socioeconômicas fortes de dizer em entrevistas que eles não se sentem superiores a ninguém, que apreciam as diferenças (...) (Idem).

O livro distingue também as fronteiras a partir de diferenças internas, como intelectuais versus não-intelectuais, ou pessoas que trabalham diretamente em ocupações que envolvem lucro e o oposto, além daqueles que têm antecedentes familiares de classe alta com outros que não. Segundo a autora, “examinar estas variações internas nos ajuda a ganhar um melhor entendimento do papel desempenhado por condições estruturais próximas na formação de fronteiras” (Ibidem, p.150).

A autora leva em conta ainda explicações multicausais e condições estruturais das quais os agentes bebem, como recurso, no processo de construção de fronteiras.

Usando dados comparativos, argumenta-se que o conteúdo das fronteiras simbólicas desenhadas pelas pessoas, e particularmente a saliência relativa das fronteiras morais, socioeconômicas e culturais, varia com os recursos culturais aos quais os indivíduos têm acesso e com as condições estruturais nas quais estão colocados. (Ibidem, p.6).

Ao analisar, por exemplo, a valorização da simpatia, do espírito pacifista e de equipe nos Estados Unidos, a autora relaciona estas características com uma maior mobilidade no mercado de trabalho, o que gera maiores incertezas neste ambiente. Por outro lado, os valores culturais diferentes nos EUA e França podem ser explicados em parte, respectivamente, pela influência do pragmatismo e da tradição intelectual cartesiana (Ibidem p. 134).

Desta forma, o “material” do qual são formadas as fronteiras existe antes das interações situacionais e é determinado por recursos culturais disponíveis, além de constrangimentos

espaciais, geográficos e socioestruturais. E por que são criadas? Para Lamont, esta é uma parte intrínseca do processo de autodefinição (Ibidem, p.11).

Em seu trabalho, Lamont não se limita a apontar *quais* são as fronteiras construídas pelo atores. Eu diria que ela retrata também *como* elas são desenhadas: franceses e americanos, por exemplo, dão valor a sinais socioeconômicos de status diferentes – os franceses valorizam mais o poder, e os americanos, sucesso e dinheiro. Em relação às fronteiras culturais, estas são delineadas com muito mais força na França do que entre os americanos.

Em trabalho posterior, “The Dignity of Working Men”, Lamont também busca descobrir os *mapas mentais*, através de entrevistas, porém de um outro grupo: a classe trabalhadora e moradora de subúrbios de Nova York e Paris. O objetivo que permeia a pesquisa é encontrar as definições destas pessoas de identidade, valor e status, além de interpretar o modo pelo qual elas constroem um sentido de autoestima. Os resultados mostram que, para estes trabalhadores, a moralidade ocupa um lugar central (LAMONT, 2000, p.2). Segundo a autora, “os trabalhadores dissociam o status socioeconômico do valor moral e logo se colocam acima da classe média alta de acordo com um padrão ao qual eles colocam grande importância” (Ibidem, p.3).

Lamont logo se diferencia de abordagens centradas no Estado e nas instituições que, para ela, podem tender a ser mecanizadas. Ela defende que, ao focar em múltiplas formas de delimitação de classe, obtém-se um entendimento mais complexo das identidades e consciências de classe, em comparação com métodos tradicionais. Se os estudos sobre diferenças culturais entre nações focaram em um caráter nacional, Lamont propõe o entendimento das diferenças a partir do acesso que as pessoas têm a “recursos” ou “repertórios culturais”, como o protestantismo, a democracia americana e até mesmo a masculinidade (Ibidem, p.26). Em contraste com as opiniões sobre sucesso entre os trabalhadores americanos, os franceses se valem dos discursos de sindicatos e partidos políticos para definir um sucesso não conectado ao status socioeconômico (Ibidem, p.118).

Ao lado de Molnár, Lamont retoma a dinâmica entre fronteiras simbólicas e sociais no artigo “The study of boundaries in the social sciences”, onde vai defender novamente que, a nível causal, as fronteiras simbólicas são condições necessárias mas insuficientes para a existência de fronteiras sociais (LAMONT; MOLNÁR, 2002).

Assim, as fronteiras simbólicas são frequentemente meios para fortalecer, manter, normalizar ou racionalizar fronteiras sociais, mas também para contestar e enquadrar o

significado destas. No primeiro caso, o do reforço das fronteiras sociais, os autores dão o exemplo dos marcadores culturais de classe e da estereotipação cognitiva da desigualdade de gênero. Por outro lado, Lamont e Molnár afirmam que em alguns casos, as fronteiras simbólicas se tornam tão salientes que tomam o lugar das fronteiras sociais – por exemplo, na unificação da Alemanha, mesmo não havendo mais fronteiras sociais entre o lado Ocidental e Oriental, as fronteiras simbólicas se fortaleceram. Este e outros estudos de caso observados empiricamente vêm consolidando e desenvolvendo a literatura sobre as fronteiras.

3.3 Novos caminhos para a literatura

A dinâmica entre as fronteiras simbólicas e sociais também é uma lente pela qual Graziella Mores Silva escolhe se debruçar sobre a realidade – no caso de um de seus estudos em particular, sobre as relações raciais no Brasil, área de estudo que, para a autora, pode particularmente se beneficiar da abordagem multidimensional proposta pelo conceito de fronteiras (SILVA, 2016).

Considerando que a literatura sobre o tema tende a indicar que as fronteiras simbólicas fortes, através de estratégias de ação coletiva antirracismo, são uma causa possível para o enfraquecimento das fronteiras sociais, Silva propõe observar como esta dinâmica se configura no Brasil. Ela defende que considerar distintas dinâmicas entre fronteiras simbólicas e sociais pode ser uma abordagem chave para entender as diferenças nas relações raciais entre diversos países.

No país, o quadro descrito pela autora exibe fortes fronteiras sociais entre categorias raciais (desigualdades socioeconômicas pareadas com as categoriais raciais), mas fronteiras simbólicas fracas (expressas em geral na ausência, por negros e brancos, da percepção que são culturalmente diferentes ou que formam grupos delimitados). Esta configuração, segundo a autora, tem ao longo do tempo gerado debates sobre a sociedade brasileira: “Por que o preconceito racial e a discriminação simbólica não criam fronteiras simbólicas mais fortes é uma questão-chave na literatura brasileira sobre relações raciais” (Ibidem, p.797).

Mas isto não implica que o reforço das fronteiras simbólicas seria a “receita” para o enfraquecimento das fronteiras sociais:

Em vez disso, no restante deste artigo proponho levar mais a sério as diferentes dinâmicas no modelo de fronteiras sociais fortes/fronteiras simbólicas fracas. Embora seja verdade que as fronteiras simbólicas fracas podem ser um obstáculo para a mobilização antiracismo e os movimentos negros, elas também podem ser a razão pela qual a pobreza da população brasileira negra raramente seja atribuída a diferenças culturais ou morais (em uma espécie de cultura da pobreza) ou ao desempenho individual (Ibidem, p.798).

A abordagem proposta prova sua aplicabilidade na observação feita por Silva da categoria dos pardos: próximos dos negros nos indicadores socioeconômicos, mas próximos dos brancos quando o tema é a percepção da discriminação. Para a autora, este grupo parece estar negociando fronteiras sociais e simbólicas, evidenciando “formas originais de resistir à estigmatização racial” (Ibidem, p.803). Assim, a mestiçagem se revela um espaço em que fronteiras simbólicas borradas permitem aos agentes negociar direitos, identidades e limites entre “nós e eles” (Ibidem, p.804).

A esse estudo de caso, se soma na demonstração da aplicabilidade do conceito de fronteiras a análise feita por Tilly das festividades realizadas por imigrantes bolivianos em Buenos Aires. Aqui, é interessante notar nem tanto a relação entre as fronteiras sociais e simbólicas, mas a alternância destes limites a depender de uma variabilidade situacional.

O autor observa como, nas festividades, estes bolivianos usam das origens indígenas, da pureza cristã ou da própria nacionalidade boliviana como propriedades distintivas suas. Nestes eventos, eles delimitam uma fronteira clara entre eles e seus vizinhos argentinos; mas, no cotidiano, eles podem muito bem adotar identidades múltiplas, como a do trabalhador, da mulher, do cliente e até mesmo de portenho (TILLY, 2003, p.211).

Considerar esta multiplicidade é especialmente relevante para o estudo da percepção da diferença dos porteiros em relação aos moradores, uma vez que as entrevistas indicam que distintas circunstâncias ora explicitam o lugar destes atores como funcionários, subordinados, migrantes, nordestinos e pobres. Conforme afirma Tilly: “Nem identidades prevaletentes nem as distinções entre as categorias permanecem constantes. Pelo contrário, elas estão incessantemente em jogo” (Ibidem, p. 212).

3.4 O trabalho relacional

Neste jogo dinâmico, Tilly prevê, em coautoria com Viviana Zelizer, o papel das interações interpessoais na geração, desenvolvimento e alteração das categorias (ZELIZER;

TILLY, 2006). Ainda assim, vale destacar a ressalva feita pelos autores de que nem todas as categorias resultam das interações interpessoais e nem sempre são essencialmente sociais.

Tilly e Zelizer vão chamar de “trabalho relacional” o esforço de estabelecer, encerrar, negociar e transformar as relações interpessoais. Os autores dão espaço importante para o uso deste conceito nas práticas monetárias como resultado, conteúdo e origem das relações sociais. Assim, analisam a construção de fronteiras em estudos de caso, por exemplo, sobre a consolidação do Euro, a remessa de bens por imigrantes e sistemas de circulação monetária locais.

Conforme apontam Guimarães e Vereta-Nahoum em uma breve apresentação da obra de Zelizer, a autora abre espaço para a compreensão da economia tanto como campo de ação social quanto como um conjunto de saberes especializados (GUIMARÃES; VERETA-NAHOUM, 2017). É importante destacar, porém, que a discriminação social associada à cultura não é central para a pesquisa de Zelizer (STEINER, 2012).

Em um artigo, Zelizer faz um balanço de suas escolhas teóricas:

Dizer “trabalho relacional” pode ser algo muito anódino, carente de interesse, porque, em sociologia, todos nós estudamos esse trabalho. Entretanto, o que desenvolvi em meus estudos é algo muito mais específico. Refiro-me à combinação de certas relações com certas transações econômicas, com certos tipos de moedas, com certos significados. E a negociação entre essas quatro ou cinco (dependendo de como queiram definir) dimensões, presentes em qualquer vida econômica, é o que se destaca como interessante. Não se trata de simplesmente dizer que há trabalho relacional. (ZELIZER et al., 2017, p.199).

Trabalhos como o de Zelizer colocaram à prova, frequentemente por meio de testes empíricos, interpretações da teoria social clássica que colocam o dinheiro e a sociabilidade como mundos hostis (GUIMARÃES; VERETA-NAHOUM, 2017). Esta escolha teórica valoriza a importância dos próprios processos sociais, que entram em voga no momento em que o dinheiro se encontra com as relações interpessoais:

(...) Zelizer formulou então uma tese primordial: a vida social é muito mais forte do que o comumente suposto, já que os recursos culturais podem conter o impacto que pensa-se ter o dinheiro uma vez que os pagamentos monetários são introduzidos em um domínio social anteriormente protegido contra seus efeitos corrosivos. (STEINER, 2012, p.3).

No trabalho “A negociação da intimidade”, Zelizer mais uma vez se coloca em oposição à crença comum de que laços íntimos e racionalidade econômica se contradizem. Mais do que um

senso comum, na verdade a autora alerta que esta suposta contradição entre afeto e dinheiro se reflete nas interpretações científicas das relações econômicas íntimas (ZELIZER, 2011).

Ela divide tais interpretações em três grupos de analistas. No primeiro, o mais numeroso, estão aqueles estudiosos que defendem a ideia de “esferas separadas e mundos hostis”: quando as esferas do sentimento e da racionalidade se encontram, haveria uma contaminação inevitável e resultante desordem. O segundo grupo é denominado de “Nada além de”: longe de ser um encontro entre dois princípios contraditórios, tal mistura nada mais seria do que outra versão da atividade do mercado normal, ou de uma expressão cultural ou do exercício de poder. Por fim, o último grupo, ao qual Zelizer se filia, defende que, a partir da mistura das duas esferas, as pessoas “participam ativamente da construção e da negociação das ‘vidas conexas’” (Ibidem, p.28).

Eu argumento, em primeiro lugar, que as pessoas participam rotineiramente do processo de diferenciar relações sociais significativas, inclusive seus laços mais íntimos. Elas assumem o trabalho relacional. Dentre outros marcadores, usam diferentes sistemas de pagamento – meios – para criar, definir, afirmar, desafiar ou derrubar tais distinções. Quando as pessoas lutam por pagamentos, é claro que costumam discutir o valor do dinheiro devido, mas é impressionante a frequência com a qual discutem a forma de pagamento e sua propriedade para relação em questão. (Ibidem, p.33).

Em outro trabalho, Zelizer, ao lado de Tilly, define a confiança como a colocada em risco de eventuais consequências valorosas por conta de erros, falhas ou atitudes inapropriadas de outras pessoas (ZELIZER; TILLY, 2006). Estas pessoas formam uma rede ligada por laços fortes, coletivamente conduzindo empreendimentos de longo prazo como a procriação ou a prática de uma religião perseguida.

Os próprios autores citam a relação entre porteiro e morador como uma relação de confiança. Conforme será analisado no próximo capítulo, porteiros estão vinculados a um empreendimento coletivo, por exemplo, expresso no compromisso com a privacidade e segurança dos condôminos, ou ainda na manutenção do funcionamento do prédio e da boa convivência condominial.

Como veremos a seguir, a portaria é cenário para trocas das mais diversas, inclusive monetárias. Além de expor questões próprias do mundo do trabalho, como a hierarquia entre patrões e empregados, a relação entre porteiros e moradores envolve trocas de presentes, doações e ajudas como o empréstimo de dinheiro; também exhibe a negociação por itens materiais, como vagas de garagem e despesas da moradia funcional. Desta forma, debruçar-se sobre a literatura acerca da dádiva e da troca de objetos faz-se fundamental.

A caracterização da dádiva como um “fato social total”, conforme apontado por Mauss (1974³ apud COELHO, 2006), vem comprovando sua relevância teórica ao longo do desenvolvimento da antropologia. Como sustentado por aquele autor, ela permite a discussão de diversos aspectos da vida social, sendo uma espécie de imbricação de suas várias dimensões (COELHO, 2006).

Todavia, pesquisas mais recentes têm relativizado algumas tipificações estabelecidas por Mauss ao observar o ritual do *potlach*, como por exemplo a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir embutida na dádiva. Segundo Mauss, na teoria, a dádiva teria um caráter voluntário, mas, na realidade, estaria implicada a compulsoriedade da retribuição.

O desenvolvimento da teoria antropológica significou o deslocamento do foco de estudos nas sociedades primitivas para incluir também as sociedades urbanas contemporâneas (Idem). Estas produções mais recentes têm mostrado a existência, por exemplo, de dádivas em que não há a obrigação maussiana de retribuir (STEINER, 2017).

Reinterpretações como a liderada pela escola de Alain Caillé têm ampliado e qualificado o uso do conceito de dádiva na sociologia. Caillé faz um esforço de caracterizar a dádiva em um escopo muito mais amplo, colocando-a como um fenômeno empírico que permite estudar a fabricação elementar da solidariedade social não só na sociedade moderna, quanto em todas as outras (Idem). É na sociabilidade primária, como na vida afetiva e na vizinhança, que a dádiva moderna se realiza prioritariamente, mas Caillé aponta que o espaço da sociabilidade secundária, regida por normas burocráticas e mercantis, abre a dimensão política da dádiva. E mais: as sociedades modernas fornecem espaço ainda para a “dádiva a estranhos”, tipificação aprofundada por Steiner na sua defesa do conceito de *dádiva organizacional*.

Já outros estudos têm se direcionado ao entendimento da dádiva como estratégia de construção de identidades e de expressão de emoções – saindo de uma perspectiva teórica dominante que olhava para sua natureza “sistêmica” em direção à valorização da agência individual e da “cultura em uso”, como defendido por Coelho (COELHO, 2006, p.14). Nesse sentido, as trocas de objetos podem ser lidas como uma forma de comunicação, capaz de gerar mal-entendidos como os previstos nos ruídos linguísticos stricto sensu (Ibidem, p.50).

É com esta abordagem que Coelho se debruça sobre a oferta de presentes de patroas a empregadas domésticas no Rio de Janeiro. Entender esse estudo de caso é especialmente útil para

3 MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU, 1974.

a posterior análise das trocas de objetos entre porteiros e moradores, uma vez que as ocupações de empregada doméstica e porteiro compartilham várias semelhanças: têm marcas da absorção da força de trabalho migrante; são desempenhadas em ambiente doméstico, por vezes oferecendo moradia no local do emprego; e ainda são marcadas pela baixa escolaridade e qualificação destes trabalhadores (BARBOSA, 2000).

A hierarquia laboral e social, presente na relação com os empregadores em ambos os casos, é componente essencial na troca observada por Coelho. Os presentes dados pelas patroas às empregadas constituem, segundo a autora, uma dádiva interessada e unilateral. As patroas ofertam presentes esperando como retribuição não outro objeto, mas um sentimento que muitas vezes não se cumpre – o de gratidão. Esta oferta também não exige e, no limite, não admite reciprocidade, fugindo então ao modelo tradicional em que a retribuição é compulsória:

Nos depoimentos das patroas, as trocas de presentes com as empregadas têm um caráter essencialmente assimétrico. A própria expressão “troca de presentes” chega a soar inadequada, a não ser que tomemos “presente” em um sentido bastante elástico, incluindo aí formas imateriais de dádiva, tais como favores, serviços e mesmo sentimentos. (COELHO, 2006, p.68).

A autora vê nestas situações uma dramatização da natureza desta relação tão fortemente hierarquizada entre patroas e empregadas. A retribuição esperada não é material, mas emocional, o que demarcaria, através do sentimento de gratidão, a “posição permanente” de “servidão” da empregada em relação à patroa (Ibidem, p. 71). Mas as empregadas também exercem seu poder de agência: ao negar a concessão da gratidão, elas experimentam subjetivamente uma recusa do seu lugar nesta hierarquia; ou, mostrando-se gratas, confirmam este estado de servidão (Ibidem).

A hierarquia imbuída nesta troca, para Coelho, pode ser observada na não consideração do gosto pessoal da empregada na escolha dos presentes:

A desatenção dada em geral ao gosto pessoal da empregada viria, então, reforçar a interpretação aqui proposta de que nestas dádivas as patroas estariam expressando o modo como vivenciam a relação com as empregadas, marcada por um viés fortemente hierárquico em que as trocas são realizadas muito mais entre pessoas – no sentido de ocupantes de papéis sociais – do que entre indivíduos – no sentido de seres dotados de singularidade. Trata-se, acima de tudo, de um presente que uma patroa dá a uma empregada (Ibidem, p.73).

Assim, estudos recentes que têm se debruçado sobre as trocas de objetos se somam a outros que veem nas relações interpessoais, observadas empiricamente, um espaço importante para a análise da categorização empreendida e da construção de fronteiras pelos atores. Essa

perspectiva é especialmente interessante no estudo da relação entre porteiros e moradores, uma vez que permite a aplicação do que Tilly chamou de “leitura relacional da desigualdade” (TILLY, 2005).

Assim, a desigualdade, traço marcante da sociedade brasileira e objeto de vigorosa e contínua atenção dos intérpretes do Brasil, como explicitado no Capítulo 1, pode ser observada também por lentes que se voltam para o nível interpessoal. O esforço chamado por Tilly e Zelizer (2006) de trabalho relacional ganha potência particular na esfera de intimidade e confiança, atributos marcantes do cenário em que se descortina a relação entre porteiros e moradores, a ser apresentada e analisada, a partir da fala dos entrevistados sobre suas experiências de vida e cotidiano de trabalho, no capítulo a seguir.

4. PORTEIROS E SUAS FRONTEIRAS EM DISCURSO

Se as fronteiras simbólicas são frequentemente colocadas em prática no nível discursivo, como aponta Lamont, as entrevistas indutivas são um método de coleta de dados que permite gerar dados comportamentais, especialmente porque os entrevistados não estão cientes da existência destas fronteiras como fenômeno social (LAMONT, 1992).

Segundo a autora, o discurso cristaliza o “trabalho de construção de fronteira na discriminação institucional como efeito das fronteiras simbólicas subjetivas” (Ibidem, p.18). Considerar as variações no conteúdo das fronteiras simbólicas desenhadas pelos diferentes grupos possibilita estudar a própria dinâmica e natureza das relações entre os grupos (Ibidem, p.128).

Como demonstra em sua produção, Lamont mostra que questões semiabertas permitem que os próprios entrevistados definam seus valores mais importantes (Ibidem, p.3). Tal método, por exemplo, permitiu acessar as opiniões dos trabalhadores americanos e franceses sobre as diferenças raciais, sem, no entanto, ser esse o tema central das entrevistas do livro “The dignity of working men” (LAMONT, 2000).

Para a presente pesquisa, optou-se então pelo uso de entrevistas, com roteiro semiestruturado⁴, como principal método de coleta de dados. Este roteiro foi desenhado de forma a evidenciar o *boundary work* em discurso, com questões semiabertas que convidam a um processo de valoração pelo próprio entrevistado.

Naturalmente, porém, tal método pode ter limitações. Lamont indica que uma delas pode ser, por exemplo, alguma desconexão entre as fronteiras a nível discursivo versus situacional:

Por nossa falta de conhecimento geral relacionado ao trabalho de construção de fronteiras, parece justificado assumir para propósitos heurísticos que as fronteiras que emergem durante as entrevistas são ilustrativas das categorias mais imediatamente salientes e, portanto – e desejadamente – mais centrais nos mapas mentais dos entrevistados. É improvável que estas fronteiras estejam separadas dos mapas mentais fundamentais dos respondentes, mesmo que fatores situacionais possam criar distorções (...) (LAMONT, 1992, p.13).

As distorções, assim chamadas por Lamont, não se tornam um problema uma vez que não se pretende, nesta pesquisa, que os resultados sejam representativos do grupo de porteiros da cidade ou da Zona Sul do Rio de Janeiro, podendo ser generalizados. Conforme aponta Mario Luis Small, uma inclinação para que os estudos qualitativos ganhem as propriedades de

⁴Ver Apêndice.

generalização tem origem na hegemonia dos estudos quantitativos, não só nas ciências sociais. É nesta situação que emerge uma tentativa de imitação dos casos quantitativos (SMALL, 2009, p.10).

Diferente dos *surveys*, que buscam uma representatividade de uma população maior, com o argumento de que são baseados em uma amostragem aleatória, as entrevistas em profundidade dificilmente permitem a generalização – dado que há um controle sobre a população e o processo de amostragem. Assim, dando um exemplo, Small propõe uma pesquisa que utilize não uma "amostra de 35 pessoas", mas um "conjunto de 35 casos" (Ibidem, p.15).

Small retoma o trabalho de J.C. Mitchell (1983⁵ apud SMALL, 2009, p. 22), que se preocupa menos com a “inferência estatística” do que com a inferência “lógica/causal/científica”. Esta última consiste em um “processo pelo qual o analista tira conclusões sobre as ligações essenciais entre duas ou mais características em termos de algum esquema explanatório”. Portanto, a defesa é por um método baseado na inferência lógica e nas condições internas do caso.

Levando tais reflexões em consideração, o roteiro construído e aplicado nas entrevistas com os porteiros foi desenhado de forma a estimular descrições e definições através das quais estes trabalhadores podem em alguns momentos se identificar, e em outros se distinguir, principalmente diante dos moradores dos prédios em que trabalham. Para desenhar o que Lamont chamou de mapas mentais, algumas perguntas incluíram adjetivos – não só referentes a moradores e síndicos, por exemplo, mas à própria circunstância da experiência, como um dia “bom” ou “ruim” de trabalho, uma vez que, como apontou esta autora, as fronteiras também podem se referir ao tempo e ao espaço (LAMONT, 1992).

De acordo com Lamont, a busca pelo *boundary work* ganha nas entrevistas propriedades por vezes mais adequadas do que o método da observação:

Ao focar em entrevistas em vez de observação, privilegio a amplitude sobre a profundidade: as entrevistas permitem coletar dados de um maior número de indivíduos do que a observação, melhorando assim a confiabilidade da comparação. No entanto, esta técnica de coleta de dados não fornece o tipo de informação comportamental em profundidade que poderia ser obtido a partir da observação participante. Nas entrevistas, é provável que os indivíduos forneçam o que acreditam ser as respostas socialmente mais desejáveis para as perguntas, particularmente em uma situação presencial. Assim, pode-se esperar que o discurso moral seja tornado particularmente relevante neste contexto. Isto está de acordo com os objetivos da pesquisa, que é documentar os sinais de status altos - ou o que os entrevistados percebem ser as atitudes e comportamentos

5MITCHELL, J. Clyde. **Case and situation analysis**. The sociological review, v. 31, n. 2, p. 187-211, 1983.

mais desejáveis. Esta sinalização é vista como uma forma de comportamento (isto é, como uma performance) e não unicamente como uma atitude ou um discurso. (LAMONT, 2000, p.256).

Apesar de não ser o método prioritário, a observação pôde ser realizada nas entrevistas com os porteiros em algum nível, uma vez que a maior parte delas foi realizada no próprio local de trabalho dos entrevistados. Frequentemente, elas precisaram inclusive ser interrompidas por demandas da portaria, como a necessidade de manobrar algum carro, de comprar jornal na banca a pedido de algum morador ou de atender prestadores de serviço na recepção.

O “recrutamento” de entrevistados teve diversas origens. Pedi indicações de conhecidos e, ao mesmo tempo, ao fazer as entrevistas, solicitei que os próprios porteiros me sugerissem colegas que poderiam contribuir com o trabalho. Também abordei aleatoriamente alguns porteiros nas próprias recepções dos prédios. Foram realizadas 12 entrevistas com porteiros, trabalhadores em bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro. Apesar de a pesquisa não ter a intenção de configurar uma amostragem, a região da capital fluminense foi escolhida por concentrar bairros com melhores indicadores socioeconômicos do município, como o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), que combina dados de acesso ao saneamento básico, qualidade habitacional, escolaridade e renda (CAVALLIERI; LOPES, 2008).

Tal característica pode acentuar a expressão da desigualdade na relação entre porteiros e moradores. Por outro lado, esta região engloba também bairros com altos índices de densidade demográfica e verticalização, indicando uma concentração desejável de prédios residenciais.

Deixei para que os entrevistados optassem pelo melhor horário e local da entrevista. Alguns preferiram que estas fossem feitas em suas residências – muitas eram apartamentos funcionais no próprio local de trabalho. As entrevistas duraram de 1h30 a 2h, durante as quais fiz anotações no caderno e usei um gravador de voz.

O roteiro foi dividido em seções temáticas: uma “ficha técnica” dos prédios, de forma a extrair informações que poderão melhor caracterizar os condomínios; uma breve biografia do entrevistado; um retrato atual da composição familiar deste; trajetória escolar; trajetória ocupacional; trabalho atual; o exercício da profissão; relação com os moradores e percepção sobre os moradores; relações com os demais trabalhadores dos prédios; e, finalmente, expectativas e percepções sobre a profissão.

Percebi que esta ordem favoreceu a abertura dos entrevistados à dinâmica, uma vez que a recordação do passado, muitas vezes marcado pela migração, é permeado por sentimentos como

orgulho e afeto. Questões que a princípio poderiam ser mais delicadas de serem tratadas, como o conflito e a desigualdade diante dos moradores, foram alocadas mais para o final do roteiro. Tal ordem, no entanto, foi flexível, uma vez que a própria fala do entrevistado pôde adiantar ou postergar algumas questões previstas.

Além disso, o roteiro foi testado, o que significa que, por um período de aproximadamente um mês, uma versão original foi significativamente alterada até chegar à versão definitiva.

A etapa de análise das entrevistas envolveu a inteira transcrição destas e, posteriormente, tabulação das falas por 40 eixos temáticos em planilhas – como “trocas positivas com moradores” e “escolaridade da família”. Tal tarefa permitiu não só uma maior agilidade na localização de falas para a redação do texto, mas, principalmente, uma visão ora mais global, ora mais matizada, do que os porteiros disseram sobre determinados assuntos. Por outro lado, pelo grande volume de informações geradas, algumas questões levantadas na entrevista ficaram de fora da análise e redação final. Priorizou-se aqui o conteúdo que pudesse evidenciar a percepção da diferença nas relações interpessoais pelos entrevistados, em detrimento de questões mais pragmáticas sobre a categoria – como o envolvimento com o sindicato e as relações entre funcionários.

A análise deste material centrou-se não só nas circunstâncias que são subtrato para a construção de fronteiras entre porteiros e moradores, mas também nas falas e termos que condensam estas categorizações – Lamont, por exemplo, dá relevância a termos usados pelos franceses e americanos para distinguir os outros de si, como “phony”⁶ (LAMONT, 1992, p.25) e “fastidieux”⁷ (Ibidem, p.30).

A autora também “mede” a força com que os entrevistados desenham as fronteiras – como os americanos, que rechaçam com mais ênfase a incompetência, e os franceses, a estupidez (Ibidem, p.40). Além disso, ela analisa a extensão das respostas como um indicativo de como os franceses e americanos conceituam a inteligência: enquanto as falas dos americanos sobre o assunto são curtas e diretas, entre os franceses, são mais longas, ricas em detalhes e de comentários autorreflexivos (Ibidem, p.93).

⁶Adjetivo em inglês que remete a uma imitação barata, a um impostor. Palavra é uma das formas de categorização usada por americanos de classe média alta no desenho de fronteiras morais ao descreverem pessoas desonestas.

⁷Significa “tedioso” em francês. É uma das características que o “honnête homme” (homem honesto) consegue afastar, mesmo sendo instruído, segundo o desenho de fronteira moral feito por um entrevistado francês.

Lamont e Molnár classificam também três propostas de linhas de estudo sobre as fronteiras: aquela que se debruça sobre as propriedades destas, como permeabilidade, saliência, durabilidade e etc; outra que foca nos mecanismos associados com a ativação, manutenção, transposição, disputa, ligação, cruzamento e dissolução de fronteiras; por fim, a terceira linha centra-se nas retóricas e no conteúdo da inclusão versus exclusão (LAMONT; MOLNÁR, 2002, p.187).

Se a primeira e a terceira categoria aparecem no *boundary work* feito pelos porteiros, eu diria que é a segunda categoria, que foca nos diversos mecanismos que recaem sobre as fronteiras, a que mais se torna evidente em minha pesquisa. Isto porque há uma ampla gama de relações e situações possíveis entre porteiros e moradores, e muitas são ditadas a um nível interpessoal muito próximo, onde até mesmo a personalidade dos agentes pode ter influência. Portanto, menos do que características intrínsecas das fronteiras, tem mais valia a abordagem que mapeia as dinâmicas em torno delas.

Zelizer e Tilly também sugerem uma abordagem múltipla no que diz respeito às fronteiras. O programa de pesquisa sugerido pelos autores permite disciplinar a observação e a comparação dos seguintes elementos: a fronteira; relações dentro da fronteira; relações entre fronteiras; categorias significativas que distinguem pessoas, atividades e relações dentro da fronteira em comparação com aqueles que estão fora (ZELIZER; TILLY, 2006, p.27).

Eles também sugerem perguntas que auxiliam na análise do *boundary work*:

1. Em que medida e como as categorias disponíveis (ou as propriedades gerais de todas as categorias humanas) moldam a formação das relações sociais, por exemplo, limitando as possíveis definições de fronteiras entre nós e os outros?
2. Em que medida e como as pessoas que interagem parecem compartilhar categorias semelhantes ou idênticas para relações sociais?
3. Que processos produzem mudanças nas fronteiras sociais prevalentes, portanto nas categorias que as pessoas usam para organizar suas vidas sociais? (Ibidem, p.27).

Se estes autores, como também Lamont e Molnár, têm se voltado para a importância de como categorias simbólicas são explicitadas empiricamente, eles continuam filiados a uma abordagem que considera – mas não unicamente – os componentes estruturais na diferenciação entre os agentes. Nesse sentido, indicadores como gênero, origem e escolaridade têm lugar crucial neste estudo sobre os porteiros – que, como ocupação, também é fonte para fronteiras sociais e simbólicas. Conforme aponta Bourdieu, as trajetórias bibliográficas, ou carreiras, são

Sistemas de posições estruturalmente pertinentes sucessivamente ocupadas por uma classe determinada de agentes no mesmo campo intelectual ou em campos sucessivos, dotados de estruturas diferentes e ocupando posições diferentes na estrutura do poder. (BOURDIEU, 1974a, p.202).

Apesar de a presente pesquisa não ter tido como objetivo constituir uma amostragem, alguns indicadores socioeconômicos, que podem ser lidos como estruturais, são importantes para a análise das entrevistas a ser apresentada a seguir.

Em resumo, todos os 12 entrevistados são homens e migrantes do Nordeste, majoritariamente da Paraíba (9), seguida pelo Rio Grande do Norte (2) e Ceará (1) e trabalham distribuídos pelos bairros de Botafogo (2); Flamengo (2); Glória (1); Ipanema (4); Lagoa (1); Laranjeiras (1); e Leblon (1). Eles têm idade entre 20 e 83 anos; sete são casados, dois divorciados e três solteiros. No que diz respeito à escolaridade, um não concluiu o primeiro segmento do Ensino Fundamental; cinco concluíram o primeiro segmento do Ensino Fundamental; cinco concluíram o Ensino Fundamental; e apenas um entrevistado concluiu o Ensino Médio.

Antes de se tornarem porteiros, os entrevistados relataram terem trabalhado nos setores de agricultura, construção civil e comércio e serviços. A relação com nordestinos – familiares ou conhecidos – que já haviam migrado para o Sudeste os ajudou não só no estabelecimento inicial na cidade grande, na moradia por exemplo, como também na própria indicação para o trabalho de porteiro.

Como identifica Barbosa, a absorção da mão-de-obra migrante por algumas ocupações em particular deve ser entendida não apenas como efeito da relação entre oferta e procura: diferentes interesses, valores e agentes mediadores definem a adesão de determinados trabalhadores a determinadas ocupações, indo muito além do aspecto técnico e economicista (BARBOSA, 2000). Há claramente a constituição de redes estabelecidas em torno da migração e da ocupação.

O aprendizado sobre o trabalho de porteiro se deu, segundo os entrevistados, no próprio exercício da ocupação – sobretudo por meio da observação e sequências de tentativas e erros; da ajuda de profissionais mais experientes; ou, por fim, da substituição de porteiros em hierarquias mais altas durante o horário de almoço ou férias.

Tabela 1 – Síntese do perfil dos entrevistados

Nome (fictício)	Idade	Bairro onde trabalha	Local de nascimento	Escolaridade	Estado civil
Claudio	48	Flamengo	Paraíba	Ensino Fundamental completo	Casado
Cleberson	20	Botafogo	Paraíba	Ensino Fundamental completo	Solteiro
Cleiton	23	Botafogo	Paraíba	Primeiro segmento do Ensino Fundamental	Solteiro
João Francisco	56	Laranjeiras	Paraíba	Ensino Fundamental completo	Divorciado
Jordano	53	Ipanema	Paraíba	Ensino Médio completo	Divorciado
José Francisco	46	Ipanema	Ceará	Primeiro segmento do Ensino Fundamental	Casado
Luiz	47	Lagoa	Rio Grande do Norte	Primeiro segmento do Ensino Fundamental	Casado
Manuel	49	Leblon	Paraíba	Primeiro segmento do Ensino Fundamental	Solteiro

Natanael	38	Ipanema	Paraíba	Ensino Fundamental completo	Casado
Raimundo	83	Glória	Paraíba	Primeiro segmento do Ensino Fundamental	Casado
Reginaldo	45	Ipanema	Rio Grande do Norte	Ensino Fundamental completo	Casado
Roberto	43	Flamengo	Paraíba	Primeiro segmento do Ensino Fundamental incompleto	Casado

Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria.

A seguir, os principais resultados das entrevistas, em que os porteiros evidenciam percepções sobre o seu lugar diante dos moradores – um empreendimento de forte trabalho relacional. É importante frisar que, com a finalidade de facilitar a leitura, a íntegra das falas transcritas pode ter sido editada – mantendo-se, porém, a maior fidelidade possível ao que foi dito.

4.1 A distância que nos une

Conforme destaca Lamont, as fronteiras são comumente desenhadas pelos atores a nível discursivo, ainda que eles possam perceber ou não tais diferenças como um fenômeno social (LAMONT, 1992). Nas entrevistas realizadas com os porteiros, a percepção das fronteiras ora apareceu de forma mais direta nas falas, ora menos.

Alguns porteiros abordaram diretamente a percepção de diferenças diante dos moradores, evocando fronteiras simbólicas que por vezes têm articulação com as fronteiras sociais: aquelas

que separam o empregado do empregador; o pobre e o rico; e aquelas que evidenciam diferentes estilos de vida.

Lamont também tipifica diferentes fronteiras simbólicas - como as morais, que valorizam a honestidade, a ética no trabalho, a integridade pessoal e consideração dos outros; as socioeconômicas, baseadas em julgamentos focados na riqueza, no poder e no sucesso profissional das pessoas; e finalmente as fronteiras culturais, que priorizam a educação, a inteligência, os modos, os gostos e comando da alta cultura (Idem).

Entre os porteiros, falas sobre as diferenças em relação aos moradores também transitaram por estas diferentes categorias de fronteiras simbólicas. A condição de empregado, vinculada a um quadro socioeconômico instrumentalizado pelo trabalho, é destacada por Manuel na lembrança de uma persistente e incômoda situação em que um morador reclamava do cheiro que saía do apartamento do funcionário, no próprio condomínio em que ele trabalha.

Ninguém gostava dele... Ele era maluco... Ele, por exemplo, o maior problema dele comigo era porque quando eu fazia comida, o cheiro da minha comida ia pro apartamento dele. Porque a minha moradia fica embaixo do quarto dele. Aí ele falava que era "fedor": "O fedor da sua comida tá me incomodando" (...) Tava ficando num nível muito pesado. Aí ele, graças a Deus, ele saiu daqui (...) Não era só comigo, não... Ele pegava mais no meu pé porque eu sou empregado, né? (Manuel)

Já Reginaldo chega a atribuir a demissão em outro prédio a uma diferença que o coloca, no quadro laboral, em uma posição subordinada. O porteiro tinha um carro e usava, no prédio, a vaga de um apartamento desocupado. O imóvel então passou a ter uso por um novo morador e síndico, fazendo com que Reginaldo começasse a deixar o veículo estacionado na rua. Mas, segundo ele, mesmo deslocando o carro o morador manteve uma relação hostil:

Então meu carro foi pra rua, mas ele não concordava de eu ter carro. Ele falava que um funcionário dele não podia ter carro igual ao dele... Porque o meu carro era igual ao do filho dele. (Reginaldo)

Roberto destaca que a condição de empregador na figura do síndico dá material para uma intensificação na diferença – caracterizada como uma relação de submissão e autoridade:

A maioria dos síndicos, eles faz o que eles querem né? Principalmente com os funcionários, eles não respeita muito a gente. Eles acham que nós somos empregados deles, exclusivo. Eles começam a ter uma autoridade sobre a nossa pessoa, de achar que a gente tem que ser, de ficar submisso a eles. Tem que fazer o que eles querem, entendeu? Ou você faz o que eles querem ou rua, entendeu? (Roberto)

Já Luiz evoca a pobreza, também material para uma fronteira simbólica socioeconômica, como condição que leva a um tratamento diferenciado por parte de alguns moradores:

A maioria é gente boa, mas tem uns que a gente... A gente sabe que não pode falar essas coisas, mas tem uns que a gente simpatiza mais... O morador mais antigo daqui desde que eu cheguei é um dos que mais eu tenho pé atrás. Até se passa por você... Tem morador que dá bom dia ou não dá, passa por você como se tivesse vendo uma pedra... Porque num cachorro a gente faz carinho... O cachorro tem mais valor, hoje em dia, do que o pobre, a realidade é essa. (Luiz)

José Francisco reconhece explicitamente as diferenças entre porteiros e moradores, tanto no que diz respeito à classe social quanto na hierarquia do ambiente de trabalho. Mas, para ele, estas não deveriam impedir um tratamento de respeito entre estes atores. Aí, o entrevistado sugere uma dissolução das fronteiras por meio de valores morais:

Muitos pensa assim: [morador] tem que dar as coisas. Não precisa me dar, porque eu me alimento do meu salário, né? Como, né, como eu sou: eu sou pobre, aqui no prédio eu sou classe baixa, né, e eles são classe alta. Mas não é por isso que tem que pisar. O que tem de morador que chega e querem bater no porteiro... Aí, problema às vezes com família, às vezes com bebida, esse, acredito, é um morador ruim, porque, se eu tenho problema com a família pra que descontar no funcionário? (José Francisco)

Outro tema que evidenciou a percepção das diferenças foi o da socialização com moradores fora do ambiente de trabalho. Como será analisado posteriormente, as relações firmadas entre porteiros e moradores ultrapassam, de diversas formas, o binômio empregado-empregador. Estes atores frequentemente interagem no ambiente privado, transpassando as áreas comuns dos prédios. Em casos mais atípicos, esta interação ocorre em atividades de entretenimento e diversão, como celebrações e partidas de futebol.

Em geral, os entrevistados disseram que a socialização com moradores fora do ambiente de trabalho é rara. Mas, segundo a fala de dois deles, quando ela acontece, por vezes evidencia diferenças no estilo de vida – explicitando fronteiras que podem ser lidas como culturais. Percebe-se nestas falas uma marca de hesitação.

Só de vez em quando jogo um futebolzinho com alguém, mas pouca coisa. Porque é completamente diferente, né? Porque tipo assim, pode até ser legal e tal, mas eles já têm os amigos dele e tal... E não é bem aquilo... A gente não se sente bem, pra ser sincero (...) Nem todo mundo vai com o nosso modo de ver as coisas, assim... Bem, penso dessa forma, né? Eu acho que cada qual no seu canto. (Natanael)

Claudio diz que já recebeu diversos convites para festas de casamento e aniversário às quais não foi, pois em geral não se sente bem nestas situações. Seu relato deixa evidente um

incômodo com esta diferença sentida – desconforto este aliviado, segundo o porteiro, quando percebe que há, na família do anfitrião, pessoas pobres.

Eu sou meio furão, às vezes não vou. Eu acho que não ia me sentir muito bem... Não assim com eles, né? Mas com, como é que chama? Com os convidados, né? Ai... Eu sentava lá na minha mesinha com a minha família e aí ficava todo mundo dando a maior atenção, né? Eu falava: "Mas não se preocupe, não... tá tudo bem e tal". Que é pra não me sentir aquela pessoa, sei lá, menos do que eles, né? (...) Eu não sei não... talvez não fosse, né? Sentia um pouco diferente... Mas alguns deles eu já não senti porque via muito, assim, família misturas... Tipo assim, altos e baixos, né? Altos e baixos que eu digo assim que tem uma família com parente pobre, né? Pobre é o diabo, né? (Claudio)

4.2 Atenuando as diferenças: o ‘saber lidar’

Veremos a seguir que o cotidiano e intenso *trabalho relacional* (ZELIZER; TILLY, 2006) empreendido pelos porteiros envolve uma constante negociação das fronteiras que dividem estes trabalhadores e os condôminos. Especialmente por se firmar como uma relação de confiança, que também recai na esfera da intimidade, este trabalho relacional se supõe árduo: envolve estabelecer, combinar, reparar e às vezes desfazer limites, meios, transações e relações interpessoais íntimas (ZELIZER, 2011).

No caso dos porteiros, o *trabalho relacional* se manifesta fortemente naquilo que Barbosa chamou de *saber lidar*, tão ou mais importante do que o *saber fazer* – este, significando noções mais técnicas em atividades como a limpeza e o manuseio de equipamentos (BARBOSA, 2000). A habilidade de se relacionar é um requisito não só para manter um ambiente de trabalho agradável ou pela manutenção do emprego, mas para o próprio exercício da função.

Cada morador, que se pressupõe um patrão, requer determinado tipo de relacionamento e recepção para si e seus visitantes. O trabalhador ora deve ser discreto e introvertido, ora comunicativo e extrovertido. Saber oscilar entre estes dois extremos, dependendo de com quem se esteja lidando e em que momento, representa um saber essencial para estes trabalhadores. Logo, este saber exige a combinação precisa de humildade (quando possível e até certo ponto), maleabilidade e firmeza. Representa ainda a capacidade que o porteiro tem em alto grau de analisar e decodificar a cultura do dominador (BARBOSA, 2000, p.86)

A exigência desta habilidade, e também as frustrações decorrentes destas oscilações, se mostraram muito presentes nos discursos dos porteiros. O pedido de descrição, nas entrevistas, de um “bom” e “mau” porteiro tornaram isto bastante evidente. Ao lado de adjetivos como atento,

simpático e educado, “tratar bem” apareceu como um requisito muito frequente nas entrevistas. Note-se que o que está em questão não são saberes técnicos ou a especialização em alguma área.

A decodificação da cultura do dominador à qual se refere Barbosa define, segundo muitos entrevistados, o repertório ativado pelo porteiro diante do condômino – seja uma postura mais formal ou a abertura para conversas e brincadeiras.

É importante o perfil de cada morador. Se tem um que gosta de um tratamento diferenciado, então você dá um tratamento diferenciado pra ele. Tem aquele que é mais despojado, então você né... Leva de acordo com cada um. Você tem que ter esse conhecimento de cada morador pra que você não arrume inimigo dentro do próprio prédio. Um dia ele é síndico e ele te manda embora. (Reginaldo)

Saber lidar muitas vezes significa também, para os porteiros, ter a capacidade de apaziguar e evitar potenciais conflitos, além de não gerar confusão. Nas entrevistas, foi frequente a leitura de que o funcionário é muitas vezes a “válvula de escape” para o estresse dos moradores por motivos alheios à portaria; ou que os porteiros são alvo de impicâncias fúteis referentes ao seu trabalho por parte dos condôminos.

Pessoa que leva jeito pra ser porteiro... Primeiro tem que saber se comunicar, né? E ter calma, né? Acho que a calma é fundamental. A pessoa não pode se precipitar... Às vezes, tem horas que as pessoas se alteram à toa. Às vezes, um morador chega chateado com alguma coisa e a gente acaba sendo a válvula de escape deles, né? Eles aproveita e descarrega tudo que eles querem em nós. Se nessa hora a pessoa não tiver controle, acaba batendo de frente com o morador e vai levar a pior, né? A corda sempre arrebenta do lado mais fraco. (Jordano)

Como Jordano, João Francisco também fala dos riscos de uma conduta diferente da apaziguadora. Nestas falas, fica mais evidente a fronteira que existe entre funcionário e patrão:

Eu sempre tento amenizar. A pessoa fica falando no meu ouvido... Aí eu deixo o nervosismo passar. Porque tem gente que ainda bate boca com morador. Veem que você, trabalhador, tá certo e eles tão errados. Aí você tem que entender que ele é seu patrão. Você tem que amenizar pra depois, se tiver cabeça fria, você conversar e entender. Tem porteiro, tem amigo meu que bate de frente. Eu não. Bater de frente pra quê? O índice de desemprego já tá grande. Perde emprego, perde família, fica desempregado, qual pior? Você estando certo, você ouvir e depois conversar numa boa e eles entenderem ou você perder o emprego? (João Francisco)

É interessante fazer um paralelo destas falas com algo observado por Lamont em sua pesquisa com trabalhadores americanos e franceses dos subúrbios de Nova York e Paris (LAMONT, 2000). Ali, ela observou um forte aspecto moral na valorização, pelos americanos, do “trabalhar duro” e ser responsável. A autora enxerga componentes macroestruturais relacionados

a essas falas, onde tais valores são uma forma de manter a ordem frente a instabilidades como reestruturações econômicas, criminalidade e declínio social (Idem).

Aqui, os porteiros Jordano e João Francisco deixam transparecer, no comportamento apaziguador e na habilidade para a comunicação, uma conduta que também pode evitar adversidades – na fala de Jordano, o “arrebentar da corda no lado mais fraco”, temor que ganha corpo em uma eventual demissão.

É importante também considerar, como defende Lamont, componentes macroestruturais e repertórios culturais que mediam as condutas interpessoais dos atores, aqui tendo as portarias como cenários. Se nos Estados Unidos os valores morais dos trabalhadores têm relação com a formação da democracia americana e, na França, os valores socioeconômicos fazem referência aos discursos da tradição sindicalista, há de haver no Brasil uma abordagem multicausal que considere um repertório nacional próprio – que pode ter componentes como valores históricos e mensagens culturais difundidas pelo sistema educacional e pela mídia (LAMONT, 1992).

A cordialidade, destacada por Holanda e interpretada como um padrão de sociabilidade, pode ser identificada tanto nas condutas desejáveis a um porteiro segundo a fala dos entrevistados quanto também nas expectativas dos próprios condôminos. Para ambos, o esforço se dá na direção de personalizar as interações, priorizando a relação e deixando em segundo plano regras impessoais e universais.

Ao mesmo tempo, Cardoso aponta, nos primórdios do capitalismo brasileiro, para a construção de uma imagem, pelas elites, do trabalhador brasileiro como “pacífico”, “ordeiro” e “cordial” (CARDOSO, 2010). Esta caracterização, para o autor, está no mesmo campo semântico da ideia de que a escravidão no Brasil teria sido benigna – ambas impressões correspondendo à suposição de que as classes subalternas “conhecem seu lugar”. É esta noção que legitima a repressão e a violência, privada ou estatal, quando estas classes se rebelam ou afirmam sua autonomia (Idem).

Curiosamente, dois porteiros citaram situações em que sua delicada função de mediar relações deve contornar outro princípio de problema: o de ciúmes entre moradores em relação à atenção do funcionário.

Tem moradores que têm ciúminho... Tem essa parte também... Você tá numa portaria sozinho, chega uma senhora, entendeu? E você vai ajudar ela com alguma coisa e a outra chega com alguma coisa naquele mesmo tempo... Ou você ajuda uma ou ajuda a outra... Eu vou dar preferência pra quem? Pra quem chegou primeiro, né? Aí você fica escutando aquelas piadinhas, né? (Claudio)

Além dos favores, João Francisco aponta que o ciúme incide também nos bicos. Ele lembra de ocasiões em que não pôde lavar o carro de certos moradores por falta de tempo e os condôminos reclamaram que já haviam visto o funcionário lavar o carro de outros moradores.

Esta postura maleável e apaziguadora não é confortável para muitos: alguns apontam a necessidade de lidar com os condôminos como o principal fator para que não gostem de seus trabalhos. Segundo estes porteiros, estar em seu posto significa tratar com humores de pessoas que muitas vezes se veem como patrões diretos dos funcionários do prédio.

Particularmente, trabalho em prédio, mas não gosto. Vou ser sincero. (...) Ah, é muita chatice... Aí vem mais o lidar o dia a dia com as pessoas né? Não todos, tem alguns que nossa senhora, você tem que ter paciência né? Tem que ignorar muitas coisas. Tem que ter jogo de cintura pra não se estressar de bobeira, entendeu? Aí vem os moradores fica de muita exigência de uma coisa que a gente não pode fazer nada, entendeu? (Roberto)

4.3 Quando o saber lidar fracassa

As regras de funcionamento do condomínio são frequentemente relatadas como substrato para conflitos. Nestas situações, os porteiros se veem como mediadores e em uma posição delicada – entre zeladores das regras gerais de convivência e o anseio por uma relação harmônica com os moradores. A garagem, segundo muitos entrevistados, é um dos principais cenários para estas disputas – em que moradores acabam estacionando em vagas que não são a eles destinadas ou, em outro exemplo, onde pedem como favor para os funcionários que seus convidados tenham algum espaço para seus automóveis.

Em situações limite, conflitos envolvendo regras do prédio levam à ameaça ou à efetivação de agressões físicas, como relatado por três entrevistados. Eles merecem ser relatados detalhada e separadamente, pois tornam muito claro os materiais objetivos – como a refrigeração dos apartamentos, um quartinho ou a limpeza de áreas comuns – e subjetivos que são cotidianamente mediados pelos porteiros. E indicam também que muitas vezes o papel do porteiro é disputado por não haver limites muito claros sobre suas funções – definições estas ofuscadas pela hierarquia, favores e informalidade.

Jordano lembra que o prédio em que trabalha como porteiro-chefe contava, no passado, com uma estrutura obsoleta de refrigeração – o ar condicionado dos apartamentos individuais dependia de uma rede central, que era desligada ocasionalmente. Mas isto incomodou muito um

morador. Em um certo dia, este condômino falou ao porteiro da vez – que não era o porteiro-chefe – que se o fornecimento da refrigeração fosse interrompido novamente, iria dar “um tiro na cara” de Jordano. Segundo o entrevistado, no dia seguinte, o morador o pediu desculpas pessoalmente, afirmando que havia “exagerado um pouquinho na bebida”.

Foi uma coisa que... É, foi... Incomodou. Em se tratando de quem era, eu fiquei preocupado, né? Era uma pessoa assim... uma pessoa, digamos, intempestiva. Ele do nada... explodia. (Jordano)

Outra história, que acabou indo parar na Justiça, é a de Roberto. O porteiro relatou que mãe e filho, moradores do prédio, saíam para passear com o cachorro e estavam deixando que o animal urinasse no *hall* do condomínio. Apesar das constantes abordagens do porteiro pedindo para que a moradora não deixasse isso acontecer, o problema continuava. Outros moradores estavam incomodados com o cheiro da urina no local. Roberto, particularmente, também é responsável pela faxina do prédio, portanto o problema recaía sobre ele em suas duas funções.

Então, síndica e porteiro decidiram conversar com mãe e filho sobre a situação. Fizeram isto na portaria e, segundo Roberto, em um momento a moradora colocou o “dedo na sua cara”. Ao reagir verbalmente, o porteiro conta que a moradora o deu um tapa e seu filho, um chute e um soco.

Aí fiquei apenas encurralado, só deixando ele me agredir. Foi de frente pra câmera, né? Aí eu: "Poxa, eu tô exigindo uma coisa pro bem de todos aqui". Me custou um dente. Aí me quebrou o dente da frente, aí agora tá, tamos na Justiça aí. (Roberto)

O ocorrido expõe outra face curiosa da relação entre porteiros e moradores. O caso está sendo encaminhado na Justiça pelo síndico do outro prédio em que Roberto trabalha (não pela síndica que presenciou o ocorrido), “ajuda” comum por parte de patrões em situações como problemas jurídicos, financeiros e de saúde. Este tipo de troca será abordado de forma mais detalhada posteriormente, neste capítulo.

Nos casos relatados por Jordano e Roberto, se vê um rompimento da cordialidade – não só como expectativa de comportamento do porteiro mas como conduta idealmente incorporada pelas partes desta relação hierárquica, funcionário e condômino. Mas a própria obra de Holanda prevê esta ruptura: o “homem cordial” busca ofuscar conflitos, mas quando estes não podem ser evitados, falta o repertório para resolvê-los de forma pacífica e argumentada. Assim, eles muitas vezes terminam de forma trágica (COSTA, 2014).

Portanto, a predisposição à violência não é o oposto da cordialidade: a violência é característica necessária e inerente ao “homem cordial” na medida em que qualquer antagonismo é interpretado como ameaça à existência deste modelo de personalidade e sociabilidade (Ibidem, p.835).

Estes relatos dos entrevistados indicam também a vulnerabilidade da colocação do porteiro como “porta-voz” das regras do prédio – no caso de Jordano, das normas envolvendo o sistema de refrigeração do prédio e de Roberto, da limpeza e higiene do condomínio pelo “bem de todos”, como ele diz. Isto pode ser interpretado à luz dos repertórios culturais previstos no personalismo, onde o “ato de clamar direitos universais” - aqui representados nas regras condominiais – é mal visto no Brasil por ser um modo de abrir mão das identidades relacionais (DA MATTA, 1997).

Já Raimundo se recorda de um episódio conflituoso envolvendo um pequeno quartinho na área da garagem do prédio em que foi porteiro. Por anos, o entrevistado conciliou o trabalho na portaria com outro externo, na construção civil – muitas vezes, inclusive, fazendo obras com seus funcionários no próprio condomínio. Então, segundo ele, havia um acordo com os moradores e síndicos de que ele poderia usar este espaço desocupado para guardar suas ferramentas. Mas isso desagradou um novo síndico.

Entrou um síndico lá, aí a gente se desentendeu e eu peguei no pescoço dele... Aí teve umas agressões lá, aí ele foi e disse assim: "Enquanto eu for síndico, você vai tirar as suas coisas lá daquele quarto lá". Aí eu falei pra ele (...): "Ó, você é o síndico e eu tô aqui e você não tem condições de mandar embora, eu vou ficar aqui, como empregado e você vai representar meu patrão, eu vou te obedecer no possível. Agora que eu se encontrar na rua e você não me cumprimentar eu vou cuspir no teu pé a primeira vez para não cuspir na cara a segunda. (Raimundo)

Aqui, a interpretação do ocorrido se torna mais complexa. O acordo original que beneficiava o porteiro no uso de uma dependência do condomínio parece ter sido obtido por meio do esforço relacional a nível interpessoal. Mas, diante de uma nova circunstância (uma nova gestão no condomínio), tal acordo se deparou com uma tensão entre sua pessoalidade e a impessoalidade prevista nas regras de funcionamento do prédio.

4.4 Reconhecimento como um valor moral

Gostando ou não do ofício, todos os entrevistados foram perguntados sobre como descreveriam um “bom morador” ou um “morador ruim”. Ao lado disto, os relatos de algumas

experiências ao longo da entrevista permitiram um entendimento da leitura que estes trabalhadores fazem de situações desagradáveis no cotidiano da portaria.

Como em outras partes do roteiro da entrevista, algumas respostas indicaram para uma valorização, pelos entrevistados, de um valor moral que reconhece o “humano” como uma condição igualitária e, portanto, propiciadora de um tratamento pacífico e tolerante. Assim, para alguns entrevistados, o que faz de um morador “ruim” é o não reconhecimento deste valor – como caracteriza Reginaldo, desenhando uma fronteira que pode ser lida como simbolicamente moral:

É a pessoa que é mal humorada, estúpida, te ignora, finge que não te vê... Pessoas que não evolui humanamente falando, né? (Reginaldo)

Luiz também destaca o problema em não ser reconhecido como “pessoa” ao descrever um “morador ruim”. Tanto na fala dele quando de Reginaldo, verbos como “ver” e “enxergar” significam ser socialmente reconhecido:

É esse que passa e acha que você tem obrigação de fazer tudo pra ele e não te enxerga como uma pessoa. Não te respeita no seu trabalho, acha que você é um escravo pra ele. Pra mim, o ruim é esse! (Luiz)

Quatro entrevistados recorreram a esta valorização da humanidade para descrever um “bom morador”. A fala de Manuel implica, inclusive, que no trato diário o respeito mútuo deveria levar a uma superação da fronteira entre empregados e empregadores, em favor de um reconhecimento entre “seres humanos”. Uma prática no caminho inverso, segundo ele, tem custos emocionais:

Um bom morador, não é que não tenha o que reclamar... (...) Às vezes, você recebe uma reclamação que ajuda você. É tipo uma crítica construtiva. Mas tem reclamação que às vezes dói lá dentro. (...) Então eu acho que o bom morador é saber conversar com o porteiro. Em primeiro lugar colocando ele como um ser humano, não é só como um empregado... Colocar como um ser humano. (Manuel)

Luiz reforça essa avaliação:

Um morador bom é aquele que te enxerga. Que te vê todos os dias. Dá bom dia. É simpático. Essas coisas... (...) Não é aquele que te dá as coisas... Esse aí é uma consequência, mas o morador bom, pra mim, é aquele que te enxerga como ser humano. Como pessoa de igual pra igual. Pra mim, o morador bom é esse. É aquele que respeita você também. Porque tem muitos que não respeitam você, que acham que você é um escravo pra eles. Tem muitos deles assim. (Luiz)

Mais uma vez, o exercício da autoridade por diversos condôminos aparece nos discursos dos porteiros como desajustado – pois exacerba o direito idealmente igualitário que teriam todos os moradores sobre os funcionários e o uso do prédio. É o que aparece também na fala de Natanael ao relatar sua experiência em um emprego antigo:

Tinha hora que infelizmente chegavam três, quatro pessoas ao mesmo tempo precisando de você ali. E tinham uns que às vezes não entendia, quando você não chegava na portaria pra abrir um simples portão... Vinha falar, sendo autoritário contigo, entendeu? E vendo que você tava ocupado, prestando favor pros outros. Se achava no direito de ser mais merecedor do que os outros, de ser servido naquela hora, infelizmente... (Natanael)

Diante de diferentes perguntas, incluindo a caracterização positiva ou negativa dos moradores, o trinômio falar “bom dia, boa tarde e boa noite” surgiu no discursos dos porteiros como significantes para muitos significados.

O mais frequente deles foi o do uso dessas palavras como indicadores de uma conduta desejável, de respeito, tanto pelos moradores quando pelos próprios funcionários. Não era assim em um prédio em que Manuel trabalhou, experiência da qual não tem boas memórias:

Era de dar nojo eles! Tipo passava, não olhava nem pra mesa onde você tava sentado. Dificilmente dava um “boa noite”... Chegava do mercado com as compras, jogava a chave em cima do balcão assim: "Tira as minhas compras que tá no carro". O que mais me forçou a sair de lá foi isso também, entendeu? Pela forma que eles me tratavam. Eu não quero que ninguém fique batendo papo comigo ou rindo, não, mas, poxa, dá “boa noite”... "Boa noite!" e tá bom... (Manuel)

A fala de Raimundo também coloca o “bom dia, boa tarde e boa noite” como aquilo que se espera na troca com o morador:

Olha, o morador bom são aqueles que passa e lhe cumprimenta, “bom dia”, “boa tarde”, “como é que vai a família e tal”, aquele negócio. Aquilo ali é o morador bom. Eu, assim, não espero eu dizer: "Fulano é bom porque ele me deu isso". Bom é aquele que me trata com respeito e eu trato ele. (Raimundo)

A demanda por reconhecimento, através do “bom dia, boa tarde, boa noite” reivindicada pelos entrevistados, deixa transparecer uma leitura proposta por Lamont do “comportamento de distância” em oposição ao “comportamento amigável” ou “inclusivo”. Segundo a autora, a exclusão de certos grupos de pessoas pelas fronteiras é marcada pela recusa da associação e uma distância claramente delineada como forma de assegurar que “você entende que eu sou melhor do que você” (LAMONT, 1992, p.10).

Para alguns porteiros, cumprimentar “bom dia, boa tarde, boa noite” é também uma espécie de termômetro da personalidade ou humor dos moradores.

Tem morador que quando passa: "Tudo bem? Bom dia, blábláblá". A gente sabe, né? As pessoas quando tá dando aquele “bom dia”, aquele “bom dia” mesmo! A gente conhece aquele morador quando tá brincando, que fica dando de o bonzinho, o legal contigo... A gente sabe que às vezes não é nada daquilo, entendeu? Às vezes, as pessoa calada são mais legal do que essas pessoas muito assim, entendeu? (Claudio)

Luiz, ao apontar que muitos moradores não fazem este tipo de cumprimento, manifesta também uma postura interessante: segundo ele, é a pessoa que chega na portaria quem define como será aquela interação. Se esta dá bom dia, ele fará da mesma maneira; se ela sorri, ele também sorrirá. Assim, o “bom dia, boa tarde, boa noite” para este entrevistado é a medida da reciprocidade:

A pessoa que está chegando dá bom dia. Se é você que está chegando é você tem que dar bom dia. Então, se a pessoa me dá bom dia, eu vou lhe dar bom dia do mesmo jeito. Se me dar sorrindo, eu vou dar bom dia sorrindo, mas se passar sem me dar bom dia, eu também não vou dar bom dia. Porque eu to aqui, cê tá chegando, você tem que me dar bom dia, não é isso? Aí acontece muito essas coisas... (Luiz)

4.5 Ao encontro

Na portaria, manifestam-se configurações variadas e interessantes destas relações interpessoais em que uma porosidade das fronteiras entre porteiros e moradores permite encontros e trocas positivas. Alguns entrevistados apontaram o quanto o contato cotidiano com os moradores os transformou, levando a novos conhecimentos, por exemplo – explicitando um intercâmbio através de fronteiras simbólicas culturais.

Manuel estabeleceu com uma condômina um hábito curioso: ela, casada com um estrangeiro, o ajuda a traduzir palavras em inglês de camisas que ele planeja comprar. Se ele vê na vitrine uma blusa que gosta, mas com dizeres que não entende, ele tira uma foto com o celular e mostra para a moradora. Segundo o porteiro, se ele quer comprar um item destes, “primeiro tem que saber o significado dele”. O porteiro conta que, ocasionalmente, a condômina o ajuda também com pequenas aulas de inglês, ensinando-o palavras na língua estrangeira.

José Francisco também destaca que o convívio com moradores, pessoas de maior escolaridade, ensinou muitas coisas – mas ele ressalta a reciprocidade desta troca.

Eu aprendi muito com os moradores, que aqui são professores e doutores, pessoas que estudaram. Mas tem algumas coisas que eles aprenderam comigo. Porque a pessoa nunca sabe tudo. Às vezes tem pessoas que têm um nível de percepção... têm um conhecimento de algumas coisas que eles não têm. Por exemplo, eles não têm ideia do que é passar fome na vida, né? E eu passei, no caso. Aí, tem a dificuldade, e várias outras coisas que a gente que vai, né... Não é passar pra eles o que que é passar fome. Mas é saber o conhecimento de algumas coisas. (José Francisco)

Já Jordano destaca que duas experiências paralelas à portaria – a continuidade dos estudos após migrar para o Rio e a participação em um programa de televisão como maratonista amador⁸ – o deram mais recursos e conteúdo para dialogar, e aprender, com os moradores.

É muito bom quando a gente fala claro, fala uma linguagem que eles entendam. Então eu acho que a gente buscando o conhecimento, buscando o estudo, a gente desenvolve... E passa a conversar melhor com eles. Não conversar qualquer coisa, procurar conversar um assunto que seja... Que seja interessante, né? (...) Depois que passou a matéria [na televisão, da qual participou]... Poxa, eles passaram a me tratar muito melhor! Eles passaram a ver que eu seria capaz de fazer algo mais do que trabalhar numa portaria, né? (Jordano)

Além de perceber uma melhora no tratamento pelos condôminos, Jordano relata também ter passado a receber, de moradores, presentes relacionados à corrida. Trocas de presentes, doações e ajuda entre estes atores foram relatadas por todos os entrevistados e trazem consigo expressões e expectativas desta relação.

4.6 Presentes, doações e ajuda

Entre trocas de presentes, doações e ajudas entre porteiros e moradores, é a segunda categoria, a da doação de objetos, que mais parece exibir a dramatização de uma relação hierárquica como a entre patroas e empregadas, observada por Coelho (COELHO, 2006). Estes itens podem ser eletrodomésticos, roupas para o funcionário e seus familiares, móveis, comida, entre outros, doados no dia-a-dia ou em celebrações de datas especiais como as festas de final de ano ou aniversários.

Muitos entrevistados relataram já terem ficado com bens como roupas, ar condicionado, geladeiras, sofás e etc. Mas o que acontece caso o porteiro não deseje aquele objeto, o que indica uma não consideração do gosto pessoal do receptor? Em primeiro lugar, todos foram categóricos: não se diz “não” a uma doação do tipo. Aí, o receber, que faz parte da “tríplice obrigação” apontada por Mauss, ganha contornos muito nítidos.

⁸Para mais detalhes sobre este episódio da vida de Jordano, ver Apêndice.

Mesmo não gostando, eu como um pouquinho, mas em geral... Comida também não tenho mistério com comida, não! Eu acho que é chato você oferecer uma coisa de uma pessoa... Se a pessoa oferece é porque te considera. Aí você na cara de pau: "Não! Não gosto, não quero"?! (João Francisco)

João Francisco, como outros entrevistados, lê estas doações como gestos que devem ser retribuídos positivamente. Caso contrário, indicariam uma desfeita, falta de consideração e inadequação por parte do contemplado pela doação, como também sugere Luiz.

Por exemplo, você pode me oferecer um palito de fósforo que já não presta mais, eu tenho que agradecer da mesma forma que eles me deram um som desses, por exemplo. Da mesma forma, entendeu? Então tem que ser dessa maneira. A gente tem que dar um fim de qualquer maneira. Porque não pode, não tem espaço, não tem nada dessas coisas, mas tem que receber. Porque de repente você não recebe, a pessoa pode pensar que você tá fazendo desfeita daquele gesto. (...) Igual tem uma música que diz que tudo que é rejeitado no morador vem pro porteiro. Se ele vai viajar e tiver metade de um iogurte, ele quer deixar com você. Se tiver metade de um pão, ele tem que deixar com você. O pão estragado, ele tem que deixar com você. Tá entendendo? (Luiz)

Estes depoimentos exibem a força, entre os porteiros, do que Coelho define como uma “gramática socialmente regulada” dos sentimentos gerados pela dádiva (COELHO, 2006, p.53). Esta gramática, para estes atores, mais uma vez destaca a relevância do saber lidar para o exercício da função de porteiro. Há um código, construído socialmente, em que as escolhas individuais são moldadas de forma a adequar ocasiões, parceiros e objetos (Ibidem). Neste caso, o adequado é sempre receber de bom grado a doação.

Conforme aponta a autora, no leque de emoções à disposição da experiência humana, poucas, se é que existem, poderiam ser excluídas do universo da dádiva. Por outro lado, objetos ofertados podem ser lidos como a imagem que o emissor tem do receptor. Assim, Luiz expressa um sentimento de raiva diante de objetos que, ao seu ver, refletem a forma com que os moradores enxergam o porteiro.

A fala de Luiz, além de indicar um incômodo com algumas doações, apresenta também um papel assumido por estes trabalhadores nestas transações: o de agenciadores de doações. Tal atuação foi muito frequentemente relatada pelos entrevistados e significa que os porteiros acabam ativando redes para “escoamento” destas doações. Eles podem se colocar como atravessadores de objetos de segunda mão que serão vendidos; ou ser referência, quando há a necessidade de algum item, para parentes e amigos – que pedem para ser avisados e contemplados caso apareça algum bem do qual estão precisando.

Em outras situações, os porteiros podem simplesmente ativar suas redes de relações para verificar se alguém está precisando dos objetos. E, no caso particular de José Francisco, que comanda um projeto social em favelas do Rio, ele muitas vezes se utiliza destes itens na iniciativa. Para Reginaldo, está implicado neste ato dos moradores o objetivo que o porteiro desempenhe tal escoamento:

Na verdade, o morador te dá aquilo pra que você dê um destino útil pra alguém que precise. Eu vejo alguns amigos meus que [reclamam]: “Porra, já tá ultrapassado, fora de uso”. Bicho, mas às vezes ele não te deu, ele te deu pra você dar um destino. Às vezes você não necessita, mas alguém que você conheça possa precisar. Eu não acho pejorativo isso. Quando ganho roupa, às vezes os caras são bem grandes, maiores que eu, eu pego aquelas roupas, seleciono e dou pra pessoas que precisa. (Reginaldo)

Barbosa enxerga, no ajudar e no presentear, não só o caráter pessoal da relação de trabalho na portaria, mas também implicações assistencialistas: “Esses gestos permitem, ainda, a construção de uma imagem caridosa, de quem é assistido em relação ao assistente, pois são entendidos como atos humanitários, desprovidos de outras conotações” (BARBOSA, 2000, p.67).

Uma destas conotações é percebida por Raimundo, que em seu relato indica que as doações preveem uma cobrança posterior: o pedido de algum favor por parte dos moradores. Neste caso, o dar por parte dos moradores implica em uma retribuição, pelo porteiro, na forma de um serviço:

Quando eu to trabalhando no prédio, aí sempre bate um lá na porta: "Raimundo, eu fiz um bolo. aqui pro senhor!". Aí quando é no outro dia, depois que deu o bolo, eles chegam: "Ó, Raimundo, passa lá em casa? O cisão lá em casa, dá um jeitinho pra mim? A pia entupiu". Quando eu ganho bolo eu digo assim: "Amanhã, esse verme vai chamar pra fazer alguma coisa". Tudo na vida tem um troco, né! (Raimundo)

Por outro lado, seja no retorno de viagens feitas pelos moradores, aniversários e datas comemorativas como Natal e Páscoa, foi muito frequente o relato, pelos porteiros, de recebimento de presentes dados por condôminos. Muitos destes relatos trazem consigo uma memória positiva e afetiva, como é o caso de Manuel:

Uma senhora daqui sempre viaja e sempre traz alguma coisa... Camiseta, chaveiro, coisinhas assim, pequenas, mas que pra mim têm grande valor, né? A pessoa vai pra Paris, como ela foi outro dia, e trouxe um canivete pra mim assim com aquela torre, que é tradição de lá, e o nome Paris... Poxa! Aquilo pra mim é muito legal! A pessoa tá lá em Paris e resolve lembrar do porteiro aqui?! (Manuel)

Neste relato, o entrevistado deixa transparecer que não importa tanto o conteúdo do objeto ofertado, mas sim o trabalho embutido na sua obtenção pelo emissor – no caso, o morador.

Coelho, em um estudo sobre as trocas de presentes entre casais, diferencia o valor do dinheiro versus trabalho (em se dedicar à busca por um presente ideal) no dar e receber entre maridos e mulheres (COELHO, 2006). A fala de Manuel reforça que a dádiva pode significar um reforço positivo de uma relação por meio do esforço empreendido em sua busca, e não no valor monetário.

Já Luiz recorda do presente recebido que mais o marcou, e que ele usa até hoje: todo o processo de obtenção da carteira de motorista. Há muitos anos, o funcionário comentou com uma moradora – que, segundo o entrevistado, “era muito boa comigo” – que tinha muita vontade de ter o documento. Ela, então, se disponibilizou a pagar a autoescola e as despesas burocráticas do processo. Hoje, ele pode dirigir um veículo que gera uma renda paralela como ambulante e várias vezes já foi com a família de carro para o Nordeste. Neste caso, observa-se a consideração, pela moradora, das necessidades pessoais do presenteado.

Em menor medida, dois entrevistados disseram já terem presenteado moradores: é o caso de Raimundo, que costumava presentear senhoras com flores em seus aniversários; e Luiz, que traz itens do Nordeste, como castanhas e queijos, para moradores queridos após viagens.

Os entrevistados também relataram receber ajudas em que os moradores ativam suas redes, sobretudo profissionais. É o caso de dois porteiros que receberam auxílio de condôminos que são advogados, em ações judiciais; ou outros entrevistados que já contaram com a ajuda de moradores médicos no agendamento de consultas, ocupação de vagas em hospitais ou indicações de tratamento.

Em situações menos frequentes, os entrevistados relataram também já terem contado com ajuda financeira por parte dos moradores. Jordano, por exemplo, conseguiu um empréstimo para completar a compra de um terreno; já Claudio recebeu de um casal de moradores, por algum tempo, auxílio financeiro para compras no supermercado e gastos com a educação dos filhos; por fim, Raimundo contou já ter ganhado passagens de avião para o Nordeste.

Nestas e em outras situações que serão expostas a seguir, percebe-se um caráter altamente contingente nas escolhas, favores e oportunidades negociadas por porteiros e moradores. No caso de Manuel, o fato de uma moradora ser casada com um inglês e ter domínio da língua estrangeira ativa uma troca de conhecimento com o porteiro, que por sua vez se utiliza deste recurso para fazer escolhas materiais; e, no caso de Jordano, o comprometimento com uma atividade esportiva paralela, e conseqüente participação em um programa de televisão, abre caminho para novas

interações com os moradores – que, ao viajarem para o exterior, reafirmam esta conexão com a compra de tênis e itens esportivos que possam ser úteis para o funcionário em sua “carreira paralela”.

Os favores, que aparecem aqui protagonizados principalmente pelos moradores, também têm uma contrapartida dos funcionários. Veremos a seguir que eles se colocam frequentemente em situações onde atuam de forma a promover para os condôminos benefícios que vão além do que é, a princípio, função dos porteiros. Antes de prosseguir, porém, destaco a reflexão empreendida por alguns autores na relação entre favores e agrados e a hierarquia no Brasil. Coelho já mostrou, por exemplo, como a oferta de presentes pelas patroas à empregadas domésticas não dissolvem, mas pelo contrário, reforçam a hierarquia existente entre elas.

Já Da Matta, em sua tarefa de tipificar modelos de conduta na socialidade brasileira, vê no favor um fato social que explicita a relação como expressão da identidade nacional e um elemento estrutural do país. O autor também aponta, nos favores, um reforço desta estrutura extremamente hierarquizada:

É curioso que uma sociedade escravista e hierárquica institua precisamente algo como o favor, que requer uma equivalência moral entre pessoas, exigindo delas a reciprocidade: a obrigação de devolver ou retribuir o favor, conforme diria Marcel Mauss. Se o sistema assume a desigualdade e os benefícios estão orientados para mantê-lo, o favor estabelece um meio de relacionar pessoas sem extinguir ou ameaçar sua descontinuidade social, mas, ao contrário, reforçando-a. Tudo isso nos fala de uma sociedade com múltiplas éticas sociais. (DA MATTA, 1997, p.75).

4.7 Quando o porteiro se prontifica

Há uma gama de situações cotidianas nos prédios em que as relações de confiança e intimidade ganham reforço, materializado em um protagonismo maior dos porteiros. Estas situações consistem, em geral, em uma atuação do porteiro, em benefício dos moradores, que vai além do que seria a função deste trabalhador *stricto sensu* como determinam as regras (sejam as discriminadas nos estatutos internos dos condomínios ou na própria legislação que regula o exercício desta ocupação). É o caso dos “bicos” e da entrada no espaço privado dos condôminos.

Relações de intimidade, segundo Viviana Zelizer, se configuram com a concessão de conhecimento e atenção pelos atores (ZELIZER, 2011). Neste tipo de relação, está implicada a presença da confiança: ao menos uma pessoa tem acesso a informações que, se mal conduzidas, poderiam ser prejudiciais a algum nó desta rede de laços fortes.

Nesta gama de relações, estão as atividades econômicas que envolvem o cuidado, como o trabalho das babás e enfermeiras. Isto aponta para um contexto de negociações incessantes, às vezes cooperativas, outras conflituosas. Zelizer defende que o contato, em última instância, entre afeto e dinheiro não segue estritamente a leis do mercado ou a exigências da tradição ou do sentimento – mas a uma lógica criada na própria negociação interpessoal sobre o sentido das relações.

Por estarem na interseção entre a casa e a rua, os porteiros acabam lidando com situações de emergência no prédio. Os entrevistados relataram, por exemplo, terem agido diante de assaltos, incêndios e problemas técnicos, como um elevador parado com pessoas dentro. Mas há um outro tipo de situação que possivelmente tem uma maior implicação para o reforço desta relação de confiança: a que envolve problemas de saúde dos condôminos.

Aqui, eles se veem diante de “bens” que devem ser conduzidos de forma apropriada, sendo como um lastro para a relação de confiança com os moradores: a privacidade, a vulnerabilidade física e psicológica e a própria dor do luto. Ainda que estejam longe de ter conhecimentos médicos, os porteiros são frequentemente chamados para os apartamentos em casos de ataques cardíacos, quedas e perda de consciência, por exemplo. Segundo as entrevistas realizadas, isto recai principalmente nos porteiros-chefe, cuja moradia no prédio implica em uma disponibilidade maior aos moradores. Mesmo não detendo preparo técnico, os funcionários acabam ajudando a acalmar os familiares, a chamar serviços médicos e eventualmente a tomar as primeiras providências após um falecimento.

Quinze ou 20 pessoas já morreram, praticamente, quase nos meus braços. Eles [os moradores] me chamam, né? Eles mesmo, às vezes, a pessoa que tá passando mal, chega a me chamar. E às vezes deita na cama assim e, por alguns fatos que eu já assisti, aí a gente vê que tá nas últimas, né? A gente só faz às vezes de chamar a família, né?
(Claudio)

Reginaldo, por sua vez, lembra como uma das experiências mais marcantes na portaria um surto de esquizofrenia vivido por uma moradora. De acordo com o entrevistado, mãe e filha viviam juntas e a filha, esquizofrênica, havia deixado de seguir o tratamento. Então, em uma noite, a mãe ligou para o porteiro pedindo socorro, pois a filha estava agredindo-a. Ele subiu ao apartamento e encontrou a mãe “toda roxa”. Reginaldo passou a conversar com a filha, o que, segundo ele, fez ela se acalmar. O porteiro destaca, com satisfação, a “confiança” que a mãe, condômina, tinha nele.

O movimento brusco pra essas pessoas que têm problemas psiquiátricos é, né... Soa como ameaça, né? E eu bem calmo, falando baixinho com ela e a mãe chorando assim do lado. E eu: "Nossa... que situação". Tinha uma confiança já... adquirida já na minha pessoa, a mãe dela. Ela interfonou pra minha casa. (Reginaldo)

Além das emergências, alguns entrevistados relataram ficarem a cargo, em alguma medida, dos cuidados de idosos com necessidade de atenção. É o caso de Manuel: os filhos adultos de um casal de idosos deixam há anos a chave do apartamento dos pais com o funcionário. O patriarca hoje está no hospital, onde Manuel já foi algumas vezes para fazer visitas; enquanto isso, a matriarca continua em seu apartamento – mas, caso o porteiro note uma ausência prolongada da senhora, ele sobe para o apartamento.

Se eu passar dois dias sem ver ela, eu vou no apartamento... Nem interfono nem nada... Eu já pego a minha chave e já entro na apartamento. Já dei de cara com ela lá, aí ela: "Ô filho, senta aqui...". Aí às vezes eu passo lá um tempinho com ela, bato um papo e venho embora. (Manuel)

Já a história de Raimundo com duas moradoras, irmãs, estrangeiras e idosas, explicita essa e outras questões – que certamente serão retomadas em outros momentos deste trabalho. O porteiro, que assumiu a função em um prédio da Glória após participar de sua construção, já almoçava diariamente na casa destas irmãs quando era pedreiro, há mais de quatro décadas. Ao longo deste tempo, construiu-se uma relação que extrapolou os almoços: elas o presenteavam com passagens para o Nordeste e chegaram a doar um de seus apartamentos para ele; o porteiro, por sua vez, cuida há décadas dos automóveis e imóveis das irmãs. Hoje, ambas estão há algum tempo no hospital, onde Raimundo faz visitas com regularidade. Ele resume esta relação de cuidados, confiança e intimidade:

Tudo o que acontece com elas, passa na minha mão (...) Eu faço assim, desinteressadamente, por amizade, mas elas me ajudam muito. (Raimundo)

Segundo o porteiro, quando mais jovem, ele também passou anos dormindo no apartamento de um casal de idosos, “para fazer companhia”, ainda que morasse no próprio prédio com a família. É interessante observar como o entrevistado, diante de transações econômicas complexas como a doação de um apartamento, evoca o sentimento da amizade para definir as relações firmadas com tais moradores. Aqui, como defende Zelizer, demonstra-se a coexistência do afeto e do dinheiro.

4.8 ‘Como da família’

Ao falarem destas relações de confiança muito marcadas, os entrevistados muitas vezes recorreram a analogias de parentesco – se apropriando do clichê que tanto diz sobre as relações hierarquizadas no Brasil, onde o personalismo é corporificado na figura da casa segundo Da Matta: o do “como se fosse da família”. Como fundo para este reconhecimento, geralmente está alguma espécie de doação pela relação – seja a ajuda por parte do morador ou um favor por parte do porteiro.

Raimundo, por exemplo, ora diz que as duas condôminas estrangeiras foram como “mães” para ele em seus primeiros anos no Rio de Janeiro, alimentando-o e ajudando na aquisição de bens; e ora relata que elas o consideram como um “irmão”. Já Manuel conta que a moradora, de cujo apartamento ele guarda a chave, o chama de “filho”.

Já o filho de Reginaldo é, segundo o porteiro, considerado como “neto” por um ex-morador, que já se mudou para outro bairro. Este viu a criança nascer e acompanha seu crescimento por meio de visitas, ligações telefônicas e envio de fotos por celular.

Por outro lado, José Francisco e Roberto falam de moradores que são como um “pai” e “paizão”. José Francisco justifica o “título” pelas ajudas e presentes fornecidas pelo morador a toda a família, como compras de supermercado, roupas, calçados, eletrodomésticos e presentes em “todas as comemorações”, como Natal e Páscoa; Roberto, por sua vez, diz que um morador, que é síndico, é como um “paizão” para todos os funcionários por sua generosidade e tolerância.

Uma fala de Claudio justifica e evidencia essa transmutação da relação porteiro-morador, empregado-empregador, subordinado-patrão para algo análogo a uma composição familiar:

Você cria um convívio no dia-a-dia com o morador, você passa a ser um... um membro da família. Porque 30 anos não é 30 dias, né? Então pode ser que uns três ou quatro [moradores] não queria muito dar aquela moral: "Ah, não, porque porteiro é funcionário do prédio". Mas enquanto ele tá pensando isso, se descer tudinho, a maioria vai dizer: "Não, isso daqui é uma pessoa que eu não tive, um irmão ou é uma pessoa da minha família". (...) E isso é muito bom, né? Aquela pessoa passa a ter aquele... Como é que chama? Aquela confiança. (Claudio)

O convívio citado por Claudio dá margem também a relações que, para além das analogias às famílias, se pareceriam mais com uma amizade. Como já foi exposto anteriormente, ainda que exista, a socialização entre porteiros e moradores fora do ambiente do condomínio é

rara, segundo o relato dos entrevistados. Mas, dentro dos prédios, tal convivência pode ir também além da portaria – chegando ao espaço privado dos moradores, os apartamentos.

Manuel, João Francisco e Cleiton, por exemplo, dizem que alguns moradores têm o hábito de descer para a portaria para papear com os funcionários ou assistir a jogos de futebol. Manuel, inclusive, mais uma vez expõe a importância que dá a um tratamento que o considere mais como um “ser humano” do que como um funcionário:

Muitas vezes esse [um morador] senta aqui nesse banco e, olha, a gente fica batendo papo aqui um tempão... Tinha um outro também, que faleceu, que ele descia... É, ele era muito legal... Isso é bom. Poxa, pra gente que trabalha, é... porque a gente se sente valorizado, né? Não é só um empregado. Então é ser humano. (Manuel)

Quando não são os moradores que descem para a portaria, algumas vezes são os porteiros que sobem para os apartamentos. Isto acontece a convite de moradores mais próximos, que normalmente, quando o fazem, oferecem alguma refeição do dia-a-dia ou algo mais especial – como um churrasco ou algumas taças de vinho.

Raimundo, por exemplo, diz que é inclusive este tipo de ação que faz com que considere 40% dos moradores do prédio em que trabalhou como amigos:

Amigo, assim, é aquele que [liga]: "Raimundo, já almoçou? Vamos lá em casa, bora comigo!". Me pega pelo braço e leva pra almoçar com ele assim. Eu acho que tem uma consideração, né?" (Raimundo)

Outro sinal de afetividade considerado e relatado pelos porteiros são os contatos, por ex-moradores, feitos mesmo após a mudança. Natanael, por exemplo, volta e meia recebe de um ex-condômino ligações e mensagens no celular, além de visitas ocasionais.

Amizades antigas com moradores são, inclusive, apontadas por João Francisco como motivo para que prefira o antigo emprego na comparação com o atual. Segundo o porteiro, por ter passado mais tempo trabalhando lá, ele acabou construindo “amizades mais profundas”. Ainda que não considere vantajoso, por motivos financeiros, voltar para o antigo emprego, ele ainda tem contato com muitos moradores do outro prédio – que passam em seu local de trabalho atual para conversar.

Mas sua fala evidencia que está embutido nestes gestos um esforço relacional da sua parte:

Tem criança lá que eu conheci na barriga da mãe e hoje já são casados. Tem duas meninas, duas irmãs... Uma vez, (uma delas) chegou ali na portaria: "Vim lhe visitar".

(...) Pra mim, isso foi um orgulho, né? (...) Graças a Deus, né? Mas tem que fazer por onde, né? Tem que fazer por onde. Eu tenho amigos meus, amigos porteiros, que morador e ex-morador nem dá bom dia pra eles. (João Francisco)

Perguntado sobre o que ele considera “fazer por onde”, João Francisco respondeu que acredita ser “tratar as pessoas bem”.

Em todo caso, estabelecendo-se ou não uma relação de afetividade, alguns entrevistados expuseram a importância do conhecer os hábitos e as pessoas com quem os condôminos convivem – mesmo aquelas que não moram no prédio. E este conhecimento, segundo os porteiros, acaba sendo adquirido automaticamente.

É o dia-a-dia... A vida deles tá nas nossas mãos, né? Nós é que abrimos a porta deles pra qualquer pessoa entrar ou sair... Tudo isso depende de nós. Mesmo que eles sejam bem, digamos assim, discreto, mas acaba falando alguma coisa, né? E a gente sabe muito da vida deles, né? Mesmo que não queira, mas não tem como. (Jordano)

Espontaneamente, muitos defenderam que isto não tem a ver com ser fofqueiro, um clichê popular sobre os porteiros. Segundo os entrevistados, tal conhecimento é útil principalmente por questões de segurança – na medida em que pode filtrar a visita de estranhos e denunciar comportamentos atípicos.

Colocando-se favoravelmente à relação com os moradores, muitos entrevistados relataram também se prontificar a fazer, pelos condôminos e pelo condomínio, atividades que, na teoria, não seriam de sua incumbência. São, por exemplo, manobras de carros ou pequenos consertos – algumas vezes remunerados, outras não. Manuel diz se oferecer para fazer reparos que posteriormente são reembolsados, quase a preço de custo, pelo condomínio:

Faço muita coisa fora da minha função de porteiro, como trabalhar de eletricista, trocar uma luminária, instalar um ventilador de teto. (...) Como na maioria das vezes aqui eu faço coisas pro prédio aqui, que se for chamar o eletricista, ele vai cobrar uma fortuna! Eu faço que às vezes tem morador que nem sabe que eu fiz. O síndico sabe porque eu peço o dinheiro pra ele, pra comprar o material, e entrego a nota depois. (...) Eu gosto... Eu sinto prazer de fazer isso. É tipo assim, uma... Como é que se diz? Uma retribuição ao que eles fazem por fora também, entendeu? Porque eles não me tratam bem só na portaria. Eles me tratam bem na rua, se eles me encontrar na rua. A confiança que eles têm às vezes de deixar a chave do apartamento comigo: "Ah, vai lá, molha a minha planta" ou "liga o ar condicionado, coloca pra funcionar". (Manuel)

Os entrevistados justificam tal prontificação como uma forma de retribuição – como apontou Manuel, pela confiança e pelo bom tratamento, mas também, como indica com ênfase José Francisco, pela liberdade para trabalhar e morar no prédio. O porteiro comemora que, diferente dos prédios da vizinhança, a taxa de condomínio ali não aumenta há dois anos – e ele

atribui isso à sua pró-atividade em comandar a equipe de funcionários harmonicamente e a fazer melhorias estruturais que acabam gerando economia para o prédio a longo prazo.

Eu faço para que o condomínio tenha suas vantagens, e a maioria dos porteiros não faz isso (...) A despesa maior do condomínio é funcionário, segundo água. Água é um absurdo. A partir do momento que fizemos essa parceria, eu olho o relógio da água todo dia. Se de um dia para o outro tiver uma alteração, eu tenho a liberdade de entrar em cada apartamento para ver o que está acontecendo (...) As pessoas normalmente querem fazer [serviços] ganhando, né? Mas ele não pensa que tem luz, casa moradia e segurança pra sua família. Se ele pensar nisso ele vai retribuir pro condomínio e o condomínio vai dar mais liberdade pro funcionário porque ele, né, ajuda. (José Francisco)

Ademais de ser uma forma de retribuir a confiança e o bom tratamento ofertados pelos moradores, outros entrevistados justificaram o desempenho de funções extras como um compromisso a valores próprios, como o altruísmo e a gentileza. Para Claudio, tal conduta o faz se sentir como um “herói”:

Na verdade, não é obrigação de nós ir abrir a porta, ir abrir um elevador. (...) É questão de gentileza, entendeu? (...) Se eu tô em uma portaria e chega uma senhora de idade, chegando com as bolsinha ou com dificuldade... Poxa, eu quero me sentir um herói naquela hora, eu quero fazer qualquer coisa pra servir aquela pessoa. (...) Aquilo faz bem à gente. (Claudio)

Claudio conta também que, neste ciclo de retribuições entre porteiros e moradores, a confiança é mais uma vez um capital para a realização de mais uma atividade: os “bicos” remunerados. Muitos entrevistados contaram obter renda extra em tarefas ligadas ao prédio, como lavando carros; trabalhando como motorista; fazendo pequenos consertos e reparos; ou ainda passeando com cachorros dos condôminos.

Dos bicos, alguns porteiros acabaram criando funções e fontes de renda mais consolidadas. Mais uma vez, a contingência fortemente marca a forma como os atores se apropriam dos recursos disponíveis, definindo significativamente seus próprios futuros. Reginaldo, por exemplo, inicialmente cuidava dos carros de um morador ou outro. A atividade foi crescendo e hoje ele cuida da revenda de veículos de moradores e conhecidos, por indicação. Isto inclui fazer melhorias nos carros, estimar seu preço, contatar concessionárias, resolver trâmites burocráticos, entre outros.

Já Manuel resolveu apostar no trabalho extra como motorista. Inicialmente, seus clientes eram moradores do prédio em que trabalha, no Leblon, ou da vizinhança quase imediata.

Atualmente, ele já tem clientes em outros bairros, como Ipanema, Gávea, Jardim Botânico e São Conrado – todos conquistados, segundo ele, por meio de indicações.

Raimundo, por sua vez, apostou na construção civil – setor no qual fundou sua própria empresa, cujas atividades ele conciliou com décadas com a função de porteiro noturno. Assim, condomínio e condôminos já foram muitas vezes clientes em obras, consertos e intervenções de manutenção.

Na verdade, a confiança compartilhada entre Raimundo e os condôminos do prédio na Glória mais uma vez extrapola as configurações mais comumente relatadas pelos entrevistados. O senhor de 83 anos, aposentado como porteiro há mais de 20, continua indo diariamente ao prédio, para monitorar o seu funcionamento. Até hoje, ele tem uma vaga na garagem reservada para o seu carro e dois pequenos cômodos na garagem para usar como deseja.

Em casos mais comuns, porém, a confiança continua aparecendo como uma característica essencial para o exercício da função de porteiro – desde o seu princípio. Uma vez que os entrevistados relatam a indicação como principal forma de recrutamento nesta ocupação, os porteiros cumprem um ciclo de recomendações, em que são beneficiados e beneficiadores, para empregos.

Conforme indica Barbosa, nestas situações, há uma tríade de interesses configurada: a do indicado, do indicador e do empregador.

Nesta tríade, os interesses, apesar de diferenciados, são baseados numa reciprocidade comum de favores que reanima os códigos de confiabilidade e de funcionalidade dessa relação. O migrante agenciador, ao conseguir o emprego para o recém-chegado, por meio de sua relação com os patrões, pode cumprir suas obrigações na rede de parentesco e de amizade e ainda demonstrar aos seus que goza de certo prestígio e confiabilidade junto ao patrão. Entretanto, a aceitação da indicação tem como contrapartida a obrigatoriedade na socialização do novo migrante na rotina de trabalho, bem como a responsabilidade de controlador social, a fim de evitar que sejam cometidos atos que seriam considerados desabonadores (...) Outrossim, os patrões aceitando a recomendação, que é uma ajuda tanto para o indicador como para o indicado, além de demonstrar um reconhecimento dos serviços prestados pelo trabalhador, se beneficiam do controle social e da orientação que é transmitida entre os trabalhadores. A aceitação da indicação, dessa forma, representa tanto a formação de um novo trabalhador nas normas de conduta exigidas pelo patrão, como a (re)construção de um trabalhador idealizado por parte do indicador, uma vez que este tem que ser exemplo para aquele de quem é orientador. Para o patrão, portanto, há um duplo benefício (BARBOSA, 2000, p. 47-48).

Como indica o autor, um rompimento nos códigos de confiabilidade e funcionalidade desta tríade, com uma conduta indesejada por parte do indicado, pode representar um desconforto igualmente multiplicado: por exemplo, com a ruptura de laços afetivos entre indicador e

trabalhador recomendado e, eventualmente, até o desemprego decorrente de relações descontinuadas entre indicador e patrão (Ibidem, p. 49).

Este risco é percebido por Reginaldo, ao relatar que, como fizeram com ele, só indica conhecidos de confiança para vagas das quais tem conhecimento:

Assim, como a gente foi muito ajudado no início, a gente tenta contribuir da mesma forma. Fosse com um parente, fosse um primo, com os amigos que vêm... Aí um pede ajuda ao outro. Aí vai fazendo aquela política de conhecimento e até de adaptação das pessoas que chega, não é? Porque isso aí é importante pra não se desviar também... De não ir pra conduta errada... Que a gente se preocupa também com isso, né? Porque quando alguém tá bem, você tá bem junto. Se aquela pessoa se desvincula e vai pro caminho errado, aquela preocupação gira em torno de todo mundo, né? (Reginaldo)

4.9 Morar ou não no prédio: da subalternização à racionalidade econômica

Trilhar o caminho certo, qual seja, prosperar no emprego, no entanto, parece ter sido uma condição quase de sobrevivência para alguns entrevistados. Isto porque estes tinham como objetivo quase concomitante ao emprego ter uma moradia – benefício historicamente atrelado à ocupação de porteiro.

Como ressalta Barbosa, a busca por trabalho não se basta nos benefícios da remuneração. Isto porque, para estes atores, o próprio trabalho é o princípio lógico da migração – uma condição dupla que condiciona suas estratégias de sobrevivência com a descampenização. Portanto, benefícios indiretos como empregos que ofereçam moradia atendem à necessidade de reprodução familiar.

Mas “morar no emprego”, “morar em casa de família”, “morar com os patrões” e “morar no edifício” criam uma nova dupla condição: a de trabalhador e a de morador, sendo que a última está subordinada à primeira (BARBOSA, 2000, p.20). Para Barbosa, este estado permanente de disponibilidade funciona como uma “contraprestação moral pelo favor obtido, pois a obrigação de quem recebe um dom é retribuir ao doador” (Ibidem, p.74). O autor caracteriza ainda tal obrigatoriedade como uma “forma de retribuição compulsória contínua e imponderável” (Ibidem, p.75).

Dos 12 entrevistados neste estudo, seis moram atualmente no prédio em que trabalham. Jordano, por exemplo, chegou ao Rio de Janeiro com o foco de trabalhar em portaria para que, com isso, pudesse ter também uma moradia:

O meu foco era trabalhar em portaria, né? Trabalhar em prédio, né? Eu não tinha experiência nessa área, mas o que eu pensava era em trabalhar de porteiro, ter um lugar pra morar, né? Logo no início ter um lugar pra morar. E foi o que eu consegui. (Jordano)

Para Manuel, conseguir um emprego que lhe ofereceu também uma casa foi uma saída estratégica em um momento crucial de sua família:

Eu morava com a mãe da minha filha mesmo e ela era recém-nascida. Ela morava em Nova Iguaçu, era uma dificuldade tremenda. Aí ela pagava um salário mínimo de aluguel, aí conseguimos essa moradia aqui, que é razoavelmente boa. Aí vim morar com ela aqui. (Manuel)

Entre os benefícios de morar no prédio onde se trabalha apontados pelos entrevistados está uma melhoria na gestão do tempo, com a “economia” do tempo eventualmente gasto com transporte público, por exemplo; a economia com custos atrelados à habitação, como impostos e aluguel; e, por fim, o acesso a melhores condições de vida no bairro em que fica localizado o prédio, como na segurança e no acesso a serviços.

Por outro lado, o ponto negativo deste tipo de moradia mais comumente citado foi o da disponibilidade integral ao trabalho, incluindo as madrugadas – a retribuição, pelos funcionários, implicada no “recebimento” de uma casa. Mais uma vez, como indicado na seção sobre doações e presentes, a regra tácita entre os porteiros é não “dizer não”:

Quando a gente mora no serviço, é igualmente o soldado no quartel. Vamos supor, eu tenho responsabilidade no prédio, se acontecer alguma coisa eles ligam pra mim agora e eu vou. (...) Porque você morando no prédio tá sempre no serviço. Quando alguém te chama você não pode dizer que não, né? Como eu nunca disse também... (Raimundo)

Outro ponto negativo apontado é a submissão a regras, explícitas ou não, que não se aplicam de forma semelhante aos outros condôminos. Como empregados, estes trabalhadores acabam se deparando com restrições no volume e perfil de visitantes a serem recebidos em casa – alguns entrevistados relataram que alguns prédios proíbem a entrada de mulheres que não sejam esposas dos porteiros – ou na realização de festas, por exemplo. A maioria dos entrevistados que moram onde trabalham demonstraram resignação diante destas restrições:

Tem colegas que fala que as coisas ruins é que você é privado de dar umas festas no prédio, como funcionário... Acho que tem alguns funcionários em prédio que acha que deveria ter a mesma liberdade que um morador tem, acho que passa no subconsciente dele isso. Eu me reconheço no meu lugar: eu sei que isso não é meu, então eu não posso ter a mesma mordomia, a mesma liberdade que tem um proprietário. Isso é norma! Tem que ser cumprida. Eu não acho isso ruim. Tudo na nossa vida tem que ter normas. Isso não me frustra como pessoa. (Reginaldo)

No entanto, três entrevistados explicitaram terem optado em não morar nos prédios em que trabalham justamente para preservar este tipo de “liberdade”, como citaram. Claudio, Cleber e Cleiton têm unidades habitacionais à sua disposição no prédio em que trabalham. Claudio, porém, cita os filhos ao justificar porque fez uma escolha diferente – explicitando, sutilmente, uma postura hierárquica em que os moradores colocariam os funcionários “debaixo de suas solas”:

Já me fizeram vários convites pra eu morar aqui com os meus filhos, mas eu não quis porque não vou ter aquele conforto, entendeu? Com conforto como eu na minha casa. Porque pra reclamar de alguma coisa do morador eu não posso tomar iniciativa como, né... Eles podem tomar como morador, mas eu não posso tomar como funcionário, né? (...) E aí fala porque gasta água, né? Gasta luz, gás... É tipo essas coisas mesquinha... E eu, pelos tempos de experiência, é só pra não dar, tipo assim, oportunidade... Pra não dar oportunidade, que esses [moradores] daí são os melhores, né? Tem que morar na roça! Tem que sempre ficar embaixo da sola deles, né?! (Claudio)

Jovens, irmãos e porteiros no mesmo prédio, Cleber e Cleiton também citaram motivações pessoais para justificar o porquê não ocupam os apartamentos disponíveis para funcionários no condomínio em que trabalham:

Eu não quis morar aqui porque acho melhor morar num canto, assim, reservado. Se for sair, essas coisas assim, não perturba ninguém. (Cleber)

Entre os seis entrevistados que moram em outros lugares que não os condomínios, todos relataram usar o transporte público para locomoção para seus empregos.

A moradia no prédio parece ser tributária de uma divisão social do trabalho moderna e brasileira que é associada por Teresa Sales ao “latifúndio escravocrata, monocultor e esterilizador da diversidade social” (SALES, 1994, p.4). Para a autora, há uma continuidade desta cultura política que, no passado, fazia do homem livre e pobre dependente dos favores do senhor territorial. Tal cultura foi caracterizada pela fuga e itinerância destes trabalhadores, “do que a história das migrações internas no Brasil é o exemplo mais contundente”; e pela reificação do fetiche da igualdade, que dá a aparência de encurtamento das distâncias sociais e transforma potenciais conflitos em conciliação (Ibidem, p.1).

Hoje, Sales chama de “cultura política da dádiva” a manifestação política da desigualdade em que as relações de mando e subserviência ainda substituem os direitos básicos e universais de cidadania. E tal relação pressupõe um provedor forte, representada pelo domínio territorial.

Se tivesse de definir poucas e curtas palavras o significado desse enunciado, diria que no nosso país ou bem se manda ou bem se pede. Está no simples conteúdo desses dois verbos o significado mais profundo de nossa cultura política do mando e da subserviência. (Ibidem, p.2).

As dimensões sociais que orbitam em torno de bens objetivos, como a moradia, também circundam a negociação por itens materiais entre condôminos e porteiros – vivam eles nos prédios ou não. Uma cadeira, por exemplo, representa para o porteiro Manuel uma falta de consideração dos moradores em relação aos funcionários.

Perguntado sobre o que poderia ser melhorado em seu trabalho atual, o entrevistado foi certo em falar no assento, segundo ele “muito duro” – o que vem piorando suas dores na coluna. Por isso, a cada mês, ele diz pedir ao síndico a compra de uma cadeira nova, e relata também fazer pressão sobre alguns moradores para que levem o assunto para as reuniões de condomínio. A julgar por uma experiência anterior, porém, a providência pode demorar a ser tomada: segundo Manuel, um ventilador para os funcionários, entregue em 2016, foi resultado de dez anos de pressão.

Os funcionários do prédio em que João Francisco trabalha também acabaram se mobilizando para resolver uma pendência que, em sua leitura, originalmente seria de responsabilidade dos moradores. Uma televisão que ficava na portaria quebrou e, segundo o entrevistado, os condôminos ficaram “embromando para consertar”. Então, os funcionários juntaram dinheiro e compraram o aparelho que até hoje é por eles usado.

Nestes casos, parece que os moradores exercem mais destacadamente seu poder de decisão enquanto empregadores, explicitando as fronteiras hierárquicas próprias do ambiente laboral. Mas há situações relatadas em que esta posição é flexibilizada, dando lugar a favores e concessões aos porteiros.

José Francisco, que trabalha e mora em um prédio em Ipanema, lembra com carinho de um presente de casamento dado a ele por um síndico:

Onde eu moro, tinha muita dificuldade por causa do calor, que é insuportável, né. E os moradores normalmente não querem que instale ar condicionado, porque vai gastar muita luz. E quando eu casei, o síndico perguntou o que eu queria de presente. Aí, na hora, eu falei: “Quero um ar condicionado”. E ele imediatamente providenciou. Aí, isso ficou marcado pra mim. Até hoje eu tenho a liberdade para usar o ar condicionado. (José Francisco)

Jordano também negociou com um síndico o aval para usar outro recurso do prédio, uma vaga na garagem. Mas, até hoje, ele tem cuidados no uso deste benefício:

Quando eu comprei o carro, eu falei com o síndico: "Eu tô pensando em comprar um carro... O que é que o senhor acha?". Ele disse: "Eu acho uma boa, cara! Mas aonde você vai botar esse carro?". Aí eu mostrei pra ele aonde eu podia botar [no prédio]. [Falei] Que não tinha problema porque eu já tinha falado com o morador. E ele: "Então compre e seja feliz!" (...) É uma vaga bem discreta, né? Às vezes, eu até evito quando o morador vai sair, eu espero ele sair logo pra eu poder sair. (...) Então é isso, a gente tem que respeitar. Isso aqui é deles, eu só tenho o emprego aqui. Os moradores me dão, mas se quiser tirar, eles tiram, na hora que quiser. (Jordano)

Luiz, por sua vez, opta por deixar o seu carro na rua do prédio em que trabalha e mora. Segundo o entrevistado, alguns moradores até oferecem suas vagas para ele quando viajam, mas ele prefere não usá-las para evitar problemas com moradores que possam não gostar disso. O porteiro já teve uma amostra de como esta situação pode ser delicada quando usou a garagem rapidamente, para carregar e descarregar seu carro com produtos que vende externamente como ambulante. Uma moradora reclamou – em mais uma situação em que as regras aparecem como base para conflitos no condomínio.

Ela chegou aqui do lado e falou que eu não poderia botar o carro aqui dentro da garagem porque eu tava infringindo a regra. Aí eu ouvi e vim até ela: "Não tô infringindo regra, não senhora, porque se vier um da Cochinchina, do Japão, ele vai descarregar ou carregar um carro. Então eu to há 27 anos aqui e se eu não puder carregar e descarregar um carro dentro da garagem, que que eu tô fazendo aqui? Eu não tô infringindo regra não senhora". Eu tenho que fazer 100%, se eu fizer 99,9%, pra ela não presta. Então o sistema é esse. (Luiz)

4.10 Caminhos da vida

Apresento agora aspectos secundários revelados nas entrevistas que não centram-se na relação entre porteiros e moradores, mas ajudam a compor o quadro de atuação e vivência destes profissionais nos condomínios. As dimensões tratadas aqui têm a ver sobretudo com a leitura dos entrevistados sobre a migração, educação e a mobilidade social em suas famílias.

A maioria dos entrevistados apontou como principal motivação para a migração do Nordeste em direção ao Sudeste a busca por melhores condições de vida por meio do trabalho, uma vez que a oferta de empregos em seus locais de origem é apresentada como escassa. Isto vai ao encontro da vultuosa tendência de migração do meio rural para as cidades com a promessa de uma “cidadania regulada” que ganhou corpo com novas estruturas de proteção laboral e social com o Estado Novo, como observou Adalberto Cardoso.

O emprego regulado pelo Estado e todos os benefícios trabalhistas com ele previstos inauguram um ponto de referência normativo para as expectativas individuais – aqui, na figura dos próprios porteiros – e coletivas – por exemplo, na formação de redes entre famílias e cidades do Nordeste que se articulam em direção ao Sudeste (CARDOSO, 2010). A ocupação de porteiro, nesse sentido, apresenta peculiaridades que se adéquam positivamente às expectativas dos entrevistados, como o oferecimento da moradia funcional e uma certa estabilidade no emprego por meio da carteira assinada.

As próprias trajetórias dos entrevistados refletem os componentes previstos por Cardoso nas possibilidades objetivas promovidas pelo capitalismo brasileiro: uma combinação entre trajetórias individuais de trabalho árduo, capacidade de discernimento em momentos-chave, características pessoais e também alguma sorte (Idem).

(...) Do ponto de vista individual (e por vezes coletivo), a estrutura de oportunidades, em sua inércia, pode ser vista como uma estrutura de recursos materiais disponíveis, mais ou menos ativáveis por cada um segundo seus próprios recursos individuais (inteligência, diligência, habilidades físicas, qualificação, disposição para o trabalho e, por que não, o acaso) ou coletivos (na família ou nos coletivos significativos ou identitários, como sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais ou comunidades religiosas). A ativação não está dada de antemão, e para boa parte das pessoas aquela estrutura se configura como um conjunto de limites e, amiúde, como impossibilidades. (Idem).

Destoando da maior parte dos entrevistados, porém, Roberto destacou a liberdade como justificava mais importante para a migração, uma vez que seus pais trabalhavam no campo e impunham uma rotina exigente para toda a família. Ele conta que, por isso, logo se sentiu bem nos seus primeiros anos de vida no Rio de Janeiro:

Ah, eu me sentia bem melhor do que lá (...) Não acordava 3 horas da manhã pra trabalhar, né? Acordava num horário normal, 6 horas. E tinha mais liberdade né? Lá a gente era mais preso. Mais preso dentro do trabalho. Era mais preso a gente ter que trabalhar do que aqui. Porque aqui a gente tem horário pra começar, parar, né? E lá não, lá é tipo assim começa a trabalhar às 3 da manhã e não tinha hora pra parar. (Roberto)

Outros entrevistados, porém, relataram desorientação e dificuldades de adaptação nos momentos iniciais na capital fluminense – ainda que todos contassem com o apoio de parentes e conhecidos que já haviam migrado, seja com a alocação na moradia, na busca por empregos ou na própria orientação sobre os códigos da cidade.

Tem que mudar o teu comportamento. Não é comportamento de roça, né? Aí muda... É o modo de tu falar, é o teu sotaque. Só isso pra mim, de se adaptar ao sotaque do pessoal

daqui do Rio de Janeiro, levei quase um mês... Porque o pessoal falava rápido, né? Aí eu me perdia... (Claudio)

Conforme observa Barbosa, no processo de “descampenização”, o migrante torna-se uma referência para parentes e amigos, detendo uma obrigação moral de ajudar o recém-chegado da socialização no mundo urbano à obtenção de emprego. Tal prontificação na cidade atualiza também as relações com quem ficou no campo: “O distanciamento espacial não significa necessariamente o afrouxamento das relações sociais, uma vez que o próprio processo migratório desencadeia, na maioria das situações, o fluxo de troca recíproca entre parentes e amigos” (BARBOSA, 2000, p.41).

Com a superação, por alguns entrevistados, do estranhamento inicial da cidade, os porteiros demonstram progressivamente terem se articulado com hábitos e recursos do meio urbano. Nos bairros em que trabalham, e por vezes moram, fazem uso de supermercados, igrejas e equipamentos de lazer – como é o caso de Reginaldo e Jordano, que treinam para maratonas na orla carioca.

Como aponta Barbosa, as marcas de distinção não se limitam às classes sociais, mas passam também por oposições como Sudeste versus Nordeste, mundo urbano e rural. E estes porteiros, por vezes moradores de bairros nobres, trabalhadores e migrantes, articulam os recursos oferecidos por estas diferentes esferas: “O lazer desses trabalhadores transcreve-se em estoques simbólicos que se alimentam das diferenças regionais, da trajetória social e da relação com novas informações e valores culturais de outros grupos sociais” (BARBOSA, 2000, p.133).

Corrêa aponta também que a incorporação de comportamentos, vivências e informações pertinentes ao “estrato social diferenciado” dos moradores pode funcionar não apenas como uma imitação, mas também uma estratégia de aceitação pelos moradores e de prestígio entre os funcionários (CORRÊA, 2005). Mas isto tem uma contrapartida: “(...) Esta situação de estar vivendo e localizado numa situação limiar, engendra questões existenciais, complicadas de elaborar e assimilar para esta categoria de trabalhador (...)” (Ibidem, p.36).

Roberto mais uma vez manifesta sua adaptação à vida urbana, por meio de seus *hobbies*: quando trabalhava como caseiro, conheceu a música eletrônica e as *raves* com o filho de uma patroa, e até hoje escuta e frequenta festas dedicadas a este tipo de música. No Rio, ele também passou a pedalar de bicicleta pela cidade – atividade que pratica com frequência.

É o estilo de vida adquirido na cidade, inclusive, que o porteiro aponta como motivo para que não deseje voltar a morar na Paraíba:

Cara, eu cheguei um certo tempo em pensar em morar lá, mas hoje eu talvez não. (...) É mais em termos de vida mesmo. Estilo de vida. Porque aqui, a situação de você viver aqui, seu estilo de vida aqui, fica mais fácil em tudo. Fica bem mais fácil. Um médico... O seu dia a dia. Tudo que você tem que fazer, principalmente quando você chega numa certa idade. (Roberto)

Mas tal adaptação ao Rio de Janeiro muitas vezes se mistura com a manutenção dos laços com o Nordeste, como com a típica Feira de São Cristóvão ou a ida a bailes de forró pela cidade. Raimundo via o seu passado de uma forma peculiar, nas telas dos cinemas. Ele conta que, apesar do trabalho intenso, gostava de ir ao cinema no raro tempo livre. Ver “filmes de cowboy” o lembrava de sua vida no campo:

A minha diversão mais era só ir ao cinema. Porque eu gostava de cinema. Aquele cinema faroeste. Porque lá no Nordeste, quando eu comecei a vida, eu era assim peão. Que nem aquelas coisas de Barretos, de montar em cavalo bravo, em boia, aquelas coisas, né? Aí eu gostava muito daqueles filmes de *cowboy*. Essa era minha diversão. (Raimundo)

No entanto, poucos entrevistados, como Luiz, dizem nunca terem se adaptado ao Rio – no seu caso, pelo medo da violência, o que o faz planejar voltar ao Nordeste com a aposentadoria. Já Manuel, há mais de três décadas na capital fluminense, conta os dias para se aposentar e voltar para a Paraíba pela saudade da família.

Independente das perspectivas futuras, os porteiros mantêm ativada sua ligação com o Nordeste em diferentes medidas – desde o caso de Roberto e Cláudio, que costumam demorar mais de uma década para visitar, ao de Raimundo, que conta 46 idas para a Paraíba desde que migrou para o Rio. Sete dos 12 entrevistados disseram viajar anualmente para o Nordeste para visitar parentes e amigos.

Ligações telefônicas e redes sociais também ajudam na manutenção dos laços com quem ficou:

Hoje em dia é muito bom, né? A comunicação, porque o negócio do telefone barateou muito. Antigamente, quando eu comecei a trabalhar aqui mesmo, pra falar com os meus pais era um problema. Tem uma senhora que mora no 402, ela que sempre tinha a maior boa vontade... Eu dava o número dela pros meus pais pra uma emergência, né? Mas às vezes eles me ligavam do nada, aí ela descia e ia me buscar em casa. (Manuel)

Por sua vez, a remessa de bens por migrantes é lida por Zelizer e Tilly como uma das esferas em que há o estabelecimento de fronteiras entre os atores sociais. Estes sistemas articulam redes pelas quais migrantes conseguem trabalho, moradia e socialização em seus destinos. Estas redes constituem também diferentes configurações de fronteiras – por exemplo, aquela que divide

os migrantes que cumprem sua função de enviar dinheiro daqueles que falham nesta ação (ZELIZER; TILLY, 2006, p.15). E, justamente, a remessa de bens para entes que ficaram no Nordeste marca boa parte da trajetória de migração dos porteiros – muitas vezes desde o seu início.

Os entrevistados relataram ativar tais redes por meio do envio de dinheiro e bens e, no momento de visitas, com presentes. José Francisco, por exemplo, diz sustentar toda a sua família no Nordeste. Já Jordano conta ter ajudado a mãe desde quando ele era criança até a morte dela.

Eu ajudei a minha mãe até quando ela faleceu, né? Eu ajudei ela a vida dela toda. Comecei a trabalhar aos 10 anos lá na Paraíba e sempre ajudei a minha mãe, né? Uma das coisas que melhor eu fiz nessa vida foi ajudar ela o quanto eu pude... e se pudesse teria ajudado mais ainda. Faria tudo de novo! (Jordano)

Em um caso que ultrapassa as remessas de dinheiro e presentes, Raimundo imprime sua marca na cidade natal: ele adquiriu lá uma série de terrenos, alguns dos quais doou para a construção de uma igreja e de uma escola. Seu reconhecimento na cidade é tal que sua família dá nome a ruas e instituições, e ele apadrinhou diversas crianças de lá.

Se estes trabalhadores se voltam para as suas origens, da cidade natal à família, eles dedicam também atenção às perspectivas futuras para os filhos por meio da educação. E isto tem muito a ver com a referência de como eles próprios enxergam suas trajetórias escolar e profissional. Em geral, enquanto percebem terem conseguido uma vida melhor do que a dos pais, esperam que os filhos conquistem perspectivas ainda mais promissoras.

Muitos entrevistados indicaram que os pais eram analfabetos – e, em respostas diferentes desta, o nível de escolaridade de seus pais e mães não passava de uma alfabetização básica. Assim, os porteiros conquistaram mais anos na escola, mas a maioria quase absoluta não completou o ensino médio. Entre as razões para a interrupção dos estudos, os entrevistados apontaram fatores como os gastos para continuar na escola, como com a compra de material escolar ou despesas com o transporte, dificuldades de acesso a unidades de educação e a necessidade de ajudar a família por meio do trabalho.

Seis entrevistados, no entanto, apontaram terem tentado ou efetivamente terem voltado a estudar no Rio. Mas a maioria não avançou nisto e, como aqueles que não fizeram esta nova tentativa, a não continuação foi explicada por fatores como o cansaço e a incompatibilidade de horários decorrentes do trabalho na portaria; a vontade de aproveitar a “farra” no Rio; custos como a compra de livros; e a dedicação financeira e pessoal para manter a família.

Esta frustração de expectativas pode ser lida sob o escopo de tendências mais gerais observadas por Cardoso, segundo o qual a migração do campo para a cidade não resultou em uma mobilidade educacional vultuosa. A mobilidade social que pode ser observada nas estatísticas, segundo autor, deve na verdade ser atribuída ao que estudiosos chamam de “mobilidade estrutural”: a simples mudança do campo para a cidade coloca os atores diante de novas possibilidades por meio do emprego urbano, o que representa uma mudança na estrutura de classes (CARDOSO, 2010). Mas a mobilidade não encontra na educação o seu principal motor.

O padrão desenvolvimentista de inserção ocupacional representado pelas políticas de Getúlio Vargas acabou por reproduzir a desigualdade: a escola encaminhou os jovens mais escolarizados para as posições superiores da estrutura social, enquanto para a maioria dos brasileiros a escola não se mostrou importante para o direcionamento ao emprego:

(...) Os menos escolarizados que migravam do campo para a cidade em busca do sonho dos direitos e da perspectiva de melhoria de vida encontravam um mercado de trabalho repleto de posições de má qualidade, remunerando muito mal e exigindo pouca ou nenhuma qualificação formal, enquanto as posições médias e superiores apresentavam barreiras à entrada que exigiam escolaridade quase sempre inacessível aos trabalhadores pobres urbanos e seus filhos (Idem).

Muitos entrevistados apontaram que, caso voltassem a estudar, desejariam cursar uma faculdade. Dois entrevistados afirmaram explicitamente desejarem voltar a estudar – demonstrando a promessa da ascensão social por meio de trajetórias individuais como apontado por Cardoso. Um dos entrevistados, Jordano, foi o único a concluir o ensino médio, no Rio. Ele agora pretende cursar faculdade de educação física, mas explica que possivelmente o fará depois da aposentadoria. Isto porque sua experiência conciliando um supletivo e a chefia da portaria o mostrou que a disponibilidade ao trabalho é alvo de cobrança pelos moradores – mesmo fora do expediente, por exemplo em caso de urgências:

O antigo síndico, ele apoiou, na época que eu falei com ele: "Eu posso estudar?". Ele falou: "Vai estudar, pode estudar, não tem problema". Mas eles, ao mesmo tempo, se aconteceu alguma coisa, aí eles se reúnem e falam: "Nós tamos pagando um porteiro aqui e na hora que a gente precisa ele não tá aí...". (Jordano)

Alguns porteiros apontaram também para a melhoria do acesso aos estudos em seus locais de origem. É o caso de Manuel, que destaca que todas as suas sobrinhas são formadas na universidade e nunca saíram da sua cidade natal. Ele diz que, caso este fosse o cenário em sua época, “com certeza tinha estudado, porque eu gostava muito de estudar”.

Já Cleiton, de 23 anos, demonstra uma certa resignação ao comparar a sua trajetória com a de amigos e a de um irmão, que ficaram em sua cidade na Paraíba. Ele avalia não “levar jeito” para estudar e, com isso, acabou se tornando porteiro, como o irmão, Cleberson – uma escolha que, segundo ele, é incomum entre seus contemporâneos:

Hoje em dia, o pessoal quer estudar. O meu irmão novo agora, fez estudo, faculdade. De três [irmãos], um quis estudar (Cleiton)

Para aqueles que têm filhos, uma pergunta do questionário permitiu que tais percepções e expectativas sobre a trajetória educacional da família ficassem mais evidentes. Respondendo à questão sobre se incentivariam um filho ou outro parente a ser porteiro, muitos refutaram tal possibilidade afirmando que desejariam que estes conseguissem trabalhos melhores por meio dos estudos. Assim, apesar dos avanços tímidos no acesso à educação pela população brasileira apontados por Cardoso, é por meio dela que os porteiros enxergam maiores chances de mobilidade social para as próximas gerações.

Eu acho que ser porteiro é uma profissão digna, eu ganho o meu salário honesto e o que eu tenho eu consegui trabalhando de porteiro. Mas eu queria uma coisa melhor, né? No caso da minha filha, eu quero que ela estude, que ela possa ter uma boa formação aí e que possa ter um futuro melhor... (Jordano)

Luiz, que não esconde não gostar de ser porteiro, é mais enfático nesta posição:

Sempre pedi na minha vida, a Deus, pra que ele [o filho] estudasse, pra nunca ser porteiro. Porque a pessoa pensa que é bom ficar lá numa portaria assim, mas não é bom não. Não indicaria não, a não ser que ele não tenha estudo, não tenha nada... O meu filho nunca se atreveria. Eu sempre falei com ele. É um serviço que você fica muito, muito preso. Você só tem uma folga por semana e é só aquele diazinho de folga. Trabalha feriado, dia santo, o que for! Você tem que estar ali trabalhando. (...) E além de ganhar muito mal! (Luiz)

Já Roberto aponta a educação como fator determinante para diferenciar uma profissão de uma “função” - nomenclatura para ele mais adequada ao trabalho na portaria:

Na minha visão, isso não é profissão, entendeu? Eu acho que pra mim tudo se torna profissão naquilo que você estuda e faz faculdade. Pra mim, passa a ser profissão aquilo ali, mas isso daqui é uma função, não profissão... Tem um limite (...) É porque isso aqui é uma função de que você sabe fazer aquilo ali, num determinado patamar, pra sua sobrevivência, quando você conserva o seu, a sua despesa mensal através daquele trabalho. Isso que você sabe fazer... É um serviço que não exige muito estudo. É um serviço que você só precisa saber do básico, ler um pouco, escrever um pouco, se expressar um pouco melhor... (Roberto)

Ao avaliar positivamente o trabalho na portaria, na comparação com os caminhos possíveis de acordo com seu nível de escolaridade, Manuel também dá a entender que não considera ser porteiro uma profissão:

Pra gente que não tem profissão é um dos melhores empregos. Porque eu moro na Zona Sul, eu moro dentro do emprego, não tem a preocupação de pegar ônibus de manhã, o salário é certo... Então o bom é isso aí, pra quem não tem uma boa profissão... o de porteiro é um dos melhores. (...) Eu queria estudar pra fazer um curso pra arrumar um emprego melhor. Não desmerecendo a portaria, Deus me livre, que hoje minha vida é a portaria. Mas eu acho que, assim, eu poderia ser um, sei lá, um advogado, um administrador de empresas... Não desmerecendo. (Manuel)

Oito dos 12 entrevistados relataram terem feito cursos breves relacionados à portaria – por exemplo, sobre segurança, oferecidos por batalhões da Polícia Militar; sobre manutenção, oferecidos pelas administradoras dos prédios e imobiliárias; e, por fim, de cuidados com idosos, oferecido pelo SENAC. Ainda assim, a frustração expressa pelos entrevistados por não terem seguido uma formação educacional mais robusta se relaciona a um padrão apontado por Cardoso no Brasil: aqui, diferente de outros países com um padrão fordista de transição da escola para o trabalho, a educação formal nunca foi o principal mecanismo de qualificação para o trabalho urbano (CARDOSO, 2010).

Conforme aponta Barbosa, a imbricação entre os mundos da casa e do trabalho acentuam a colocação do porteiro em uma posição inferior na divisão social do trabalho:

Como a aprendizagem das técnicas de execução desses serviços é feita de forma absolutamente naturalizada, de socialização primária em alguma fase da vida, e por não ser uma habilidade específica, mas geral, de conhecimento de todos (ou quase todos), no intuito de ser utilizada na divisão de tarefas (mundo da casa), sem ter objetivo profissional e remunerativo, esses tipos de serviços não estão diretamente ligados ao mundo do trabalho, ocupando uma posição inferior na divisão social do trabalho. (BARBOSA, 2000, p.55).

5. CONCLUSÃO

Diante da proposta de perceber como as diferenças entre porteiros e moradores são vividas, lidas e negociadas a nível interpessoal, as entrevistas realizadas nesta pesquisa permitiram observar a complexidade destas relações. A meu ver, esta característica pode ser atribuída a algumas configurações particulares destas trocas, a saber: as marcas da histórica desigualdade no Brasil, refletidas em um ambiente de trabalho doméstico; a confrontação de atores diferentes a priori, tanto pela hierarquia laboral quanto por indicadores socioeconômicos; e a constituição de relações envolvendo intimidade e confiança.

A desigualdade tem sido tema quase indissociável das interpretações sobre o Brasil ao longo do tempo e, justamente por ser uma constante, também vem sendo lida através de diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Obras clássicas como as de Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Da Matta (1997) destacam a priorização, na sociabilidade brasileira, da relação e das emoções, em detrimento da impessoalidade e universalidade corporificadas, por exemplo, pela lei. Esta conduta levaria à dissolução das diferenças e apaziguamento dos conflitos.

Outros autores buscam nos processos históricos que envolvem o sistema político e o mercado de trabalho respostas para questões de nossa sociedade. José Maurício Domingues, por exemplo, observa o que chama de “modernização conservadora” no Brasil, o que envolve a constituição de um “individualismo de fermentação ibérica” no país (DOMINGUES, 2010); já Adalberto Cardoso se debruça sobre as transições, no mundo do trabalho, da escravidão para o trabalho livre e, finalmente, para o que denomina como a constituição de uma “cidadania regulada” (CARDOSO, 2010). Neste quadro, o autor observa a reprodução da desigualdade e o papel do Estado nisto – apesar de reconhecer as tímidas possibilidades de ascensão social nas trajetórias individuais.

Já interpretações representadas por Jessé Souza apontam para um essencialismo nas explicações históricas para a desigualdade no Brasil e defendem a consideração de uma implantação bem-sucedida do capitalismo – como fenômeno global – no Brasil.

A defesa pela observação empírica e pela consideração das particularidades, em contraposição a polarizações analíticas e generalizações, observa-se também em novas propostas para o entendimento da constituição e reprodução de classes. Lamont propõe uma releitura da

obra de Bourdieu que, se por um lado considera a agência na distribuição de recursos materiais e simbólicos, deixa a desejar na observação da variabilidade que pode ser circundada empiricamente (LAMONT, 2010).

Lamont, ao lado de outros estudiosos, defende o conceito de fronteiras como uma abordagem que permite a percepção das dinâmicas entre as diferenças sociais e os recursos simbólicos. Isto permite entender que a diferença não necessariamente implica em desigualdade, ou seja, as fronteiras simbólicas podem ir ao encontro, ou não, das fronteiras sociais. Assim, a distribuição de recursos materiais se associa ao trabalho relacional realizado pelos atores a nível intersubjetivo.

Neste escopo, Viviana Zelizer defende também ser possível observar as complexas interações entre dinheiro e afeto – geralmente entendidos, pelo senso comum e pela academia, como “mundos hostis” (ZELIZER, 2011). Observando situações que envolvem o que chama de relações de intimidade e confiança – onde os atores estão ligados por uma rede centrada em empreendimentos de longo prazo e recursos, materiais ou não, vulneráveis – a autora atenta, ao lado de Charles Tilly, para o “trabalho relacional” (ZELIZER; TILLY, 2006). Este esforço envolve a significação das relações empreendida pelos atores, criando, alterando ou mantendo distinções categóricas.

Diversas situações indicam o forte papel da confiança e da intimidade na relação entre porteiros e moradores. O “trabalho relacional” previsto por Zelizer e Tilly em relações com estes atributos ganha reforço, nos prédios, com a demanda pelo “saber lidar” definido por Barbosa (BARBOSA, 2000). A habilidade de se relacionar, sendo maleável diante de diferentes personalidades e de conflitos em potencial, se apresentou como essencial no exercício da ocupação de porteiro – primeiro, na pesquisa deste autor, algo posteriormente reforçado pela pesquisa de Roberta de Mello Corrêa (CORRÊA, 2005) e agora por meu estudo.

Parafraseando Da Matta, que diz serem as relações no Brasil “um dado básico de todas as situações” (DA MATTA, 1997, p.74), eu diria que, na portaria, a relação com os moradores é também um dado básico de todas as situações. Ela está sempre em jogo. Por exemplo, na negociação por itens materiais, como o uso, pelos funcionários, das dependências do prédio. Relatos dos entrevistados mostraram como este tipo de situação por vezes evidencia diferenças entre os atores como a de patrão e empregado.

Doações feitas pelos moradores também evidenciam o que Coelho chamou, no caso das trocas entre patroas e empregadas domésticas, da dramatização de uma relação hierárquica (COELHO, 2006). Porteiros apontaram para a não consideração, pelos condôminos, de seus desejos ou necessidades como receptores de doações. Ao mesmo tempo, ainda que não queiram o objeto doado, os entrevistados enfatizaram que não se deve “dizer não” às doações – demonstrando uma “gramática socialmente regulada” nesta troca (Idem). Esta é mais uma situação que reflete como os atores, a nível interpessoal, negociam os significados das relações e a manutenção de categorias existentes.

Até mesmo as simples saudações de “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite” são, segundo mostraram algumas entrevistas, indicadores importantes na relação entre porteiros e moradores – funcionando como sinalizadores de um comportamento amigável ou não, ou ainda como uma espécie de termômetro do humor e personalidade dos condôminos.

Já a ultrapassagem da atuação dos porteiros do que seria sua função *stricto sensu*, como a entrada nos apartamentos em caso de problemas de saúde dos moradores ou a realização de tarefas extras, abre uma gama de situações de complexas negociações e imbricação entre transações monetárias e confiança. Nestes casos, os entrevistados muitas vezes justificaram suas atuações com o reconhecimento e retribuição do carinho e confiança compartilhados com moradores, ou outras vezes com valores morais próprios como o altruísmo.

Ao se depararem com a diferença em relação aos condôminos, os porteiros também reivindicaram valores morais ao proporem, como comportamento desejável dos moradores, a dissolução de fronteiras e o reconhecimento da humanidade que os une.

No entanto, uma série de relatos indica para a experimentação de diferenças socioeconômicas, como a que remete à subordinação no trabalho ou à pobreza, ou até no estilo de vida, como em festas e encontros fora do prédio.

As entrevistas, e subsequente análise a partir do quadro teórico aqui adotado, permitiram, a meu ver, qualificar o entendimento sociológico sobre a múltipla e complexa vivência dos porteiros. Vejo que o potencial de estudos neste campo ainda é vasto e rico, podendo ser direcionado para a análise de situações mais específicas, como as redes que se formam em torno da migração e suas remessas materiais; ou ainda a rede de “escoamento” de objetos doados por moradores aos porteiros.

Se a metodologia defendida aqui baseou-se em entrevistas, sem o compromisso de constituir uma amostragem, pode ser revelador estudar a construção de categorias e fronteiras no campo observacional, por meio de etnografias, por exemplo; ou ainda a consideração de variáveis como gênero e escolaridade nos discursos dos entrevistados. Afinal, como defende Lamont: “Examinar as variações internas nos ajuda a ganhar um melhor entendimento do papel desempenhado por condições estruturais próximas na formação de fronteiras” (LAMONT, 1992, p.150).

6. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fernando Cordeiro. **Trabalho e residência: estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes “nordestinos”**. Niterói: EdUFF, 2000.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. **Classes sociais e estilos de vida na sociedade brasileira**. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A dinâmica dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento** [1979]. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007a.

_____. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe [1971]. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974a.

_____. Condição de classe e posição de classe [1966]. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974b.

_____. O habitus e o espaço dos estilos de vida. In: BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento** [1979]. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007b.

_____. O mercado de bens simbólicos [1970]. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974c.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 2, 2005.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Ministério do Trabalho, Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Editora FGV, 2010. E-Book. Não paginado.

_____. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 80, p. 71-88, 2008.

CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo Peres. Índice de Desenvolvimento Social-IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. **Coleção Estudos Cariocas**, v. 20080401, 2008.

COELHO, Maria Cláudia. **O valor das intenções: dádiva, emoção e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

COSTA, Sérgio. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 3, p. 823-839, 2014.

CORRÊA, Roberta de Mello. **O Porteiro e o Panóptico Brasileiro: As transformações do Saber-fazer e do saber-lidar deste trabalhador**. Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOMINGUES, José Maurício. **A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil**. Red Dados, 2000. Não paginado.

DOMINGUES, José Maurício. Modernidade, tradição e reflexividade no Brasil contemporâneo. **Tempo social**, v. 10, n. 2, p. 209-234, 1998.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VERETA-NAHOUM, André. Explorando os sentidos sociais da economia. **Tempo Social**, v. 29, n. 1, p. 1-22, 2017

LAMONT, Michèle. **Looking back at Bourdieu**. Cultural Analysis and Bourdieu's legacy: settling accounts and developing alternatives. London: Routledge, 2010.

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. The study of boundaries in the social sciences. **Annual review of sociology**, v. 28, n. 1, p. 167-195, 2002.

LAMONT, Michèle. **Money, morals, and manners: The culture of the French and the American upper-middle class**. Chicago and London: University of Chicago Press, 1992.

_____. **The Dignity of Working Men**. Nova York: Russell Sage Foundation; Londres e Cambridge: Harvard University Press, 2000

LOBO, Thais. Porteiros do Rio contam suas histórias e singularidades da profissão. **Jornal O Globo**, 21 nov. 2015. Disponível em: <<https://glo.bo/2tmhzAR>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MARINS, Mani Tebet. **A construção de fronteiras simbólicas a partir de um programa brasileiro de transferência de renda**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8_UnaConstrucciondeFronteras.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 10, p. 35-48, 1995.

RIBEIRO, Marcos Abraão. Modernização periférica e desigualdade social: disputas no Pensamento Social Brasileiro. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 50, n. 2, p. 108-116, 2014.

SALATA, André; SCALON, Celi. Do Meio à Classe Média: como a “nova classe média” e a “classe média tradicional” percebem sua posição social?. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 3, 2015.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, n. 9, p. 26-37, 1994.

SENAC. DN. **Porteiro e vigia**: profissionais do mundo contemporâneo. 9 reimpr./ Rosa Amanda Strausz; Rejane Leite. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2014.

SILVA, Graziella Moraes. After racial democracy: Contemporary puzzles in race relations in Brazil, Latin America and beyond from a boundaries perspective. **Current Sociology**, v. 64, n. 5, p. 794-812, 2016.

SMALL, Mario Luis. ‘How many cases do I need?’ On science and the logic of case selection in field-based research. **Ethnography**, v. 10, n. 1, p. 5-38, 2009.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, 2004.

STEINER, Philippe. A dádiva organizacional: Dádiva à distância e circuitos de troca. **Tempo soc. [online]**, vol.29, n.1, pp.23-43, 2017.

_____. Markets and culture: Viviana Zelizer's Economic Lives. **Economy and Society**, v. 42, n. 2, p. 322-333, 2013.

TILLY, Charles. **Identities, Boundaries and Social Ties**. Boulder e Londres: Paradigm, 2005.

_____. Social boundaries mechanisms. In: **Draft paper for symposium on social mechanisms**, Philosophy of Social Sciences. 2003.

ZELIZER, Viviana. **A negociação da intimidade**. Coleção Sociologia. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ZELIZER, Viviana et al. A negociação da intimidade, dez anos depois: Entrevista com Viviana Zelizer. **Tempo Social**, v. 29, n. 1, p. 190-209, 2017.

ZELIZER, Viviana A.; TILLY, Charles. Relations and categories. **Psychology of Learning and Motivation**, v. 47, p. 1-31, 2006

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE PERGUNTAS

“Ficha técnica” do prédio

Endereço

Ano ou década do prédio

Número de andares

Número de apartamentos

Número de blocos

Tem garagem?

Tem área de lazer?

Portaria 24h?

Identificação

Idade

Onde mora atualmente (no prédio ou não; bairro)

Caso more no prédio perguntar: mesmo morando no prédio que trabalha, você tem outra casa?

Onde nasceu?

Se migrou perguntar:

- Com que idade e o que te atraiu para o Rio de Janeiro?

- Conte como foram primeiros momentos da chegada:

onde ficou?

quais foram seus primeiros trabalhos aqui no Rio?

o que sentiu nesse começo de vida?

Muitas vezes um parente ou amigo que veio morar numa nova cidade, puxa outro. Você já ajudou ou ajuda amigos ou parentes que resolveram vir para o Rio? Quais as ajudas que vc deu ou costuma dar?

Família atual

Você está casado ou tem uma companheira morando com você?

Qual idade da sua esposa?

Atualmente ela está estudando, trabalhando, procurando trabalho ou fica cuidado da casa e da família?

Até que série ela cursou?

Como você conheceu sua esposa?

Já tinha sido casado antes?

Você tem filhos?

Se sim:

Qual idade dos seus filhos

Eles estão estudando? Qual série estão?

Algum deles está trabalhando no momento? Em que?

Junto com você, quem mora na sua casa?

Trajectoria escolar

Até que série você estudou e concluiu?

Com que idade você terminou seus estudos?

Conte um pouco como você foi como aluno:

você repetiu de ano?

Durante o tempo que estudou você chegou a parar de estudar e voltar? Se sim o que aconteceu para parar e o que levou a voltar?

Além da escola, você fez algum outro curso?

Depois que você terminou seus estudos, você teve vontade de estudar alguma outra coisa? Fazer algum outro curso?

Dados da família (principalmente pais e irmãos)

E seus pais...

Onde moram atualmente?

Até que idade você morou com eles ou com um deles?

Até que série seu pai estudou?

E qual o trabalho que ele teve a maior parte do tempo em que você lembra?

E sua mãe, até que série ela estudou?

E qual o trabalho que ela teve a maior parte do tempo em que você lembra?

Trajectoria ocupacional

Vamos voltar ao passado para que você me conte um pouco mais da sua história

Qual foi o primeiro trabalho que você teve, considere trabalho qualquer atividade que teve recebendo ou não salário, com carteira ou não de trabalho assinada?

Tinha carteira de trabalho assinada?

Com que idade você teve esse primeiro trabalho?

Quanto tempo ficou nesse primeiro trabalho? Por que saiu?

Depois desse primeiro trabalho, você sabe dizer quantos trabalhos teve até chegar ao que você está hoje?

Em quais deles você ficou pelo menos 1 ano?

Trabalhos passados e motivos das saídas

Entre os trabalhos que você teve antes desse aqui, quais deles você considera um trabalho que te trouxe coisas boas? E por que?

E quais trabalhos você considera como trabalhos ruins?

E antes de estar nesse trabalho aqui, qual foi o anterior?

Quanto tempo ficou nele?

Por que saiu?

Comparando os trabalhos que você teve e com o atual, você acha que está melhor ou pior?

Trabalho atual:

Como chegou até o trabalho atual?

Há quanto tempo você está nesse trabalho aqui nesse prédio como porteiro?

Além do trabalho de porteiro aqui, você faz outro trabalho para complementar a renda ou ter um dinheiro extra?

Em seu trabalho como porteiro, você tem a carteira assinada? Desde quando?

Tem INSS?

Como é seu esquema de trabalho: por turno, todos os dias?

Você trabalha em algum turno fixo? Qual?

Com o esquema de trabalho que tem quantos dias de descanso dá na semana?

Quando você está de folga, onde costuma passear?

Quando você está de férias, o que costuma fazer?

Mora no prédio?

Como são escolhidos aqueles que podem morar no prédio?

Se mora no prédio perguntar:

Você paga algum aluguel, taxa ou qualquer valor para morar?

Como é morar no prédio em que trabalha:

Quais são as coisas boas de morar no prédio em que se trabalha?

E quais são as coisas ruins de morar?

Morando no prédio em que trabalha, como fica a convivência com os amigos?

Se não mora

Como você vem e volta para o trabalho?

Quanto tempo normalmente leva este deslocamento?

Você volta diariamente para casa?

Sobre o exercício da ocupação atualmente:

Quais são as atividades que você realiza no seu trabalho no prédio? (Inclui consertar coisas no prédio? Dar assistência a idosos? Manobrar carros?)

Como você foi aprendendo sobre o trabalho que um porteiro deve fazer? Alguém te orientou? Fez algum curso ou treinamento?

Num prédio é normal que muitas coisas aconteçam e os porteiros são chamados para dar conta.

Me conte uma situação inesperada ou fora da rotina que já aconteceu com você e como você agiu?

Das atividades e demandas que aparecem às vezes de forma inesperada, me diga alguma que você se recusou a fazer? Por que?

Aqui no seu trabalho, você já viveu alguma situação de risco para você e moradores?

No seu dia-a-dia de trabalho como porteiro, quais são aparelhos e equipamentos que você precisa usar? Se não souber dizer mencionar: interfone, câmaras de filmagem, sensores.

Qual deles foi o mais complicado para aprender?

Você pode assistir à televisão, ouvir rádio ou falar no celular enquanto está na portaria?

Me descreva um dia normal de trabalho

Me descreva um dia ruim de trabalho

Quais são as coisas boas de trabalhar aqui?

Quais são as coisas ruins?

Entre as coisas ruins, você acha que tem alguma coisa que poderia melhorar?

Alguma memória específica já te marcou no seu trabalho como porteiro?

Alguma vez você foi maltratado num dia de trabalho? Como aconteceu?

Você tem medo de assaltos e etc quando está na portaria?

Você já teve algum tipo de curso para se preparar para questões de segurança?

Quando faz o turno da noite, cai no sono às vezes?

Alguém já te dedurou por ter feito alguma coisa?

Já teve algum desentendimento com algum colega?

O que pensa das críticas em relação a isso?

Você conhece alguém que já teve algum desentendimento com o síndico?

E você já teve algum desentendimento com o síndico

O que faz de um síndico um bom síndico? E um síndico ruim?

Relação com os moradores e percepções sobre os moradores

Você já soube ou presenciou desentendimento entre porteiros e moradores? Conte algum deles para mim.

E você já se desentendeu com algum morador? Conte como foi.

Como a situação se resolveu?

O que faz de um morador um bom morador?

E um morador ruim? Pode me dar exemplos?

Algumas vezes, os moradores doam objetos? Como você lida com as doações? Em geral, você aceita, olha e seleciona o que quer? Ou você se junta com todos para ver o que faz?

Alguns moradores doam alimentos. Em geral, como você age quando alguém desce e lhe oferece comida?

Algumas vezes os moradores dão presentes, você já recebeu um presente de morador? Qual foi a situação do presente? Qual presente mais te marcou?

Os moradores lembram do seu aniversário? Se sim, como costumam te saudar?

E você já deu algum presente para algum morador? Qual foi a situação em que deu o presente?

Quem era o morador?

Relações com demais trabalhadores do prédio

O prédio conta com outros funcionários além de porteiros?

Quais são eles?

O trabalho de porteiro é mais individual ou é preciso estar trabalhando com outros funcionários o tempo todo?

Na divisão de funções entre porteiro, auxiliar de portaria, faxineiro e vigia, por exemplo, quem costuma mandar mais? E trabalhar mais? Há algum destes considerado mais “importante”?

Você já viu algum desentendimento

- entre um porteiro com outro?

- entre um porteiro e outro funcionário?

E você já se desentendeu com algum outro porteiro? E com outro funcionário?

Sobre a mobilização da classe

Relação com sindicato: conhece o sindicato?

Acredita que a classe é mobilizada para defender seus direitos?

Hoje, o que deve estar na agenda de mobilização do grupo?

Expectativas e percepções sobre a ocupação

Onde trabalhamos, nos sentimos próximos e distantes, iguais e diferentes das pessoas que somos abrigadas a conviver. No seu caso, você tem que conviver com moradores, outros porteiros e os trabalhadores da limpeza.

Então queria saber de você, em relação aos demais porteiros você se sente próximo ou distante?

Em relação aos moradores, você se sente próximo ou distante?

O que faz você sentir assim?

Na sua vida profissional, você já conheceu um porteiro que considerasse um mau porteiro?

O que ele fazia para que você o considerasse mau porteiro?

Quais características um porteiro deve ter para exercer bem a profissão?

Na sua opinião quais são as principais mudanças ocorridas na profissão de porteiro nos últimos tempos?

Qual seria um salário que você considera justo para o trabalho de porteiro?

E o seu salário, está próximo ou distante do que você acha justo?

Se você não fosse porteiro, qual trabalho você gostaria de ter?

Quais as dificuldades para ter esse trabalho que deseja?

Algum parente seu também é porteiro?

Você incentiva algum parente a ser porteiro?

Você tem orgulho da sua profissão?

Vou citar algumas coisas e queria que você me dissesse se na sua opinião houve mudança nessas coisas e quais seriam as mudanças?

* Perfil do porteiro: idade, exigência de escolaridade, alguma habilidade específica e tipo físico

* No salário: você acha que o salário melhorou ou piorou?

* E nos direitos: você acha que os porteiros passaram a ter mais direitos ou menos?

Qual seria um salário que você considera justo para o trabalho de porteiro?

E o seu salário, está próximo ou distante do que você acha justo?

Você gostaria de mudar de emprego?

Se você não fosse porteiro, qual trabalho você gostaria de ter?

Quais as dificuldades para ter esse trabalho que deseja?

Algum parente seu também é porteiro?

Você já incentivou algum parente a ser porteiro?

Você tem orgulho da sua profissão?

APÊNDICE 2 - BREVES BIOGRAFIAS DOS ENTREVISTADOS

Claudio, 48 anos, nascido na Paraíba. É porteiro-chefe em prédio no Flamengo.

Convidado por um primo para tentar uma vida melhor no Rio de Janeiro, Claudio conta ter tido um monte de caminhos para seguir na cidade: de trabalhar como ajudante de pedreiro a caseiro ou porteiro. Mas, quando conheceu um prédio em uma movimentada rua do Flamengo, diz ter tido certeza de que havia encontrado o “seu lugar”.

Ainda assim, o começo não foi fácil: ele cobria o turno da noite e, reconhece, era difícil não cair no sono. Os moradores passaram a reclamar que ele estava dormindo. As críticas o preocuparam muito – podiam significar o desemprego e a volta ao Nordeste. Então, ele passou a criar táticas para ficar acordado: tomar café, andar para lá e para cá, consertar e cuidar de qualquer coisa à vista, ligar o rádio... Foram cinco anos no turno da noite, parte de uma história que já tem três décadas naquele prédio.

Claudio lembra com humor também de seus primeiros momentos no Rio, onde sua história de vida em uma pequena cidade do Nordeste se encontrava com mistérios da cidade grande como entender outro sotaque ou até mesmo andar de elevador.

Cleberon, 20 anos, nascido na Paraíba. É porteiro em prédio misto em Botafogo; e Cleiton, 23 anos, nascido na Paraíba. É porteiro em prédio misto em Botafogo.

De poucas e calmas palavras, Cleberon e Cleiton só revelaram após algum tempo de conversa que eram irmãos. Lado a lado no balcão de um prédio misto espantosamente movimentado, eles dividem uma história em comum – mas demonstram perspectivas bem diferentes sobre a ocupação de porteiro.

Foi Cleiton, o mais velho, que “abriu” caminho e veio ao Rio em busca de trabalho. Um cunhado que o indicou para a vaga no prédio em que ele mesmo trabalhava. Depois, Cleiton deu prosseguimento ao ciclo de “ajuda”: indicou Cleberon para o mesmo prédio.

Ambos irmãos preferiram não morar no prédio em que trabalham – moram, em casas diferentes, em Rio das Pedras, na Zona Oeste da cidade. Os dois, nas horas vagas, escolhem o futebol como atividade preferida.

Mas, sobre a ocupação de porteiro, têm perspectivas opostas: ainda que não saiba que trabalho escolheria seguir, Cleberon não quer continuar sendo porteiro; já Cleiton se mostra

confortável com a perspectiva de ter essa ocupação até a aposentadoria, falando até em orgulho de ser porteiro.

João Francisco, 56 anos, nascido na Paraíba. É porteiro em prédio em Laranjeiras.

Apesar de ter voltado a morar na Paraíba três vezes desde a primeira migração para o Rio – por saudade de lá ou desemprego aqui – João Francisco diz que hoje está finalmente adaptado aqui. Não pensa em voltar a morar no Nordeste e prefere a calma da sua casa ao “tumulto” da Feira de São Cristóvão, destino certo de seus conterrâneos no Rio de Janeiro.

De certa forma, um pedacinho do seu Nordeste já está no Rio: dos seus oito irmãos, sete moram na capital fluminense, em casas próximas. Além disso, há também os laços criados na cidade com os moradores dos prédios nos quais trabalhou, em Laranjeiras – laços estes mantidos mesmo após mudanças de emprego ou de moradia dos condôminos.

Jordano, 53 anos, nascido na Paraíba. É porteiro em prédio em Ipanema.

Em 2009, Jordano se entregou a um hábito que até então beirava o excesso: o vício no álcool. Ele atribui a derrocada a “duas coisas bem complicadas” que aconteceram na sua vida naquele momento - a morte da mãe e um divórcio. Tentando se reerguer, ele passou a correr na praia por meio de um projeto gratuito de estímulo à prática de atividades físicas.

Sua história – um nordestino com sobrenome “Silva”, nascido dentre 21 irmãos dos quais 16 não sobreviveram a uma infância precária, acumulando trabalhos como padeiro, agricultor, carvoeiro e cobrador de ônibus – logo soou perfeita para uma equipe da TV Globo que buscava um personagem cujo preparo para a primeira maratona seria acompanhado pelas câmeras.

Paris foi o cenário para o clímax desta sua trajetória, onde a maratona foi cumprida – e filmada – com sucesso. Hoje, o paraibano segue com uma rotina de treinos e acumula outras maratonas em seu caminho. Com saudade da mãe e um novo amor no coração, Jordano se prepara hoje para a sua aposentadoria e, com ela, a chegada à universidade para uma graduação em educação física.

José Francisco, 46 anos, nascido no Ceará. É porteiro em prédio em Ipanema.

A fala de José Francisco é fortemente marcada por dois tempos: o antes e o depois de um acidente grave de carro do qual foi vítima em 2003. Desde então, o cearense tem se dedicado a

um projeto social que oferece atividades esportivas a crianças e doações a famílias – principalmente de porteiros. Isto porque foram colegas seus que mais contribuíram, financeiramente e além, para sua recuperação.

Sua dedicação e pró-atividade no trabalho, porém, parecem ser sua marca na portaria desde antes do acidente. Na gaveta, por exemplo, ele guarda exercícios sobre a atuação do porteiro, alguns copiados de materiais de cursos dos quais participou, que aplica periodicamente aos colegas – ele diz não ser oficialmente um porteiro-chefe, mas é reconhecido e age como um.

Luiz, 47 anos, nascido no Rio Grande do Norte. É porteiro em prédio na Lagoa.

Um rádio. O objeto, desejo de consumo quando Luiz ainda vivia no Rio Grande do Norte, sintetiza o que o trouxe ao Rio de Janeiro. Era comprar um rádio, “bonito” e diferente do que via no cenário rural – onde trabalhou com plantio, carvoaria e na fabricação de tijolos, entre outros –, que ele desejava conquistar trabalhando na capital fluminense.

Nos primeiros empregos na nova cidade, Luiz dormia em quartinhos improvisados – como em um frigorífico onde trabalhou ou escondido no prédio em que um amigo era porteiro.

A rotina foi dura, mas o sonhado rádio veio três meses depois da mudança para o Rio. Apesar desta e de outras conquistas, porém, o porteiro não esconde que não gosta de morar na capital fluminense e nem do emprego. O Rio, para ele, é muito violento; o trabalho como porteiro, desgastante e pouco compensador. Se antes seu sonho era comprar um rádio, hoje o que ele deseja é voltar para o Nordeste.

Manuel, 49 anos, nascido na Paraíba. É porteiro-chefe em prédio no Leblon.

Já se vão três décadas desde que Manuel, hoje com 49 anos, deixou sua cidade natal, na Paraíba. Mas ele não esconde: a saudade ainda aperta, quando não dói. Isso se torna evidente em sua rotina: ele fala diariamente com familiares por telefone, viaja anualmente para a Paraíba e conta os dias para se aposentar e lá voltar a viver.

De certa forma, o porteiro, caçula entre nove irmãos, está repetindo um ciclo vivido por seu pai. Trabalhador da construção civil, ele foi ao Rio, inicialmente sozinho, tentar uma vida melhor. Chegou a levar a família, mas com a violência, preferiu que todos voltassem. Hoje, o pai de Manuel está aposentado e vive na Paraíba.

Não só com a família, Manuel é uma pessoa afetuosa. Na entrevista, se emociona e prefere não se aprofundar nas memórias de um morador que morreu e foi arrastado pelo chão por bombeiros, ou de outro condômino que já está há anos debilitado no hospital.

Natanael, 38 anos, nascido na Paraíba. É porteiro em prédio em Ipanema.

Em sua fala calma, Natanael deixa evidente as mudanças trazidas pelo tempo, da sua terra natal à função de porteiro. A falta de empregos, motivo que o fez migrar para o Rio como já haviam feito dois dos 14 irmãos, “graças a Deus” não é mais tão gritante em sua cidade. Ele percebe mudanças também quando o assunto é a educação. Natanael diz que, hoje, condomínios novos e modernos têm exigido uma maior qualificação dos porteiros.

Por outro lado, ainda que demonstre ser grato à sua trajetória, ele diz desejar que seus dois filhos adolescentes alcem voos mais altos por meio da educação. Um deles, de 12 anos, pratica remo, kumon e tênis por meio de projetos sociais – e essas conquistas são contadas por orgulho pelo pai. Por sua parte, Natanael espera que, um dia, tais mudanças tragam também para ele novas oportunidades: ele deseja voltar a estudar, para quem sabe um dia se tornar enfermeiro ou cozinheiro profissional.

Raimundo, 83 anos, nascido na Paraíba. Foi porteiro por 41 anos em prédio na Glória.

Se fosse preciso ilustrar o arquétipo de um porteiro e herói nordestino, a biografia de Raimundo cairia como uma luva. E se fosse escrita, a história de Raimundo certamente daria um livro. Primeiro, ele chegou ao Rio de pau-de-arara, após 16 dias de viagem. Na capital fluminense, cumpriu a clássica trajetória do pedreiro que acaba virando porteiro no prédio que ajudou a construir. Depois disso, continuou na construção civil – neste caso, com uma firma própria, à qual se dedicava durante o dia. De noite, o trabalho era na portaria.

Para Raimundo, tamanho esforço foi o que permitiu conquistas que ele conta com orgulho: ter três filhas formadas e proprietárias de um apartamento cada; uma esposa aposentada pela Marinha; e posse de terrenos e construção de uma escola e igreja em sua cidade natal na Paraíba.

Semianalfabeto, Raimundo conta com a ajuda das filhas para escrever sua história por meio de versos que ele cria e dita. Ele declamou e me entregou cópias de alguns deles, como o que lembra de sua infância: “Eu nasci lá numa serra/ Numa casa muito ruim/ O telhado era de

capim / E a porta era uma esteira/ No pé tinha uma ladeira que meus pais fizeram ela/ Se um gato subisse nela só faltava derrubar/ Antes da chuva chegar, já chovia dentro dela”.

Nos versos, ele lamenta também a pouca escolaridade: “Eu ia me formar/ Não pude, por ser filho da pobreza/ Eu não tive essa virtude/ Deus não deu-me essa riqueza/ Sou um semianalfabeto/ E não pude escrever completo/ Como a história merece/ Que a caneta é saudade/ E a tinta é da qualidade das lágrimas/ De quem padece”.

Reginaldo, 45 anos, nascido no Rio Grande do Norte. É porteiro-chefe em prédio em Ipanema.

Além de ser o porteiro-chefe no prédio onde trabalha, gerenciando sete funcionários, Reginaldo tem praticamente outras duas “carreiras” paralelas: a de revendedor de carros e a de maratonista. A primeira, forjada com o passar dos anos no ambiente dos prédios em que trabalhou, permite que ele tenha um orçamento extra, mantenha uma cartela de clientes (muitas vezes moradores dos prédios em que foi porteiro) e viaje anualmente para o Nordeste com um carro diferente.

A segunda, a de maratonista, começou ao lado de outros amigos porteiros. Eles passaram a correr através de um projeto gratuito que estimula a prática de exercícios físicos na praia. Hoje, Reginaldo treina três vezes na semana na orla carioca e na Lagoa, além de jogar futebol religiosamente. Sua rota favorita vai de Ipanema ao Leme – a distância percorrida ele lembra de cor, 16km. No celular, ele mostra também fotos de trilhas que já percorreu pelo Rio, como a dos Dois Irmãos e a Pedra Bonita.

Roberto, 43 anos, nascido na Paraíba. É porteiro em dois prédios no Flamengo.

A necessidade, longe de uma escolha, levou a Roberto a ser porteiro. E uma doença da esposa, incapacitada de trabalhar, o levou a exercer essa ocupação duplamente: trabalha de dia em um prédio, e de noite, em dias intercalados, em outro. Assim, ele acaba dormindo em casa de três a quatro vezes por semana.

Roberto chegou ao Rio trabalhando como caseiro. Se pudesse, teria continuado assim – mais perto do mato, mais longe de gente. Mas ele avaliou que, como porteiro, teria mais benefícios trabalhistas. E, assim, cumpre resignado sua rotina.

Nas escassas horas vagas, ele cultiva um hábito adquirido no contato com o proprietário de uma das casas em que trabalhou como caseiro: escutar música eletrônica e, por vezes, até participar de *raves*.

Um pouco de diversão, aliás, é o motivo que aponta para ter migrado para o Rio, com apenas 13 anos. Roberto fala de uma educação e rotina rígida ao lado do pai – situação essa que motivou uma autorização judicial para que viajasse para o Rio ainda menor de idade, sob responsabilidade da irmã mais velha.

Com exceção das noites passadas em claro na portaria, Roberto comemora a liberdade aqui adquirida, conseguindo agora acordar às 6h, e não mais às 3h para trabalhar na roça.